



POLITÉCNICO DO PORTO. **INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO**

## **Mestrado em Gestão das Organizações - Gestão Pública**

### **Políticas Ambientais e Sustentabilidade no Ensino Público: Estudo de Caso do IFMT – Campus Cáceres**

**Natalino de Barros Borges**

Orientadora: Doutora Ana Maria Alves Bandeira (ISCAP - P. PORTO)

Orientador: Doutor Silvano Carmo de Souza (IFMT)

**Porto  
10/2024**



## **Mestrado em Gestão das Organizações - Gestão Pública**

# **Políticas Ambientais e Sustentabilidade no Ensino Público: Estudo de Caso do IFMT – Campus Cáceres**

**Natalino de Barros Borges**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Gestão das Organizações – Gestão Pública, sob orientação da professora Doutora Ana Maria Alves Bandeira (ISCAP) e com a coorientação do professor Doutor Silvano Carmo de Souza (IFMT).

**10/2024**

## **Dedicatória**

Ao meu Pai, que, apesar de ausente fisicamente, permanece vivo em minhas memórias e me guia em cada decisão, à minha Mãe, pelo amor incansável e por ser minha rocha em todos os momentos, à minha família e familiares pelo apoio incondicional e por acreditarem nos meus sonhos, mesmo nos dias mais difíceis.

## **Agradecimentos**

Primeiramente, agradeço a Deus pela força e sabedoria que me guiaram ao longo desta jornada.

A minha família, pelo amor, paciência e suporte incondicional em todos os momentos.

Aos meus familiares, mãe, irmãos, sobrinhos e cunhados, pelo apoio incondicional, camaradagem, palavras de incentivo, amizade, alegria e luz aos meus dias.

A minha orientadora Ana Maria Alves Bandeira e ao meu orientador Silvano Carmo de Souza, pelas valiosas orientações, paciência e dedicação ao longo deste trabalho.

A Cleverson Ricardo Soares Viana, pelo suporte técnico indispensável.

Ao Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), pela oportunidade de realização do mestrado, pela infraestrutura e todo suporte para a realização desta pesquisa.

Aos colegas de trabalho do IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo, pelo apoio e colaboração diária, e que fizeram parte da pesquisa com responsabilidade e consideração, dispensando um pouco do seu tempo e compartilhando suas percepções e conhecimentos de forma a colaborar com esta pesquisa.

E por último, mas não menos importante, ao ISCAP- P. Porto e todo corpo Docente pela oportunidade de realização do mestrado.

## **Resumo**

O Governo Federal tem implementado e exigido práticas de gestão ambiental responsável em seus órgãos, o desenvolvimento sustentável, a gestão ambiental têm sido temas amplamente discutidos em diversas esferas da sociedade e ganhado cada vez mais relevância também na gestão pública. Nesse contexto, as instituições públicas de ensino, por força de sua representação social, precisam servir de exemplo para as demais organizações. A problemática envolvida nesta pesquisa foi diagnosticar a efetividade das políticas públicas de gestão ambiental e a promoção da sustentabilidade dentro de uma instituição federal de ensino, com ênfase nos programas Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Os objetivos específicos consistiram em verificar a existência de políticas de gestão ambiental no IFMT – Campus Cáceres; identificar as ações ambientais praticadas pela Instituição e identificar a existência de um PLS do *Campus*. O diagnóstico apontou a ausência de normatizações implementadas no âmbito institucional, evidenciando que não existe uma política ambiental formalmente inserida em sua gestão que atendam efetivamente às questões ambientais e confirmou-se que a instituição de ensino não possui o PLS formalmente estabelecido, ainda que adote práticas informais, isoladas e desarticuladas que devem ser consideradas, tais como campanhas para reduzir o consumo de água e energia, estabelecimento de sistema de coleta seletiva de resíduos, com instalação de pontos de coleta distribuídos pelo *Campus*, melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho com presença de espaços verdes e áreas de convivência, que ainda que timidamente, demonstram a preocupação da Instituição com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental. Foram recomendadas na pesquisa, melhorias, como a formalização de um PLS, o desenvolvimento de um sistema coordenado de coleta seletiva, a sensibilização e capacitação dos servidores, monitoramento contínuo das práticas sustentáveis, a integração de critérios ambientais nas compras públicas e melhorias na eficiência energética.

**Palavras chave:** Políticas Ambientais; Sustentabilidade; A3P; PLS.

## **Abstract**

The Federal Government has implemented and mandated responsible environmental management practices within its agencies, with sustainable development and environmental management being widely discussed topics across various sectors of society, gaining increasing relevance in public administration as well. In this context, public educational institutions, due to their social representation, must set an example for other organizations. The issue addressed in this research was to assess the effectiveness of public environmental management policies and the promotion of sustainability within a federal educational institution, with an emphasis on the Environmental Agenda in Public Administration (A3P) and the Sustainable Logistics Management Plan (PLS). The specific objectives were to verify the existence of environmental management policies at IFMT – Campus Cáceres, to identify the environmental actions practiced by the institution, and to determine whether a PLS existed for the *campus*. The diagnosis revealed the absence of formalized regulations within the institution, highlighting the lack of an environmental policy formally integrated into its management that effectively addresses environmental issues. It was confirmed that the educational institution does not have a formally established PLS, although it adopts informal, isolated, and uncoordinated practices that should be acknowledged. These include campaigns to reduce water and energy consumption, the establishment of a selective waste collection system with collection points distributed throughout the *campus*, and improvements in workplace quality of life through green spaces and common areas, which, though modest, demonstrate the institution's concern for sustainability and socio-environmental responsibility. The research recommended improvements such as the formalization of a PLS, the development of a coordinated selective waste collection system, raising awareness and providing training to staff, continuous monitoring of sustainable practices, integrating environmental criteria into public procurement, and improving energy efficiency.

**Keywords:** Environmental Policies; Sustainability; A3P; PLS.

## Índice Geral

<b>Resumo .....</b>	<b>vi</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>vii</b>
<b>Índice de Figuras.....</b>	<b>xi</b>
<b>Índice de Quadros.....</b>	<b>xii</b>
<b>Lista de Abreviaturas.....</b>	<b>xiii</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>1</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 Contextualização do Tema.....	1
1.2 Motivação Para a Pesquisa.....	2
1.3 Problemática da Pesquisa.....	3
1.4 Objetivos da Pesquisa .....	4
1.4.1 Objetivo Geral .....	4
1.4.2 Objetivos Específicos.....	4
1.5 Estrutura da Dissertação.....	5
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>7</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>7</b>
2.1 Conceitos e Contextualização de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade .....	7
2.1.1 Responsabilidade Socioambiental e o Papel do Estado Quanto a Sustentabilidade .....	9
2.1.2 Os Instrumentos de Política Ambiental.....	10
2.2 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).....	12
2.2.1 Marcos Legais da Agenda Ambiental na Administração Pública .....	15
2.2.2 Os Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e a Relação com o Plano de Logística Sustentável (PLS).....	18
2.2.2.1 Eixo 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos.....	20
2.2.2.2 Eixo 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados .....	22
2.2.2.3 Eixo 3 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho (QVT).....	23

2.2.2.4	Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores .....	24
2.2.2.5	Eixo 5 – Licitações Sustentáveis.....	26
2.2.2.6	Eixo 6 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis.....	28
2.2.3	As Etapas de Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P .....	30
2.2.4	Indicadores de Desempenho da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) .....	32
2.3	Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) .....	37
2.3.1	Plano de Gestão de Logística Sustentável – Criação e Implantação .....	39
<b>CAPÍTULO III.....</b>		<b>44</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>44</b>
3.1	Enquadramento Metodológico e Delimitação da Pesquisa.....	44
3.2	Contextualização e Definição da Unidade de Análise.....	46
3.3	Contextualização Espacial, Temporal e Instrumentos de Coleta de Dados.....	48
3.3.1	Realização dos Instrumentos de Coleta de Dados .....	51
3.3.2	Considerações Éticas .....	51
3.4	Limitações da Pesquisa .....	52
<b>CAPÍTULO IV.....</b>		<b>54</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>54</b>
4.1	Diagnóstico da Aplicação das Práticas de Gestão Ambiental Relacionadas à A3P e ao PLS no IFMT Campus Cáceres .....	55
4.1.1	Perfil dos Gestores do IFMT Campus Cáceres e Seu Conhecimento Acerca das Práticas Sustentáveis Relacionadas aos Eixos Pesquisados da A3P e Temas Mínimos do PLS .....	56
4.1.2	Práticas Relacionadas ao Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos .....	57
4.1.2.1	Consumo Racional de Água/Esgoto Sanitário.....	59
4.1.2.2	Consumo Racional de Energia Elétrica.....	60
4.1.2.3	Consumo Racional de Materiais de Expediente (papel, copo plástico, combustível) .....	62

4.1.3	Destinação Correta dos Bens e Materiais Classificados Como Recuperáveis, Antieconômicos ou Irrecuperáveis e Ociosos.....	64
4.1.4	Práticas Relacionadas a Gestão Adequada dos Resíduos Gerados.....	65
4.1.5	Práticas Relacionadas à Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho (QVT) .....	70
4.1.6	Práticas Relacionadas a Sensibilização e Capacitação dos Servidores.....	74
4.1.7	Práticas Relacionadas a Licitações Sustentáveis .....	77
4.1.8	Percepção da Gestão de Administração e Planejamento Quanto às Práticas Sustentáveis no IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo.....	81
4.1.9	Relatórios Anuais de Gestão 2016 a 2022 – Síntese da análise e adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras no IFMT – Campus Cáceres .....	84
4.1.10	Comissão Gestora dos Planos de Logística Sustentável do IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo.....	87
4.2	Síntese da Análise e Investigação das Práticas Socioambientais no IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo sob a ótica da A3P e PLS.....	92
4.3	Proposições .....	96
<b>CAPÍTULO V .....</b>		<b>101</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>101</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>103</b>
<b>APÊNDICES .....</b>		<b>108</b>
	APÊNDICE I – Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE .....	108
	APÊNDICE II – Roteiro da entrevista.....	109
	APÊNDICE III – Questionário realizado.....	111
<b>ANEXOS .....</b>		<b>118</b>
	ANEXO I – Portaria de Designação da Comissão do Núcleo de Gestão Ambiental do IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo .....	118
	ANEXO II – Ofício N° 15/2024 – CAS-CGE/CAS-DDE/CAS-DG/CCAC/RTR/IFMT .....	119

## Índice de Figuras

<b>Figura 1</b> - Evolução institucional da A3P. ....	14
<b>Figura 2</b> - Adesão à A3P por esfera de governo. ....	15
<b>Figura 3</b> - Correlação A3P e PLS .....	18
<b>Figura 4</b> - Eixos temáticos da A3P.....	19
<b>Figura 5</b> - Cinco etapas para implementação A3P.....	31
<b>Figura 6</b> - Fases de criação e implantação do PLS .....	41
<b>Figura 7</b> - Mapa de Distribuição dos Campi do IFMT. ....	47

## Índice de Quadros

<b>Quadro 1</b> - Princípios norteadores e normais legais pertinentes.....	16
<b>Quadro 2</b> - Indicadores de desempenho da A3P (MMA, 2018).....	32
<b>Quadro 3</b> - Integração A3P e PLS .....	39
<b>Quadro 4</b> - Síntese da fase de execução.....	42
<b>Quadro 5</b> - Delineamento do estudo .....	44
<b>Quadro 6</b> - Dados dos representantes da instituição que responderam o questionário. 56	
<b>Quadro 7</b> - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos - Eixo 01.....	58
<b>Quadro 8</b> - Despesas com energia elétrica exercício 2019 à 2023. ....	61
<b>Quadro 9</b> - Gestão adequada dos resíduos gerados - Eixo 02. ....	66
<b>Quadro 10</b> - Qualidade de vida no ambiente de trabalho - Eixo 03.....	71
<b>Quadro 11</b> - Sensibilização e capacitação dos servidores - Eixo 04.....	74
<b>Quadro 12</b> - Licitações sustentáveis - Eixo 05. ....	78
<b>Quadro 13</b> - Entrevista com o diretor de administração e planejamento do Campus - Análise dos dados de acordo com os objetivos específicos 4, 5 e 6 da pesquisa.....	82
<b>Quadro 14</b> - Análise dos dados de acordo com o objetivo específico 2 - Diagnóstico das Principais Atividades Realizadas pela Comissão Gestora dos Planos de Logística Sustentável do IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo. ....	88
<b>Quadro 15</b> - Síntese da análise e discussão dos resultados da investigação.....	92
<b>Quadro 16</b> - Propostas de boas práticas socioambientais sugeridas pela A3P e PLS	97

## Lista de Abreviaturas

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APF	Administração Pública Federal
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CISAP	Comissão Interministerial de Sustentabilidade da Administração Pública
CSD	Comissão para o Desenvolvimento Sustentável
DCRS	Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental
ENCE	Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
GRI	Global Reporting Initiative
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IN Instrução Normativa
IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
IPCA	Índice de preços ao Consumidor Amplo
LOA	Lei Orçamentária Anual
ME	Ministério da Economia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PEG	Programa de Eficiência do Gasto
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROCEL EPP	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Eficiência em Prédios Públicos
RAG	Relatório Anual de Gestão
RESSOA	Sistema de monitoramento da A3P RSC Responsabilidade Social Corporativa
SAIC	Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
SEGES	Secretaria de Gestão do Ministério da Economia
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SETEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SCR	Sem condições de responder
TCU	Tribunal de Contas da União

# CAPÍTULO I

## 1 INTRODUÇÃO

Iniciativas governamentais e políticas focavam principalmente em ações corretivas, lidando com problemas ambientais à medida que surgiam. No entanto, essa abordagem fragmentada e pontual mostrou-se ineficaz, levando à necessidade de remodelar a gestão e adotar novos conceitos. Somente a partir da década de 1970 é que surgiram políticas governamentais mais articuladas e preventivas para tratar das questões ambientais (Freitas, 2011; Barbieri, 2016).

A abrangência dessa temática fez surgir uma variedade de instrumentos de políticas públicas ambientais com fins de evitar novos problemas ou para eliminar ou minimizar os existentes. Dentre os instrumentos fundamentais no âmbito da administração pública, destacam-se a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), com o objetivo de incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, prática que envolve desde mudanças nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo até a gestão adequada dos recursos naturais e a promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho (MMA, 2018), e a Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) nº 10/2012, que estabelece regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) na Administração Pública Federal, abrangendo órgãos diretos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

Tendo em vista os argumentos que destacam o importante papel das Instituições Públicas de Ensino no efetivo processo de conscientização e mudança da sociedade no que concerne à sustentabilidade, o objetivo geral do trabalho consistiu no diagnóstico das ações práticas realizadas para a efetiva implementação dos instrumentos de políticas públicas sustentáveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, a partir da identificação dos principais aspectos e impactos ambientais decorrentes das suas atividades, com vistas a implementação da A3P e formulação do PLS, tendo por base um estudo de caso realizado no IFMT *Campus Cáceres* – Prof. Olegário Baldo.

### 1.1 Contextualização do Tema

No contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), as políticas públicas ambientais desempenham um papel fundamental na

conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente e na promoção de práticas sustentáveis em todas as áreas da instituição. Compreendemos que para que tal papel seja alcançado, faz-se necessário realização de duas ferramentas essenciais, são elas: a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e o Plano de Logística Sustentável (PLS), tais políticas orientam a gestão ambiental e a sustentabilidade dentro do IFMT.

A **A3P**, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente, incentiva órgãos públicos a adotarem práticas sustentáveis em suas atividades diárias. No âmbito do IFMT, a implementação dessa ferramenta pode abranger medidas como economia de recursos naturais (água e energia), gestão adequada de resíduos sólidos e promoção de um ambiente de trabalho sustentável. Isso inclui conscientizar servidores e estudantes sobre a importância da sustentabilidade, adotar tecnologias verdes nos Campi e considerar critérios ambientais em processos de compras e contratações.

O Plano de Logística Sustentável (PLS) visa otimizar os processos logísticos da instituição para reduzir seu impacto ambiental. No IFMT, o PLS pode envolver racionalização no uso de recursos, como transporte, energia e materiais de consumo, buscando minimizar desperdícios e emissões de poluentes. Medidas como uso de transporte público ou compartilhado, redução do papel por meio de digitalização de documentos e promoção de videoconferências em substituição a deslocamentos físicos contribuem para essa iniciativa.

Ambas as iniciativas, A3P e PLS, são complementares e contribuem para uma cultura institucional voltada à sustentabilidade no IFMT. Ao adotar práticas sustentáveis, a instituição demonstra seu compromisso com o meio ambiente, a promoção do desenvolvimento sustentável e o bem-estar de todos, preparando seus estudantes, servidores e colaboradores para enfrentar os desafios ambientais do século XXI.

## **1.2 Motivação Para a Pesquisa**

A motivação para a pesquisa sobre o diagnóstico da implementação das políticas públicas ambientais no âmbito do IFMT Campus Cáceres, especialmente em relação à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e ao Plano de Logística Sustentável (PLS), é multifacetada e de grande relevância. Aqui estão algumas razões para tal pesquisa:

1. **Avaliação de Impacto:** A pesquisa permitirá avaliar o impacto real das políticas ambientais implementadas no *Campus*. Isso inclui entender até que ponto as metas

estabelecidas foram alcançadas, quais medidas foram eficazes e onde há espaço para melhorias.

2. **Identificação de Desafios:** Através do diagnóstico, é possível identificar os principais desafios e obstáculos enfrentados na implementação das políticas ambientais. Isso pode incluir questões como falta de recursos, barreiras culturais ou resistência institucional.
3. **Oportunidades de Melhoria:** Compreender as áreas em que a implementação das políticas ambientais podem ser aprimoradas é fundamental para garantir que a Instituição esteja maximizando seu potencial em termos de sustentabilidade. Isso pode envolver a identificação de lacunas de conhecimento, a necessidade de capacitação adicional ou a revisão de processos existentes.
4. **Engajamento da Comunidade:** A pesquisa pode servir como uma oportunidade para envolver a comunidade acadêmica e demais partes interessadas no processo de avaliação e planejamento das políticas ambientais. Isso pode ajudar a aumentar o apoio e o comprometimento com a sustentabilidade dentro do *Campus*.
5. **Contribuição para o Conhecimento Acadêmico:** Além de beneficiar o IFMT Campus Cáceres, os resultados da pesquisa podem contribuir para o conhecimento acadêmico na área de políticas públicas ambientais e gestão sustentável. Isso pode incluir a produção de relatórios, artigos acadêmicos ou apresentações em conferências.
6. **Exemplo para outras Instituições:** Ao realizar uma pesquisa abrangente e transparente sobre a implementação de políticas ambientais, o IFMT Campus Cáceres pode servir como um exemplo inspirador para outras instituições educacionais e órgãos públicos, incentivando a adoção de práticas sustentáveis em todo o país.

Em resumo, a pesquisa sobre o diagnóstico da implementação das políticas públicas ambientais no âmbito do IFMT Campus Cáceres, com foco na A3P e no PLS, é fundamental para garantir que a instituição esteja atingindo seus objetivos de sustentabilidade e para promover uma cultura de responsabilidade sociambiental dentro e fora do *Campus*.

### 1.3 Problemática da Pesquisa

Como avaliar a efetividade das políticas públicas ambientais implementadas no IFMT – Campus Cáceres – considerando os princípios da Agenda Ambiental na

Administração Pública (A3P) e os impactos do Plano de Logística Sustentável (PLS)? A análise crítica das práticas de gestão ambiental e sua integração efetiva nas rotinas administrativas é fundamental. Questões relevantes incluem: estão essas políticas sendo adequadamente implementadas e monitoradas? Qual é o verdadeiro impacto dessas medidas na redução do impacto ambiental e na conscientização da comunidade acadêmica? Como mensurar as ações e os resultados positivos das práticas sustentáveis diante dos desafios institucionais, limitações de recursos e resistência à mudança?

A problemática da pesquisa reside no diagnóstico e na análise crítica das práticas de gestão ambiental e sua integração efetiva nas rotinas administrativas, considerando a adoção de medidas sustentáveis, o gerenciamento de resíduos, o consumo de recursos naturais, a qualidade de vida no ambiente de trabalho e a promoção de uma cultura institucional voltada para a sustentabilidade.

## **1.4 Objetivos da Pesquisa**

A fim de alcançar respostas para o problema citado, foram formulados o objetivo geral e os objetivos específicos pertinentes a esta dissertação.

### **1.4.1 Objetivo Geral**

Considerando o improtelável compromisso em serem adotados padrões sustentáveis de consumo e produção que representem uma verdadeira transformação econômica, social, ambiental e cultural no seio da administração pública, o trabalho tem como objetivo geral avaliar qual tem sido a efetividade dos instrumentos de políticas públicas sustentáveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso tendo por base um estudo de caso realizado no IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo.

### **1.4.2 Objetivos Específicos**

Tendo por base o objetivo principal deste estudo, definimos os seguintes objetivos específicos:

1. Verificar a existência de políticas de gestão ambiental;
2. Diagnosticar as práticas de sustentabilidade relacionadas à A3P e ao PLS;
3. Mapear os Planos de Gestão de Logística Sustentável;
4. Identificar o perfil dos Gestores responsáveis pela área administrativa;
5. Apontar o nível de conhecimento dos Gestores do IFMT Campus Cáceres sobre as práticas sustentáveis relacionadas aos eixos pesquisados da A3P e PLS;

6. Investigar se as práticas sustentáveis relacionadas à A3P e ao PLS, estão sendo aplicadas nas ações de suas gerências;
7. Recomendar ações para implantação da A3P e do PLS.

O objetivo geral e objetivos específicos foram traçados a fim de que as metas da pesquisa sejam alcançadas.

## **1.5 Estrutura da Dissertação**

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos, conforme a descrição abaixo:

No primeiro capítulo, é exposta a introdução ao tema da dissertação, contempla a contextualização, motivação para a pesquisa, problema da pesquisa, onde ocorreu o desenvolvimento do trabalho, pergunta-chave, e questão norteadora. Logo após, são relatados o objetivo geral e os objetivos específicos. Por fim, detalha como será o método da pesquisa, estrutura e sua organização em capítulos.

No segundo, é apresentado um referencial teórico abrangendo a sustentabilidade em organizações públicas e o papel do Estado. Abrange a pesquisa bibliográfica e documental apresentando os termos desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, conceitos, características de indicadores, com enfoque nos relacionados aos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2015. Após as exposições anteriores, será contextualizada a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), com histórico das legislações relacionadas, conceitos gerais, programas ligados, melhores práticas aplicadas nos programas governamentais. Também são apresentados os critérios para adesão, elaboração, implantação e publicação das políticas públicas relacionadas.

O terceiro capítulo trata dos procedimentos metodológicos que serão aplicados na elaboração do estudo. Apresentando definição do tipo de pesquisa, contextualização espacial e temporal, mapa conceitual/mental, definições dos sujeitos, limitações, instrumentos de levantamento e coleta de dados, aplicação dos instrumentos de obtenção, e as formas clássicas de procedimentos de análise/interpretação, assim como características dos procedimentos metodológicos e os conceitos gerais que envolvem o processo e delineamento da pesquisa ação.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados e discussões sobre o estudo de caso, primeiramente com a aplicação de três questionários de pesquisa para conhecer o público-alvo e o nível de importância de ações sustentáveis, baseadas nos eixos temáticos

da A3P, correlacionados ao PLS e às atribuições das Gerências, para os servidores da área de contratações da instituição, acompanhado das análises dos resultados.

Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais, respostas às questões do estudo, seguida por contribuições futuras para trabalhos que visem à implantação de práticas sustentáveis ou programas de educação ambiental em instituições públicas, conforme as dimensões do desenvolvimento sustentável: ambiental, social, econômica e institucional.

## CAPÍTULO II

### 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho teve como sustentação conceitual os assuntos: Desenvolvimento Sustentável, Gestão Ambiental, Gestão Ambiental em Instituições de Ensino, Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

Neste capítulo são apresentados os conceitos que relacionam os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Também são apresentadas as dimensões da sustentabilidade com um enfoque para a dimensão institucional. Vale salientar ainda que a síntese teórica viabilizou o aprendizado em torno da A3P, do PLS, dos aspectos que caracterizam a aplicação dessas ferramentas e da sustentabilidade ambiental como um todo.

O referencial teórico demonstra a base científica que guiou as pesquisas acerca do assunto abordado no estudo (ECO, 2008). A partir dessas bibliografias, pôde-se conhecer as variadas metodologias e propor contribuições para futuras pesquisas.

#### 2.1 Conceitos e Contextualização de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade

Para compreensão do termo desenvolvimento sustentável se faz necessário efetuar uma análise sobre as dimensões a que ele se refere. O desenvolvimento sustentável visa à harmonização do crescimento econômico com a preservação da natureza, de modo a garantir vida digna às presentes e futuras gerações. O esgotamento dos bens naturais é consequência lógica da sua utilização desenfreada, em um ritmo muito mais acelerado do que o da capacidade de recuperação/recomposição da natureza. Logo, somente um uso moderado e compassado dos recursos naturais é que será capaz de garantir sua disponibilização para as gerações do porvir.

Conforme Veiga (2006, p.18) o adjetivo “sustentável” ou o substantivo “sustentabilidade” inicialmente se restringiam ao grupo científico ligado à engenharia pesqueira ou à engenharia florestal, e estavam ligados à capacidade de quanto o recurso poderia ser extraído de um local sem comprometer a sua reprodução ou equilíbrio do ecossistema, ou quanto um determinado tipo de agricultura ou métodos agrícolas, por exemplo, poderiam garantir o uso do solo sem esgotá-lo. Essa ideia levou a uma consciência que a exploração desses recursos tem um limite.

A expressão “sustentável”, conforme Veiga (2010, p.101) foi utilizada junto às Nações Unidas a partir de seminários, resgatando essa palavra e associando-a ao desenvolvimento, o que provavelmente tenha ocorrido pela primeira vez em 1979. Utilizado, oficialmente, a partir do Relatório Brundtland, o termo Desenvolvimento Sustentável foi consagrado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992.

Para assegurar o acompanhamento eficaz da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), também conhecida como Cúpula da Terra, foi criada pela Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 1992, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CSD). Esse organismo atua de forma participativa junto aos órgãos oficiais dos países signatários, auxiliando no cumprimento dos objetivos da Agenda 21, atuando como comissão funcional do Conselho Econômico e Social (United Nations General Assembly 1993).

Assim, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável vêm se tornando preocupações comuns à sociedade, sendo temas relevantes e presentes nas discussões e debates em ambientes públicos, privados, nas organizações, no âmbito acadêmico e nos movimentos sociais (Pinheiro, 2013). No entanto, devido à sua complexidade, eles ainda são pouco compreendidos. Inicialmente, a Organização das Nações Unidas, através do relatório “Nosso Futuro Comum”, publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1987, elaborou o seguinte conceito: “Desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (Brundtland, 1981 apud Mikhailova, 2004, p. 125-133).

O conceito de “sustentabilidade ambiental”, segundo Manzini (2002), ou de “desenvolvimento sustentável”, conforme Jacobi (2003), foi criado para encarar a enorme destruição dos recursos naturais observada nas últimas décadas, principalmente após a Revolução Industrial. Inicialmente, o conceito foi definido por um grupo focado no trabalho do Clube de Roma, o qual juntou pensamentos publicados com o título “Limites do crescimento” em 1972, que trazia ideias estritamente demográficas e propunham que, para conseguir a estabilidade econômica e ecológica, seria imprescindível a paralisação do crescimento populacional e do capital da indústria. Um segundo grupo criticou a falta de consciência sobre a preservação ambiental vivida na atualidade, e propagou essa crítica através da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, também em 1972. Essa definição se embasou na necessidade de

se criar um equilíbrio entre os níveis de qualidade de vida e de conservação dos recursos naturais.

A reflexão acerca da “sustentabilidade” se inicia neste período. De acordo com Souza (1993, p. 44), a Conferência de Estocolmo inseriu o tópico do meio ambiente nas pautas oficiais e nas relações internacionais. Representantes de variadas nações se juntaram a fim de debater, pela primeira vez, sobre a importância de se agir efetivamente para o controle da destruição ambiental.

As várias dimensões sob as quais a sustentabilidade pode ser analisada são: social, econômica, institucional e ambiental. A dimensão social está associada à manutenção e melhoria do bem-estar da população, participando também do bem-estar material da coletividade no tocante a seu envolvimento nas decisões sociais (IBGE, 2004).

A dimensão econômica abrange as ações referentes à economia, finanças e administração, objetivando o desenvolvimento da economia, cuidando do meio ambiente, buscando manter os recursos naturais para as gerações futuras. A dimensão institucional trata de aspectos sobre ações adotadas pela população e, especialmente, pelo governo, a fim de contribuir com o desenvolvimento sustentável.

A dimensão ambiental engloba o uso consciente dos recursos naturais, criando uma cultura de preservação do capital natural do planeta, observando a sua capacidade de suportar a exploração. O estudo dessas dimensões abrange uma minuciosa análise de mudanças institucionais, e de aspectos políticos e culturais. Todas essas características precisam ser entendidas a partir de uma ampla teorização acerca da sustentabilidade socioambiental.

### **2.1.1 Responsabilidade Socioambiental e o Papel do Estado Quanto a Sustentabilidade**

Cabe ao Estado viabilizar o desenvolvimento por meio de uma atuação participativa e ativa, sendo que “deve organizar e direcionar políticas públicas e efetivas, que devem ser decididas sobre um arcabouço consistente de informações” (Silva, 2008, p. 157).

Observa-se que os atuais padrões de consumo e forma de desenvolvimento tem alertado os organismos internacionais e nações mundo afora quanto à importância de sensibilizar as organizações e as pessoas para as questões relativas aos direitos humanos, trabalho e meio ambiente. As iniciativas para que as organizações se transformem, ao considerarem o equilíbrio harmônico dos aspectos ambientais, econômicos e sociais, deve

ter início com o comprometimento dos responsáveis pela administração em reavaliar diretrizes estratégicas, com efetivas mudanças inseridas na visão de cada organização e comunicação com o corpo funcional. Segundo Trevisan et al. (2008, p. 2), “a responsabilidade socioambiental deixou de ser uma opção para as organizações, ela é uma questão de visão estratégica e, muitas vezes, de sobrevivência”.

Silva (2008, p. 157) destaca que cabe ao Estado viabilizar o desenvolvimento por meio de uma atuação participativa e ativa, sendo que “deve organizar e direcionar políticas públicas e efetivas, que devem ser decididas sobre um arcabouço consistente de informações”. Galli (2014) destaca a importância de uma mudança de consciência da sociedade e da Administração pública na busca de uma Sociedade Sustentável: Para a consolidação dos princípios da Sociedade Sustentável é importante que se passe da consciência ingênua para uma consciência crítica, includente e aplicada por parte das pessoas físicas, jurídicas, públicas e privadas, transformando assim a realidade. AP deve primar, inclusive por intermédio de seus atos, pelos valores supremos da sociedade brasileira, nela incluídos o meio ambiente e sua proteção, assim como o desenvolvimento da economia e a valorização das pessoas, o que assegurará o porvir da Sociedade Sustentável (Galli, 2014, p. 273- 274).

O governo brasileiro movimentava aproximadamente 15% do Produto Interno Bruto (PIB) com compras públicas, mobilizando setores estratégicos do mercado e induzindo mudanças nos padrões de produção e consumo na Administração Pública Federal utilizando o poder de compra ao implementar essas políticas de contratações de forma mais eficiente (MPOG/SLTI, Contratações Públicas Sustentáveis, 2014, p. 3). Diante disso, o Estado deve criar e estimular políticas públicas efetivas que foquem na justiça e na igualdade. E o desenvolvimento sustentável torna-se uma política pública em potencial, devido ao valor que agrega à qualidade de vida, objeto de agendas variadas como se pretende demonstrar.

### **2.1.2 Os Instrumentos de Política Ambiental**

A política ambiental brasileira foi direcionada, até por volta dos anos 1980, de modo centralizado pelo Estado. Instituída pela Lei nº 6938/1981, a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Mais e mais, a ação de criação e aplicação dessa política no Brasil se tornou

resultado do debate de ideologia, valores e projetos de atitude de agentes sociais variados, em uma área definida por acordos e embates que surgem das muitas vontades relacionadas ao cuidado com o meio ambiente.

Dessas ações, surge o programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), ele segue o que preconiza: o Capítulo IV da Agenda 21, o qual sugere às nações, “o estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo, e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças desses padrões”; o Princípio 8 da Declaração do Rio, o qual define que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo, promovendo políticas demográficas adequadas”; e a Declaração de Johannesburgo, a qual determina “a adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2014).

O foco primordial da A3P é desenvolver a responsabilidade socioambiental como política ambiental, ajudando na inter-relação de objetivos em busca do desenvolvimento sustentável, através da implementação de ideias e atitudes ligadas à sustentabilidade socioambiental na administração pública. Órgãos do governo, como as Instituições de Ensino Superior, vêm aderindo a esse programa, mostrando o modelo da A3P como impulsionador das ações ligadas à gestão socioambiental (Freitas *et al.*, 2011, p. 241).

Por fazerem parte do aparelho do Estado, sendo fundamentais na execução do papel estatal, as instituições públicas de ensino devem agir como porta-voz da sociedade, por serem importantes disseminadoras do pensamento crítico humanista. É importante difundir o desenvolvimento sustentável através da visão e missão das instituições de ensino. Esse enfoque demonstra a relevância à necessidade de políticas públicas que promovam a implantação da sustentabilidade na sociedade a partir das instituições federais de ensino. Além de criar regulamentações para incentivar e cobrar atitudes socioambientais das organizações, ou mesmo implemente práticas nesta orientação. Vale salientar, também, que por meio de uma gestão ambiental planejada, tanto o setor público, como o setor privado têm condições de adotar práticas ambientalmente corretas, conciliando aspectos culturais, econômicos, sociais e ambientais no desenvolvimento de suas atividades diárias, com impactos positivos sobre o meio ambiente e a sociedade, favorecendo o desenvolvimento sustentável. Por propor a adoção de práticas socioambientais, a A3P, como proposta pelo MMA, pode ser um meio de se iniciar uma gestão ambientalmente correta em instituições do setor público.

## 2.2 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa que visa implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública. A A3P tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades regimentais, que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo até a uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho (MMA, 2017).

O programa se fundamenta nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21 que indica aos países o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”; no Princípio 8 da Declaração do Rio/92 que afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”; e ainda na Declaração de Johannesburgo que institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável” (MMA, 2017).

A A3P é uma **decisão voluntária** respondendo à compreensão de que o Governo Federal possui um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental. A criação da A3P foi uma proposta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e tem sido implementada por diversos órgãos e instituições públicas das três esferas de governo e no âmbito dos três poderes, desde 1999.

O objetivo era sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras. Em 2002, a A3P foi reconhecida pela UNESCO devido à relevância do seu trabalho e dos resultados positivos que obteve ao longo do seu desenvolvimento ganhando o prêmio “O melhor dos exemplos”, na categoria Meio Ambiente.

Diante da sua importância, a A3P foi incluída no PPA 2004/2007 como ação, no âmbito do programa de Educação Ambiental. Essa medida garantiu recursos para que a A3P possa ser efetivamente implantada e tornar-se um novo referencial de sustentabilidade das atividades públicas. A partir de 2007, com a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, a A3P passou a integrar o Departamento de Cidadania e

Responsabilidade Socioambiental (DCRS), da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC).

Nesse novo arranjo institucional a A3P foi fortalecida enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo e passou a ser uma das principais ações para proposição e estabelecimento de um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas na gestão pública que englobe a gestão ambiental, social e econômica. Atualmente, o principal desafio da A3P é promover a Responsabilidade Socioambiental como política governamental auxiliando na integração da agenda de crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável, por meio da inserção de princípios e práticas de sustentabilidade socioambiental, no âmbito da administração pública, com o objetivo de estimular a reflexão e mudança de atitude dos servidores e gestores públicos no escopo de incorporação de critérios e princípios de gestão socioambiental, em suas atividades rotineiras (MMA, 2017). O Programa Agenda Ambiental na Administração Pública delimita que seus objetivos são:

- a) sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras;
- b) promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- c) contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- d) reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- e) contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

Conforme foi ganhando espaço, pela adesão de várias organizações públicas, no ano de 2014, como reconhecimento do empenho dessas instituições públicas na adoção de práticas sustentáveis, foi criado o Selo A3P, composto por três categorias: Verde, Prata e Laranja. O Selo Verde é concedido àquelas que aderiram formalmente ao programa. O Selo Prata atesta os esforços dos organismos no cumprimento da entrega do Relatório Técnico anual de implementação da A3P e o Selo Laranja é concedido àquelas instituições ganhadoras do Prêmio de Melhores Práticas do programa em comento.

A A3P existe há mais de vinte anos propagando os bons princípios da Responsabilidade Socioambiental. A linha do tempo, visível abaixo, reflete os principais acontecimentos do Programa desde a sua concepção. A partir de 2023, a A3P passou a integrar o Departamento de Educação Ambiental e Cidadania (DEA) do Ministério do

Meio Ambiente e Mudança do Clima. Seu coordenador é Pablo de Avila Saldo, analista ambiental do MMA. Como síntese desse desenvolvimento, a figura 1 demonstra a linha do Tempo da A3P, desde a sua criação informal em 1999 até 2021:

**Figura 1** - Evolução institucional da A3P.

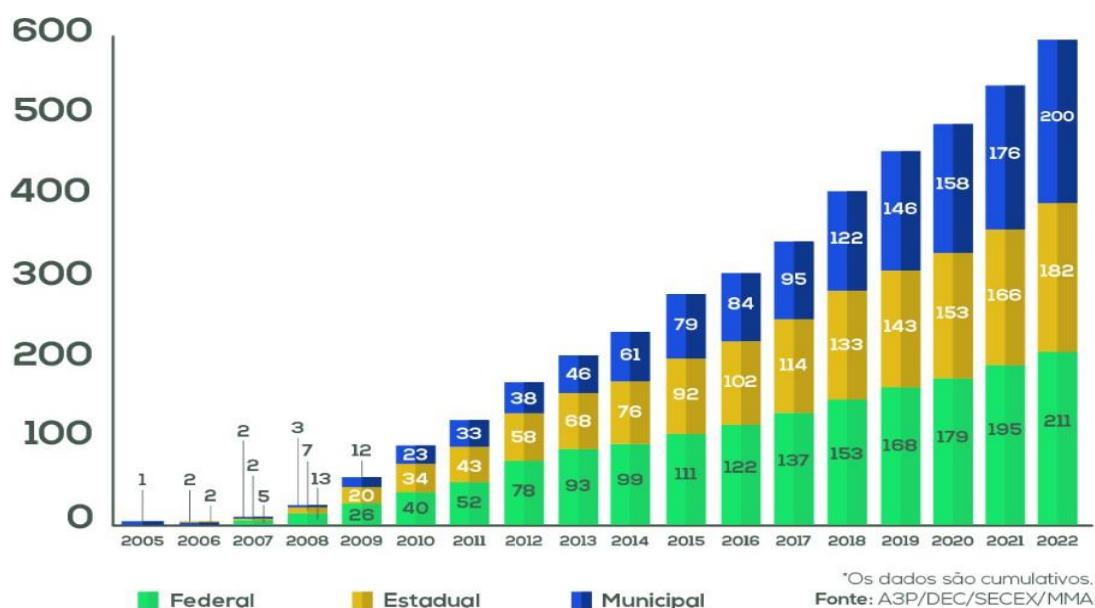


Fonte: Adaptado de Cartilha A3P (Brasil/MMA, 2018)

Apesar de a adesão à A3P ser voluntária, o governo federal, por meio do MMA (2014, p. 8) salienta que “tem empreendido esforços constantes de aperfeiçoamento do programa como a criação do sistema de monitoramento online e do banco de boas práticas sustentáveis”, e recomenda que os órgãos públicos adotem as medidas propostas pela Agenda, para que sirvam de referência para os demais segmentos da sociedade.

A figura 2 mostra a quantidade de adesões formais à A3P por esfera de governo, no período de 2007 a 2017. Destaca-se que os dados são cumulativos. Percebe-se que a adesão vem aumentando ao longo dos anos, porém, dada a quantidade de órgãos públicos distribuídos pelo país, o quantitativo dos que aderiram ao Programa é relativamente pequeno. Vale lembrar que a adesão pode ser realizada não apenas pelo órgão como um todo, mas por Campi específico no caso das Instituições de Ensino, o que resultaria em um número de adesões que poderia ser ainda maior.

**Figura 2 - Adesão à A3P por esfera de governo.**



Fonte: A3P/DEC/SECEX/MMA.

Carvalho e Sousa (2013) destacam que a A3P propõe a mudança da cultura institucional, visto que objetiva a adoção de critérios de responsabilidade socioambiental nas práticas administrativas, para que seja alcançada a sustentabilidade econômica, social e ambiental. “A adesão das instituições públicas de ensino superior à A3P pode ser um indicador de inovação na gestão naquelas que são consideradas organizações responsáveis pela formação dos profissionais do futuro.” (Viegas, et al., 2015, p. 9)


### 2.2.1 Marcos Legais da Agenda Ambiental na Administração Pública



Os marcos legais do Programa A3P são consubstanciados pelos seguintes institutos: **1)** Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, Institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Considerada um marco histórico no desenvolvimento do direito ambiental, a lei estabelece definições legais sobre os seguintes temas: meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e demais recursos. Entre os muitos avanços visando a proteção ambiental, destacam-se nessa norma a exigência de Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA) e o seu respectivo relatório (RIMA); **2)** a Constituição Federal/88, no seu Artigo 225, que afirma o direito da sociedade a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e estipula que cabe à coletividade e ao poder Público defendê-lo e preservá-lo; **3)** a Agenda 21, Capítulo IV, que atribui aos países membros a responsabilidade do exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo à mudança nos padrões insustentáveis de consumo; **4)** a Declaração do Rio,


Princípio 8, que dispõe que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo, e promover políticas demográficas adequadas”; e 5) a Agenda 21 brasileira que traz o tema “Produção e Consumo Sustentáveis Contra a Cultura do Desperdício” como o objetivo primordial dentro da plataforma das 21 ações prioritárias (BRASIL/MMA, 2009, 2013).

As atividades do Programa A3P respaldam-se nas orientações e nos princípios da Norma Brasileira ABNT NBR ISO 14001/2005 – Sistema de Gestão Ambiental – que delimita orientações para uso, cabendo, a cada instituição, desenvolver a sua própria agenda, conforme suas peculiaridades (ABNT, 2005). A plataforma virtual Ressoa permite o monitoramento das ações voltadas à gestão socioambiental, ao passo que acompanha metas e consolida informações, através da compilação dos dados e possibilita o envio do Relatório Técnico. O uso da ferramenta elimina a necessidade de relatórios físicos, gerando assim, economia e sustentabilidade nos processos da A3P (BRASIL/MMA, 2018). O quadro 1 resume os princípios norteadores e legislações pertinentes a A3P:

**Quadro 1 - Princípios norteadores e normais legais pertinentes.**

Princípios Norteadores Conferências Mundiais	Brasil – Normas legais pertinentes
<p>Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano em Estocolmo – 1972</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Federal de 1988. O Artigo 225 da CF trata da questão ambiental. O artigo firma o direito da sociedade a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e afirma que cabe à coletividade e ao Poder Público defendê-lo e preservá-lo.</li> <li>• Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);</li> <li>• Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989 (Criação do Fundo Nacional de Meio Ambiente);</li> <li>• Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990 (Criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental).</li> </ul>
<p>Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio 92, no Rio de Janeiro – 1992</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos);</li> <li>• Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Sanções penais e administrativas lesivas ao meio ambiente);</li> <li>• Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Política Nacional de Educação Ambiental);</li> <li>• Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 (Especificação das sanções aplicáveis as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);</li> <li>• Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 (Criação da Ag. Nacional de Água);</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza);</li> <li>• Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 (Acesso ao patrimônio genético);</li> <li>• Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001 (Define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece as normas para o seu funcionamento).</li> </ul>
<p>Conferência Mundial do Desenvolvimento Sustentável – Rio+10, em Joanesburgo – 2002</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002 (Estabelece critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil);</li> <li>• Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 (Regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental);</li> <li>• Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 (Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza);</li> <li>• Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003 (Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos);</li> <li>• Decreto nº 5.459, de 7 de junho de 2005 (Regulamenta as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado);</li> <li>• Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 (Política Nacional de Biossegurança, normas de segurança e mecanismos de fiscalização que envolva organismos geneticamente modificados);</li> <li>• Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005 (Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de organismos geneticamente modificados);</li> <li>• Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 (Trata da Gestão de Florestas Públicas para a produção Sustentável, Institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal);</li> <li>• Decreto nº 5.940 de 2006 (Estabelece a exigência de separação dos resíduos recicláveis dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis);</li> <li>• Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006 (Regulamenta práticas de manejo, exploração e utilização florestal, entre outras atividades correlacionadas);</li> <li>• Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Nacionais);</li> <li>• Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007 (Regulamenta a gestão de florestas públicas para a produção sustentável);</li> <li>• Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima);</li> <li>• Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);</li> <li>• Lei nº 12.349/2010 (Altera a Lei nº 8.666/93 – Lei das licitações. A promoção do desenvolvimento nacional sustentável se torna objetivo das licitações);</li> <li>• Lei nº 12.462/2011 (Estabelece o Regime diferenciado de contratações públicas);</li> <li>• Recomendação CONAMA Nº 12/2011 (indica aos órgãos e</li> </ul>

	entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente– Sisnama, a adoção de normas e padrões de sustentabilidade).
<p>Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, no Rio de Janeiro – 2012</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Trata da proteção da vegetação nativa);</li> <li>• Lei nº 12.805, de 29 de abril de 2013 (Política Nacional de Integração Lavoura - Pecuária – Floresta);</li> <li>• Lei nº 12.854, de 26 de agosto de 2013 (Trata do incentivo à ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agro florestais);</li> <li>• Decreto nº 7.746/2012 (Determina a adoção de iniciativas, dentre elas a A3P, referentes ao tema da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais bem como suas vinculadas);</li> <li>• Instrução Normativa Nº 10/2012 do MPOG (Estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal bem como suas vinculadas);</li> <li>• Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014 (Normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal e institui Programa Mais Ambiente Brasil);</li> <li>• Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 (Trata da diversidade biológica, patrimônio genético e assuntos afins). Lei nº 13.186, de 11 de novembro de 2015 (Política de Educação para o Consumo Sustentável);</li> <li>• Portaria MMA Nº 326/2020 (Institui o programa A3P e estabelece suas diretrizes).</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

## 2.2.2 Os Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e a Relação com o Plano de Logística Sustentável (PLS)

O Ministério do Meio Ambiente - MMA (2014) permite que, caso a instituição já possua um Plano de Logística Sustentável, este seja utilizado como Plano de Gestão Socioambiental para implantação da A3P, visto que ambos convergem, sendo estruturados de forma semelhante. Luiz et al. (2015) apresentam de forma didática como se dá a semelhança entre a A3P e o PLS, conforme figura 3:

**Figura 3 - Correlação A3P e PLS.**

EIXOS TEMÁTICOS DA A3P		TEMAS MÍNIMOS DO PLS
Uso Racional dos Recursos	↔	Material de Consumo / Energia Elétrica / Água e Esgoto / Deslocamento de Pessoal
Gestão de Resíduos	↔	Coleta Seletiva
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	↔	Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
Sensibilização e Capacitação dos Servidores	↔	Obs.: não configura como Tema Mínimo a ser abrangido pelo PLS, mas como Conteúdo Mínimo
Licitação Sustentável	↔	Compras e Contratações de Serviços Sustentáveis
Construções Sustentáveis	↔	Contratação de Obras e Manutenção Predial

Fonte: Luiz *et al.*, 2015. Embasados em MMA (2015) e Brasil (2012)

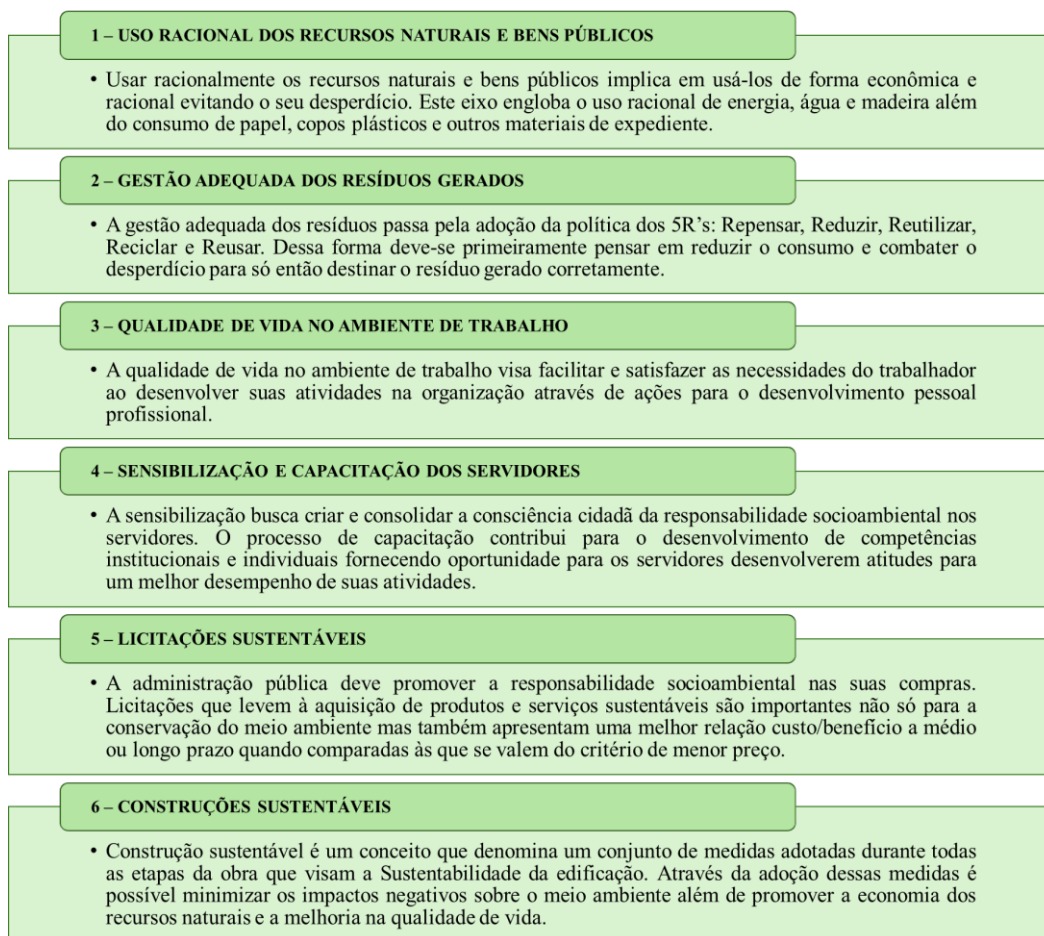
Buscando operacionalizar os objetivos apresentados no programa, o Ministério do Meio Ambiente desenvolveu a A3P sob seis eixos temáticos, baseados na política dos 5 R's (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar, Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos).

A estrutura central da A3P, gravita em torno dos critérios de sustentabilidade que foram inseridos na definição dos seis eixos temáticos que compõem a sua estrutura:

- Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados;
- Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores;
- Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis; e
- Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis (BRASIL/MMA, 2017).

Segue a caracterização desses eixos na figura 4:

**Figura 4 - Eixos temáticos da A3P.**



Fonte: Adaptado Cartilha A3P (Brasil/MMA, 2018).

### **2.2.2.1 Eixo 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos**

Esse eixo temático compreende a adoção de medidas para a racionalização de gastos e consumos água, energia, papel e copos (50 e 200 ml). A aquisição ou contratação desses bens exige do gestor um planejamento enxuto, baseado na real necessidade de consumo para que não haja desperdício. A racionalização do uso dos recursos naturais e bens públicos implica positivamente na economia de recursos financeiros, bem como reduz a quantidade de resíduos a ser descartada.

Quanto ao uso racional da água, os autores Philippi JR. et al. (2004), enfatizam que o recurso de águas para fins não-potáveis tem sido impulsionado em todo o mundo em razão da crescente dificuldade de atendimento a uma demanda cada vez maior de água para o abastecimento público doméstico e da escassez cada vez maior dos mananciais próximos ou de qualidade adequada para abastecimento após o tratamento convencional da água. Os autores ainda salientam que o reúso de águas para fins não-potáveis não é restrito somente ao setor industrial, pois com tratamentos devidos a água pode ser reutilizada para irrigação na agricultura ou em campos e parques, lavação de calçadas, descargas de vasos sanitários, entre outras atividades (Philippi JR., *et al.*, 2004, p. 80).

Quanto ao consumo de energia elétrica, Bastos (2006, p. 2) destaca de um modo geral os prédios públicos, principalmente centros de ensino superior cujas instalações são antigas, apresentam inúmeros pontos de desperdícios de energia. Para o autor, alguns fatores contribuem para este problema: falta de práticas de incentivo ao combate ao desperdício de energia, equipamentos que não atendem aos requisitos do Selo Procel (PROCEL, 2002), uso inadequado de aparelhos elétricos, dentre outros. Neste sentido, cabem às instituições buscar alternativas para reduzir o consumo de energia.

Em relação ao consumo de copos plásticos, destaca-se que a incorporação dos copos plásticos na A3P é decorrente do fato de esse material se constituir em um dos principais resíduos gerados pela Administração Pública na forma, principalmente, de copos plásticos utilizados para o consumo de água e café (BRASIL, 2017). Ao considerar a utilização significativa dos copos plásticos, a A3P propõe, às instituições públicas, que atentem para seu correto descarte, pelo fato de não poderem ser reaproveitados. Ângulo et al. (2001) destaca a importância de expor que esses são extraídos do refinamento do petróleo, a partir de uma de suas frações conhecida como Nafta. Com isso, há a liberação de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e outros gases na atmosfera, além da utilização de água e de energia elétrica para a sua produção.

A vida útil do copo descartável é exígua, mas, quando descartado, várias gerações se passarão e esse material não se decompõe. Os copos descartáveis demoram muito para se decompor na natureza, segundo informações, em média de 200 a 400 anos (Tosi *et al.*, 2016). Logo, são alternativas e merecem todo o empenho institucional, a conscientização sobre a importância da substituição dos copos plásticos por canecas de porcelana, de plásticos duráveis e a realização de estudo de viabilidade de custos para substituição gradual de 100% dos copos de plástico descartáveis por copos biodegradáveis, que podem, a exemplo do copo de papel rígido, se decompor em até 180 dias Nasser (2016).

Como pilar da Agenda, o uso racional dos recursos naturais e bens públicos é um dos que exige ampla dedicação do gestor, dada a variedade de produtos adquiridos e/ou mantidos no Almoxarifado MMA (2015):

### **Uso Racional dos Recursos Naturais / Combate ao Desperdício**

#### **Consumo de papel**

- Fazer levantamento e acompanhamento do consumo de papel usado para impressão e cópias;
- Realizar levantamento das impressoras que precisam de manutenção ou substituição;
- Realizar impressão de papel frente e verso;
- Confeccionar blocos de anotação (com papel usado só de um lado);
- Utilizar papel não-clorado ou reciclado.

#### **Consumo de energia**

- Adotar as diretrizes propostas pelo programa Procel – Prédios Públicos que visa promover a economia e o uso racional da energia elétrica nas edificações públicas;
- Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo;
- Realizar levantamento e acompanhamento do consumo de energia;
- Propor implantação de sensores em banheiros;
- Promover campanhas de conscientização;
- Desligar luzes e monitores na hora do almoço;
- Fechar as portas quando ligar o ar-condicionado;
- Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação, luz solar;
- Desligar um dos elevadores em horários específicos.

#### **Consumo de copos plásticos**

- Promover campanhas de conscientização para uso de copos individuais não-descartáveis;
- Disponibilizar copos permanentes para todos os servidores.

#### **Consumo de água**

- Realizar levantamento sobre a situação das instalações hidráulicas e proposição das alterações necessárias para redução do consumo;
- Realizar levantamento e acompanhamento do consumo de água;
- Promover campanhas de conscientização para o não desperdício da água.

#### **2.2.2.2 Eixo 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados**

O Ministério do Meio Ambiente, através da Cartilha da A3P (2010), em consonância com normativos internacionais e nacionais, recomenda a adoção da coleta seletiva, abrangendo a disponibilização de coletores adequados, sacos de lixo com as respectivas cores para diferentes tipos de resíduos, gerenciamento dos indicadores relativos à pesagem dos resíduos e adequação contratual para recolhimento dos resíduos com o respectivo tratamento. O ideal é que esse ciclo se feche, desde a compra até o descarte do produto. A gestão de resíduos representa atualmente um dos maiores desafios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, descrita na Lei nº 12.305 (BRASIL, 2010a), assim como nos Decretos Regulamentadores nº 7.404 (BRASIL, 2010b) e 9.177 (BRASIL, 2017a).

Dias (2014, p. 47) destaca que para a gestão dos resíduos gerados no setor público é importante analisar as seguintes ações: a compra, o consumo, a coleta seletiva e o descarte do produto. O primeiro passo é analisar criteriosamente o processo de compra, evitando que sejam adquiridos produtos desnecessários ou inviáveis ambientalmente. Assim já se faz uso de parte do conceito dos **5 R's**, ou seja, o Repensar e o Recusar. Após essa etapa, é preciso consumir de forma racional os recursos naturais e bens públicos, evitando o desperdício.

Propondo a separação dos resíduos desde a sua geração, para que cada tipo tenha a destinação correta, a coleta seletiva é parte importante deste eixo. Deve-se propiciar a reciclagem e reutilização dos resíduos que podem ser reaproveitados e propiciar destinação ambientalmente correta para tudo aquilo que não puder ser aproveitado. É importante destacar que o Decreto nº 5.940/2006 que trata da coleta seletiva solidária, para que as cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis e

reutilizáveis tenham prioridade ao ser operacionalizado um sistema de logística reversa para os resíduos.

Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou a cartilha “Coleta Seletiva Solidária: cidadania, oportunidade de renda e inclusão social”, que trata da implantação da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos públicos federais, com base no Decreto nº 5.940/06. Nela a coleta seletiva solidária é definida como “uma estratégia que busca a construção institucional para um novo modelo de gestão dos resíduos, no âmbito da administração pública federal, direta e indireta, somada aos princípios e metas estabelecidos pela A3P” (MDS, 2008, p. 13).

### **2.2.2.3 Eixo 3 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho (QVT)**

A promoção da saúde, da segurança, da integração social são fatores que demandam atenção neste eixo, além do bom aproveitamento das habilidades individuais e promoção de ações para o seu desenvolvimento pessoal e profissional (Silva, 2014; Capelari, 2013).

As ações devem visar a preservação da saúde mental e física do servidor em nome de um bem jurídico maior que é a sustentabilidade. Deve-se levar em consideração que o servidor público não produzirá sem saúde integral, física e psíquica, o que acarreta ônus para a administração pública (MMA, 2015).

Dessa forma, a administração pública deve ter dentre seus objetivos proporcionar uma melhor qualidade de vida no trabalho a seus servidores, promovendo ações que permitam o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Devendo para isso, desenvolver ações que verifiquem o grau de satisfação do trabalhador com seu ambiente de trabalho, que melhorem as condições ambientais, que promovam saúde e segurança, dentre outros. Silva et al. (2010, p. 83) observam que na esfera da sustentabilidade, a qualidade de vida no trabalho revela-se como uma prática de gestão de recursos humanos pautada na valorização do ser humano, dando oportunidade para que a instituição se mobilize a fim de atender as necessidades e os anseios do servidor.

São vários fatores que levam a melhoria da qualidade de vida no trabalho. Dentre os fatores que o MMA (2015) sugere para a melhoria na qualidade de vida no trabalho estão:

- Incentivar os servidores e colaboradores à prática de atividades físicas;
- Estimular o bem-estar físico e social dos servidores e colaboradores, por meio de treinamentos e atividades comunitárias como caminhadas e corridas de rua;

- Agregar a ginástica laboral à rotina institucional para reduzir a tensão dos servidores e colaboradores enquanto cumprem sua jornada, aumentando a motivação e a qualidade do ambiente profissional;
- Promover eventos específicos de promoção do uso da bicicleta;
- Promover a vacinação periódica dos servidores e colaboradores da instituição;
- Desenvolver um Plano de Preparação para Aposentadoria;
- Promover eventos voltados para a saúde da mulher;
- Verificar a qualidade do ar e o nível de ruído no ambiente laboral dentro dos níveis exigidos em legislação;
- Instituir programa de prevenção de riscos ambientais.

#### **2.2.2.4 Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores**

A A3P traz um eixo específico de sensibilização e capacitação, com o objetivo de demonstrar aos servidores públicos a importância da adoção de uma postura socioambiental responsável. Mesmo que a questão ambiental esteja cada vez mais presente nas discussões, é possível perceber que ainda há pessoas não engajadas no assunto. Dessa forma, a conscientização é um fator decisivo para a implantação da A3P, pois para o sucesso da agenda ambiental é necessário um engajamento social e coletivo (MMA, 2009). O MMA (2015) recomenda, como estratégia de sensibilização e capacitação, os seguintes pontos:

- Traçar uma agenda específica de capacitação e formação da Comissão Gestora da A3P;
- Traçar um Plano de Comunicação para disseminar metas, ações e resultados relacionados aos Projetos, por meio de matérias que forneçam, além de dados, informações para público interno e externo;
- Promover cursos de capacitação relacionados à A3P, produzindo textos para conquistar a adesão dos servidores;
- Divulgar programas educativos e de sensibilização dos servidores e colaboradores para a melhor utilização dos recursos institucionais;
- Incentivar os servidores e colaboradores para o uso de bicicletas no seu deslocamento até o local de trabalho;
- Elaborar informativos com temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição;
- Estimular ações de sensibilização para a carona solidária;

- Desenvolver pesquisa para verificar conhecimento e mudança de atitude por parte dos servidores e colaboradores quanto à comunicação e sensibilização;
- Estimular os servidores a participarem de cursos, seminários e congressos relacionados à temática da A3P;
- Fazer campanhas de sensibilização dos servidores com divulgação na intranet, cartazes, etiquetas e informativos.
- Assim, é fundamental que os órgãos possuam um Plano de Capacitação para que se promova o desenvolvimento de competências individuais e permita aos servidores atuarem como multiplicadores, especialmente para órgãos que possuam várias unidades (MMA, 2009).
- Criar formas interessantes de envolvimento das pessoas em uma ação voltada para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida de todos;
- Orientar para a redução no consumo e para as possibilidades de reaproveitamento do material descartado no local de trabalho e em casa;
- Incentivar o protagonismo e a reflexão crítica dos servidores sobre as questões socioambientais, promovendo a mudança de atitudes e hábitos de consumo da instituição.

Somada a iniciativas de capacitação, a sensibilização deve ser tratada como instrumento essencial para construção de uma nova cultura de gestão dos recursos públicos. Devendo promover orientação, informação e qualificação aos gestores públicos e permitindo um melhor desempenho das atividades implantadas.

O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades (BRASIL, 2017). As mudanças de hábitos, comportamento e padrões de consumo dos servidores impacta diretamente na preservação dos recursos naturais. Para que essas mudanças sejam possíveis é necessário o engajamento individual e coletivo, pois apenas dessa forma será possível a criação de uma nova cultura institucional de sustentabilidade das atividades do setor público. De acordo com o MMA (2009, p. 47), o processo de sensibilização dos servidores envolve a realização de campanhas que busquem chamar a atenção para temas socioambientais relevantes, esclarecendo a importância da adoção de medidas socioambientais e os impactos positivos da adoção dessas medidas para a sociedade.

### **2.2.2.5 Eixo 5 – Licitações Sustentáveis**

No Brasil, o consumo da administração pública submete-se ao procedimento licitatório, nos termos do determinado pelo art. 37, inciso XXI, da CF/88 e conforme regulamentação da Lei nº 8.666/93. A partir de alteração legislativa provocada pela Lei nº 12.349/2010 e pela nova Lei de Licitações nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável passou a ser princípio regente das contratações efetuadas pela Administração Pública. Com isso, a concepção de consumo público sustentável restou inserida de forma expressa em nossa legislação, tratando-se de exigência de observância obrigatória, inclusive como meio de concretização do dever constitucional imposto ao Poder Público de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado em prol da coletividade. A instituição da promoção do desenvolvimento nacional sustentável como princípio das licitações trata-se do reconhecimento da natureza como uma responsabilidade humana.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, define licitações sustentáveis como aquelas que levam em consideração a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos produtos e processos relativos a ela. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes para a conservação do meio ambiente, abrangendo a própria sociedade nele inserida, como também apresentam no aspecto econômico uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço (BRASIL, 2009, p. 49). No Brasil, de acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as compras públicas movimentam de 10% a 15% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o que mostra o grande poder de contratação da administração pública. Com isso, o setor público brasileiro pode desempenhar papel fundamental na mudança dos padrões de consumo sustentável, estimulando ainda a inovação tecnológica (Santos Neto, 2011, p. 8, 9, 11, 15).

As disposições das Políticas Nacionais sobre Mudança do Clima e de Resíduos Sólidos passaram a ser de observância obrigatória para a Administração Pública, tendo explicitado critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos (art. 6º, XII, da Lei nº 12.187/2009) e a prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis, assim como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (art. 7º, XI,

da Lei nº 12.305/2010). Este eixo permite ao órgão público influenciar sua cadeia de suprimentos, de modo que as empresas que cumpram requisitos de sustentabilidade ambiental, social e econômica tenham prioridade nos processos licitatórios, além de garantir um produto eficiente. O MMA (2017d) coloca que ao exigir das empresas que os produtos sejam sustentáveis, pretende-se estimular os fornecedores a desenvolverem abordagens inovadoras neste sentido. Quanto aos serviços contratados, observa-se a questão da segurança e disponibilidade de equipamentos de proteção individual para os trabalhadores, o uso de produtos que obedeçam às especificações dos órgãos regulamentadores, entre outros.

A partir dessa ótica, Barki (2011, p. 22) explica que a vantajosidade para a Administração nas contratações públicas não pode ser considerada apenas sob o prisma econômico (direito ao desenvolvimento), importando também o ambiental (direito ao meio ambiente sadio)”. Dalapé (2008) discorre que a licitação pública sustentável possui a função de atender às necessidades da administração pública, produzindo um menor impacto ao meio ambiente e trazendo benefícios para a sociedade. É também conhecida por compras públicas sustentáveis, eco aquisições, compras ambientalmente amigáveis, consumo responsável e licitação positiva.

As licitações sustentáveis são também conhecidas por compras públicas sustentáveis, compras ambientalmente amigáveis, eco aquisições ou compras verdes, sendo aquelas que consideram a variável ambiental, com o intuito de garantir um consumo harmonizado com o princípio do desenvolvimento sustentável.

A Administração Pública participa do mercado não só como consumidor, mais também como regulador, sendo assim, deve utilizar-se do seu poder de compra como instrumento de justiça social e ambiental. A partir do uso de licitações sustentáveis, o governo pode tornar-se um impulsionador de novos mercados, gerando emprego e renda, preparando inclusive a economia brasileira para a competição internacional, numa área considerada estratégica no novo cenário mundial. Como princípios básicos para licitações e contratações sustentáveis sugere-se MMA (2017):

- Quando possível, fazer compras compartilhadas com outros órgãos;
- Fazer um planejamento anual de compras, identificando os itens sustentáveis similares a serem adquiridos;
- Evitar a aquisição de materiais permanentes que não atendam aos critérios de sustentabilidade;

- Seguir as diretrizes da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras;
- Seguir as diretrizes da Portaria n° 2 do MP, de 16 de março de 2010, e da IN n° 01 do MP de 20 de janeiro de 2010, que tratam da Tecnologia da Informação - TI Verde;
- Comprar equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes onde for indispensável.

#### **2.2.2.6 Eixo 6 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis**

O eixo “Construções Sustentáveis”, foi incluso no Programa no ano de 2015 e estabelecido após a parceria do MMA com o Centro Brasileiro de Construções Sustentáveis (CBCS) e o Departamento de Produção e Consumo Sustentável (DPCS) (BRASIL, 2015a).

A Instrução Normativa no 01, de 19 de janeiro de 2010, em seu artigo 4º, cita algumas tecnologias e materiais que podem ser utilizados para reduzir o impacto ambiental, como a 43 automação da iluminação dos prédios, com sensores de presença, o uso de energia solar para aquecimento de água, sistemas de reuso de água e tratamento de efluentes, comprovação da origem da madeira utilizada, utilização de materiais reciclados ou biodegradáveis, entre outros.

O eixo “Construções sustentáveis” interfere no “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos” e na “Gestão dos resíduos”, influenciando desde os resíduos das próprias construções, até o planejamento das obras de forma a garantir questões sanitárias e de segurança de acordo com as exigências ambientais, reaproveitamento de água, iluminação adequada, ventilação, entre outros, implicando, conseqüentemente, no eixo “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”. Os eixos “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos” e “Gerenciamento de Resíduos Sólidos” têm estreita relação, dada a importância de utilizar os produtos de forma sustentável, e após o uso, buscar reciclar, reaproveitar, ou dar a destinação correta.

Roaf et al. (2009, p. 102), destaca que as opções para construir de forma sustentável são amplas e podem ser iniciadas com a utilização de uma quantidade inferior de energia elétrica e de outros recursos naturais, planejando-se desde o projeto de construção e a aquisição de insumos economicamente viáveis, ecologicamente corretos e

socialmente justos, passando pela pesquisa e pelo desenvolvimento de métodos e materiais de construção que emitam uma menor quantidade de CO<sub>2</sub> na atmosfera (maiores responsáveis pelo aquecimento global), até a minimização dos impactos ambientais por elas causados, através: da redução dos desperdícios e da geração de resíduos; do reaproveitamento dos materiais descartados no meio ambiente, entre os quais plásticos, madeira, ferragem, resíduos de construção etc.; da redução dos gastos com o consumo de energia elétrica e água; da otimização da qualidade de vida dos moradores; de atitudes saudáveis que contribuam com a preservação da natureza.

Destaca-se que estes requisitos não se aplicam apenas a novos prédios, pois um sistema de captação de água da chuva, por exemplo, pode ser pensado para prédios já construídos, bem como o uso prioritário de lâmpadas fluorescentes, a troca de equipamentos de climatização, quando necessária, pode ser realizada com equipamentos mais eficientes, e inclusive a manutenção predial pode ser realizada com produtos certificados e com procedência ambientalmente correta.

A Câmara da Indústria da Construção (CIC), a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (ASBEA), o Conselho Brasileiro de construção sustentável (CBCS) e outras instituições destacam alguns princípios básicos para construção de empreendimentos sustentáveis MMA (2017):

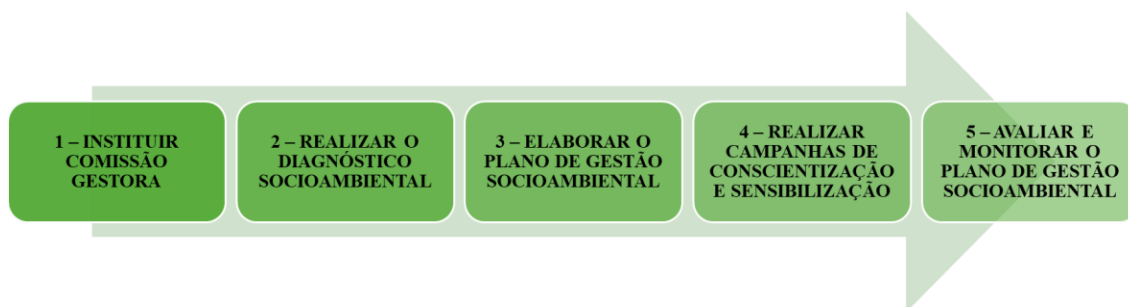
- Aproveitamento de condições naturais locais;
- Utilização mínima do terreno e a integração da construção com o meio ambiente;
- Implantação e a análise do entorno;
- A redução dos impactos no entorno, entre os quais paisagem, temperaturas, concentração de calor e sensação de bem-estar;
- A preocupação com a qualidade ambiental interna e externa;
- Gestão sustentável da implantação da obra;
- Adaptação às necessidades atuais e futuras dos usuários;
- O uso de matérias-primas que contribuam com a eco eficiência do processo;
- A redução do consumo energético;
- A redução do consumo de água;
- A redução, a reutilização, a reciclagem e a disposição correta dos resíduos sólidos gerados;
- A introdução de inovações tecnológicas sempre que possível e viável;
- A educação ambiental, que envolve a conscientização de todos os envolvidos no processo.

### **2.2.3 As Etapas de Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P**

Para a real efetivação dessa agenda, o MMA apoia tecnicamente as instituições interessadas em desenvolver a A3P propondo, aos parceiros interessados, a sua institucionalização por meio da assinatura do Termo de Adesão e o seu cadastro na Rede A3P (BRASIL, 2014). A assinatura do termo demonstra o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e a gestão transparente. Para a implantação da A3P, o MMA propõe uma metodologia baseada em 5 passos: a) instituir uma Comissão Gestora; b) realizar o diagnóstico socioambiental; c) elaborar o Plano de Gestão Socioambiental; d) realizar campanhas de conscientização e sensibilização e; e) avaliar e monitorar o Plano de Gestão Socioambiental (Vasconcellos, 2015). Para que a Agenda seja realmente efetivada, o Ministério do Meio Ambiente ajuda tecnicamente os órgãos interessados em aderir à A3P, sugerindo-lhes a instauração através da assinatura do Termo de Adesão e do cadastro na Rede A3P (BRASIL, 2014). O compromisso do órgão em aderir a uma gestão transparente e à agenda socioambiental é comprovado com a assinatura do termo. Para a adesão, a instituição pública precisa enviar ao MMA um ofício para encaminhar documentação comprobatória da regularidade de seu representante e da instituição, como também da minuta do Termo de Adesão e do Plano de Trabalho.

No Plano de Trabalho são explicitados o cronograma de execução e o projeto de implementação da agenda, definidos para um período de cinco anos. Segundo o MMA, o processo de adesão conclui-se por volta de dois meses. A instituição pode fazer uma solenidade para assinar o termo, agendando com o Gabinete do Secretário-Executivo do MMA (BRASIL, 2014). Depois de assinar o termo de adesão, o órgão deverá prosseguir com as etapas descritas abaixo, a fim de ratificar a implementação da agenda. O MMA sugere um método baseado em 5 etapas, para uma boa implantação da A3P: 1) criar uma Comissão Gestora; 2) fazer o diagnóstico socioambiental; 3) realizar o Plano de Gestão Socioambiental; 4) elaborar campanhas de sensibilização e conscientização; 5) avaliar e monitorar o Plano de Gestão Socioambiental (Vasconcellos, 2015). Na figura 5 são apresentadas cada uma das cinco etapas sugeridas pelo MMA:

**Figura 5** - Cinco etapas para implementação A3P.



Fonte: Adaptado Cartilha A3P (Brasil/MMA, 2018)

Assim, estas etapas consistem no seguinte:

### **1. Instituir comissão Gestora**

A instituição deverá instituir uma Comissão Gestora, com representantes de todos os setores, que se comprometam a serem os agentes de socialização e sensibilização para a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental em seus respectivos setores. Essa comissão será a responsável, também, pela elaboração do diagnóstico socioambiental na instituição, que é o passo seguinte aqui tratado.

### **2. Realizar o diagnóstico socioambiental**

O diagnóstico, feito através do levantamento/inventário da situação socioambiental da instituição, deve conter informações sobre o que é contemplado nos cinco eixos da A3P.

### **3. Elaborar o plano de gestão socioambiental**

A partir do diagnóstico, é elaborado o Plano de Gestão Socioambiental em que são estabelecidos os objetivos, os projetos, as atividades ou ações que serão implementadas, as metas a serem alcançadas, as responsabilidades institucionais - do órgão e dos servidores – assim como as medidas de monitoramento e, ainda, a identificação dos recursos disponíveis para a implantação das ações.

### **4. Realizar campanhas de conscientização e sensibilização**

As campanhas de conscientização e sensibilização de todos os servidores para a importância da implantação da A3P devem acompanhar o processo de implantação e operacionalização das atividades. Poderá ser realizado a partir de campanhas, cursos e publicação de material educativo específico para os funcionários, prevendo-se estratégias de comunicação para cada cargo/atribuição.

### **5. Avaliar e monitorar o plano de gestão socioambiental**

Será realizado pela comissão, avaliações e monitoramento periódico, por meio de um conjunto de indicadores de sustentabilidade, com o intuito de prover informações quanto à eficiência e eficácia do projeto, que são consolidadas em relatórios de monitoramento. É importante que na avaliação sejam identificados os pontos de melhorias alcançados e as falhas para a prestação de contas e transparência dos dados institucionais (MMA, 2018).

#### **2.2.4 Indicadores de Desempenho da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**

Diante da necessidade de aperfeiçoamento e consolidação das ações implementadas no âmbito do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, o MMA, através da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC e do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Ambiental – DCRS, elaborou uma proposta de indicadores, de caráter orientativo, que tem por objetivo auxiliar os parceiros da A3P no monitoramento e avaliação de suas atividades. Os indicadores poderão ser utilizados para a elaboração de Relatórios Técnicos e auxiliarão os parceiros da A3P na definição de metas e ações de aperfeiçoamento. Também podem ser usados como referenciais por outras instituições públicas que não aderiram à A3P, mas que implementam ações de sustentabilidade e queiram mensurá-las ou aperfeiçoá-las. Avaliam a implementação dos Cinco Eixos Temáticos do Programa A3P, e para cada um dos cinco eixos, foram estabelecidos indicadores gerais, adicionais e especiais. Cada indicador tem um número específico que o identifica (MMA, 2018).

Conforme o MMA, os indicadores gerais são focados nos aspectos quantitativos do monitoramento, os adicionais e especiais são identificados pelo número e por uma letra que precede o número. A letra **A** significa que o indicador é adicional, ou seja, é aplicado apenas para algumas realidades e não pelo conjunto dos órgãos públicos. A letra **E** precede o indicador especial que é um indicador qualitativo das ações implementadas. Como os indicadores têm caráter orientativo, a instituição poderá escolher aqueles que irá utilizar na elaboração do Relatório Técnico de Monitoramento. O quadro 2 demonstra o conteúdo necessário para o devido acompanhamento dos indicadores de desempenho da A3P de acordo com orientação do MMA:

#### **Quadro 2 - Indicadores de desempenho da A3P (MMA, 2018).**

**Eixo 1. Indicadores de Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos** (os indicadores foram definidos para auxiliar os órgãos nas ações de economicidade do gasto, otimização do uso dos recursos naturais e bens públicos, bem como para a redução do desperdício nas

atividades realizadas pela administração)		
1.1. Indicadores para Energia		Cálculo
1.1.1	Consumo de energia elétrica	Quantidade de kwh consumidos: verificar o valor na conta de luz
1.1.2	Consumo de energia elétrica per capita	Quantidade de Kwh consumidos / número total de servidores
1.1.3	Gasto com energia elétrica	Valor da fatura em reais (R\$)
1.1.4	Percentual de energia elétrica economizada	(Total de Kwh de energia elétrica no ano 2 – total de kwh de energia no ano 1 / total de energia elétrica dos dois anos) x 100
E.1.1.5	Uso de lâmpadas fluorescentes eficientes	Quantidade (unidades) de lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho na área de iluminação
E.1.1.6	Uso de sistema de controle de iluminação por timer ou fotocélula	Informar se utiliza ou não sistema de controle de iluminação
E.1.1.7	Percentual de energia elétrica utilizada a partir de fontes renováveis de energia	(Total de kwh de energia elétrica a partir de fontes renováveis /total de kwh de energia elétrica) x 100
1.2. Indicadores para Água		Cálculo
1.2.1	Volume de água utilizada	Quantidade de m3 consumidos – verificar o valor na conta de água
1.2.2	Volume de água per capita	Quantidade de m3 de água consumidos/ número total de servidores
1.2.3	Percentual de água economizada	(Total de m3 de água no ano 2 – total de m3 de água no ano 1 / total de água dos dois anos) x 100
1.2.4	Gasto com água	Valor da fatura em reais (R\$)
A.1.2.5	Consumo de água mineral	Total de galões de água mineral adquiridos
A.1.2.6	Gasto com água mineral	Valor total gasto com a compra de galões de água mineral em reais (R\$)
A.1.2.7	Reutilização de Água	Total de m3 de água cinza (servida) + Total de m3 de água captada da chuva
A.1.2.8	Uso de hidrômetros individualizados para controle do consumo de água	Informar se utiliza ou não sistema de controle individualizado
A.1.2.9	Uso de equipamentos hidráulicos eficientes	Informar se utiliza ou não
1.3. Indicadores para Copos Descartáveis		Cálculo
1.3.1	Consumo de copos descartáveis de 200 ml	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 200 ml utilizados
1.3.2	Consumo de copos descartáveis de 50ml	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 50 ml utilizados
1.3.3	Consumo per capita de copos de 200ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos de 200 ml / quantidade de servidores
1.3.4	Consumo per capita de copos de 50ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos de 50 ml / quantidade de servidores
1.3.5	Gasto com copos descartáveis	Valor total gasto com a compra de copos descartáveis (50 ml + 200 ml)
E.1.3.6	Utilização de utensílios não descartáveis	Quantidade (unidades) de utensílios permanentes adquiridos para substituir copos descartáveis
E.1.3.7	Percentual de uso de utensílios não descartáveis	Quantidade total de utensílios permanentes adquiridos/ quantidade total de copos descartáveis utilizados (50 ml + 20ml) x 100

<b>1.4. Indicadores para Papel</b>		<b>Cálculo</b>
1.4.1	Consumo de papel branco	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco utilizadas
1.4.2	Consumo per capita de papel branco	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco utilizadas / quantidade de servidores
1.4.3	Consumo mensal de papel não clorado e reciclado	Quantidade (unidades) de folhas de papel não clorado + Quantidade (unidades) de folhas de papel reciclado utilizado
1.4.4	Valor gasto na aquisição de papel branco	Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco (clorado)
1.4.5	Valor (R\$) gasto com a aquisição de papel não clorado e reciclado	Valor (R\$) gasto com a compra de papel não clorado + (R\$) gasto com a compra de papel reciclado
E.1.4.6	Percentual de papel reciclado e não clorado	Quantidade total de papel reciclado + quantidade total de papel não-clorado/ quantidade total de papel branco (clorado) x 100
E.1.4.7	Emissão de CO2	Quantidade de resmas de papel (500 folhas) consumidas x 3,5 Kg de CO2
<b>1.5. Indicadores para Transporte Aéreo</b>		<b>Cálculo</b>
1.5.1	Gasto com passagens aéreas nacionais	Valor (R\$) gasto com a compra de passagens aéreas nacionais
1.5.2	Gasto com passagens aéreas internacionais	Valor (R\$) gasto com a compra de passagens aéreas internacionais
1.5.3	Milhas percorridas no país	Quantidade de quilômetros percorridos no país
1.5.4	Milhas percorridas no exterior	Quantidade de quilômetros percorridas no exterior
E.1.5.5	Utilização de videoconferências	Quantidade de videoconferências realizadas
E.1.5.6	Emissão de CO2	Distância (Km) percorrida x 0,11 Kg CO2
<b>1.6. Indicadores para Transporte Terrestre</b>		<b>Cálculo</b>
1.6.1	Frota total	Quantidade (unidades) de veículos utilizados no transporte de funcionários
1.6.2	Quilometragem percorrida	Quantidade de quilômetros percorridos
1.6.3	Consumo de Gasolina	Quantidade (litros) de gasolina consumida
1.6.4	Gasto com gasolina	Valor (R\$) gasto para abastecimento dos veículos com gasolina
1.6.5	Consumo de álcool	Quantidade (litros) de álcool consumido
1.6.6	Gasto com álcool	Valor (R\$) gasto para abastecimento dos veículos com álcool
1.6.7	Consumo de diesel	Quantidade (litros) de diesel consumido
1.6.8	Gasto com diesel	Valor (R\$) gasto para abastecimento dos veículos com diesel
E.1.6.9	Emissão de CO2	Quantidade (litros) de gasolina consumida x 2,63 KgCO2/litros
<b>Eixo 2. Indicadores de Gestão de Resíduos Sólidos</b> (os indicadores desse eixo estão focados para auxiliar os parceiros da A3P nas ações de controle, redução da geração e destinação correta dos resíduos gerados)		
<b>2.1. Indicadores para Coleta Seletiva</b>		<b>Cálculo</b>
2.1.1	Reciclagem de papel	Quantidade (Kg) de papel destinado à reciclagem
2.1.2	Reciclagem de papelão	Quantidade (Kg) de papelão destinado à reciclagem

2.1.3	Reciclagem de Cartuchos e Toner	Quantidade (unidades) de toner destinados à reciclagem
2.1.4	Reciclagem de Plástico	Quantidade (Kg) de plástico destinado à reciclagem
E.2.1.5	Total de material reciclável destinado às cooperativas	Kg de Papel + Kg de Papelão + Kg de Plástico+ Kg de plástico destinados à reciclagem
E.2.1.6	Reutilização de Papel	Quantidade (Kg) de papel reutilizado
<b>2.2. Indicadores para Resíduos Perigosos</b>		<b>Cálculo</b>
2.1	Descarte de lâmpadas fluorescentes	Quantidade (unidades) de lâmpadas trocadas
2.2	Descarte de pilhas e baterias	Quantidade (Kg) de pilhas e baterias descartadas
E.2.2.3	Logística reversa de lâmpadas fluorescentes	Quantidade (unidades) de lâmpadas recicladas pela empresa prestadora do serviço
<b>2.3. Resíduos Eletrônicos</b>		<b>Cálculo</b>
2.3.1	Descarte de computadores	Quantidade (unidades) de computadores inutilizados/ obsoletos descartados
2.3.2	Descarte de impressoras	Quantidade (unidades) de impressoras inutilizadas/ obsoletas descartadas
2.3.3	Descarte de aparelhos telefônico inutilizados	Quantidade (unidades) de aparelhos telefônico inutilizados
2.3.4	Descarte de aparelhos de fax inutilizados/obsoletos	Quantidade de aparelhos de fax inutilizados/ obsoletos
<b>Eixo 3. Indicadores de Licitações Sustentáveis</b> (os indicadores desse eixo estão voltados para o processo de aquisição de bens e contratação de serviços, por meio da seleção de produtos que reduzam a geração de resíduos e emissões de CO <sub>2</sub> , bem como os impactos socioambientais negativos)		
<b>3.1. Indicadores para Ar-condicionado</b>		<b>Cálculo</b>
3.1.1	Aquisição de sistema de ar-condicionado eficiente	Quantidade (unidades) de eq. de ar-condicionado eficientes adquiridos
<b>3.2. Indicadores para Iluminação</b>		<b>Cálculo</b>
3.2.1	Aquisição de lâmpadas eficientes	Quantidade (unidades) de lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho adquiridas
E.3.2.2	Uso de reatores eletrônicos com alto fator de potência	Quantidade (unidades) de reatores adquiridos
E.3.2.3	Uso de luminárias reflexivas de alta eficiência	Quantidade (unidades) de luminárias adquiridas
<b>3.3. Indicadores para Água</b>		<b>Cálculo</b>
3.3.1	Aquisição de torneiras com válvulas redutoras de pressão e temporizadores	Quantidade (unidades) de torneiras adquiridas
3.3.2	Aquisição de torneiras com sensores ou fechamento automático	Quantidade (unidades) de torneiras adquiridas
3.3.3	Aquisição de sanitários com válvulas de descarga duplo acionamento ou a vácuo	Quantidade (unidades) de sanitários adquiridos
3.3.4	Porcentagem de equipamentos economizadores de água	(Qtde. de equipamentos economizadores de água adquiridos / total de equipamentos hidráulicos utilizados) x 100
<b>3.4. Indicadores para Aquisição de Papel</b>		<b>Resultados</b>
3.4.1	Aquisição de papel A4 100%	Quantidade (kg) de papel reciclado

	reciclado para impressão	adquirido
3.4.2	Aquisição de papel não-clorado para impressão	Quantidade (Kg) de papel não clorado adquirido
3.4.3	Aquisição de envelope de papel 100% reciclado	Quantidade (unidades) de envelopes 100% reciclados adquiridos
3.4.4	Porcentagem de papel 100% reciclado adquirido	Quantidade (Kg) de papel 100% reciclado adquirido / total de papel adquirido
<b>3.5. Indicadores para Madeira</b>		<b>Cálculo</b>
3.5.1	Aquisição de madeira certificada	Informar materiais adquiridos que foram produzidos a partir de madeira certificada
<b>3.6. Indicadores para Veículos</b>		<b>Cálculo</b>
3.6.1	Aquisição de veículos flex	Quantidade (unidades) de veículos flex adquiridos
<b>3.7. Indicadores para TI Verde</b>		<b>Cálculo</b>
3.7.1	Aquisição de estações de trabalho	Quantidade (unidades) de equipamentos adquiridos com base na Portaria SLTI nº 2
3.7.2	Aquisição de netbook	Quantidade (unidades) de netbook adquiridos com base na Portaria SLTI nº 2
3.7.3	Aquisição de impressoras frente verso	Quantidade (unidades) de impressoras frente-verso adquiridas
<b>3.8. Indicadores para Serviços de Limpeza</b>		<b>Cálculo</b>
3.8.1	Utilização de material biodegradável	Informar se adquire ou se já inclui, no contrato, a aquisição de material de limpeza biodegradável. Especificar os materiais adquiridos
3.8.2	Utilização de material menos agressivo ao meio ambiente	Informar se adquire ou se já inclui, no contrato, a aquisição de material menos agressivo ao meio ambiente. Especificar os materiais adquiridos
3.8.3	Utilização de detergente em pó isento de fósforo	Informar se adquire ou se já inclui, no contrato, a aquisição de detergente em pós isento de fósforo.
3.8.4	Material com embalagem reciclada ou recicláveis	Informar se adquire ou se já inclui, no contrato, a aquisição de material com embalagem reciclada ou reciclável
<b>3.9. Indicadores para Serviços de Copa</b>		<b>Cálculo</b>
3.9.1	Utilização de material permanente	Informar se adquire ou se já inclui, no contrato, a utilização de material de copa permanente para substituir os descartáveis
<b>Eixo 4. Indicadores de Qualidade de Vida no Trabalho- QVT (os indicadores desse eixo buscam auxiliar os parceiros da A3P na avaliação das ações voltadas para a segurança e bem-estar dos servidores)</b>		
<b>4.1. Indicadores para QVT</b>		<b>Cálculo</b>
4.1.1	Saúde e qualidade de vida	Informar sobre os programas existentes para promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores
4.1.2	Redução do stress no trabalho	Informar as ações para diminuir o estresse e promover a interação dos servidores
4.1.3	Participação dos servidores nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	(Quantidade de servidores que participaram de programas ou ações de qualidade de vida / total de servidores da instituição) x 100
<b>4.2. Indicadores para Segurança no serviço e acessibilidade</b>		<b>Cálculo</b>

4.2.1	Comissão Interna de prevenção de acidentes	Informar se há ou não Comissão
4.2.2	Brigada contra incêndios	Informar se há ou não Brigada de Incêndio
4.2.3	Acesso apropriado para portadores de deficiência	Informar se há ou não acesso apropriado
<b>Eixo 5. Indicadores de Sensibilização e Capacitação</b> (os indicadores desse eixo foram definidos com foco nas ações de informação, valorização e engajamento dos servidores)		
<b>5.1. Indicadores para Sensibilização e Capacitação dos Servidores</b>		<b>Cálculo</b>
5.1.1	Curso para servidores	Quantidade de cursos realizados
5.1.2	Campanhas	Quantidade de campanhas realizadas
5.1.3	Publicações	Quantidade de publicações
5.1.4	Comunicação	Listar as estratégias de comunicação utilizadas
5.1.5	Palestras	Quantidade de palestras realizadas
5.1.6	Servidores capacitados	Quantidade de servidores capacitados

Fonte: Adaptado Cartilha A3P (Brasil/MMA, 2018)

### 2.3 Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)

Preocupações com o agravamento dos problemas dos ecossistemas, estimulados por eventos ambientais e normatizações relevantes sobre os princípios do desenvolvimento sustentável, vem promovendo nas organizações a internalização e execução de ações que buscam promover o desenvolvimento econômico e social baseados na sustentabilidade.

Com o objetivo de promover a eficiência e a racionalização do gasto público, a redução dos impactos socioambientais negativos e a sensibilização do corpo funcional por meio da Educação Ambiental, considerando uma visão integrada das práticas e dos processos organizacionais, o Decreto regulamentador nº 7.746 (BRASIL, 2012a) que normatizar o artigo 3º da lei nº 8.666/93, avocou pela primeira vez no quadro normativo brasileiro a figura do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) como instrumento de política pública. Com o Decreto, foi criada a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública-CISAP, que tem como intenção viabilizar políticas públicas sustentáveis para promoção do desenvolvimento nacional sustentável, esta comissão, com o objetivo de criar uma política pública ambiental unificada para os órgãos do Governo Federal estabeleceu a obrigatoriedade da elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pelos órgãos que compõem a Administração Pública Federal. Caberia à Comissão Interministerial de Sustentabilidade da Administração Pública (CISAP) propor regras e ações para sua efetividade. Esse normativo já trazia a obrigatoriedade de os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e

fundacional, assim como das empresas estatais dependentes, elaborarem e implementarem os PLS.

Logo em seguida, foi publicada a Instrução Normativa nº 10 de 12 de novembro de 2012, publicada pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL. MPOG, 2012), estabelecendo regras para a elaboração dos PLS, cujo objetivo é o planejamento de ações de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços que englobam despesas de custeio como aquisição de papel, copos descartáveis, água/esgoto, energia, contratos de terceirização(vigilância, limpeza, telefonia, processamento de dados, transporte, apoio administrativo), impressão, gestão de resíduos e redução da emissão de poluentes, obras e equipamentos.

De acordo com a Instrução Normativa, essas ações devem estar estruturadas com metodologias de implementação, definição de responsabilidades, medidas de divulgação, conscientização e capacitação no sentido de envolver o corpo funcional para o sucesso no alcance das metas definidas pelos gestores. O artigo 5º da referida IN explicita o conteúdo mínimo dos PLS, a saber:

- I – Atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – Práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – Responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – Ações de divulgação, conscientização e capacitação.  
(BRASIL. MPOG, 2012)

A Instrução Normativa SLTI/MP, dispõe ainda que é necessário para colocar o PLS em prática, que seja nomeada uma Comissão Gestora composta por, no mínimo, três servidores, que terão atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o plano (BRASIL. MPOG, 2012, art. 6º, § 2º) no âmbito de cada organização. O PLS, publicado anualmente no sítio eletrônico do órgão, deve conter o objetivo do plano de ação, assim como o detalhamento para implementação das ações com a devida responsabilização de unidades ou áreas, incluindo-se as metas a serem alcançadas com o respectivo cronograma de implementação e previsão de recursos humanos, financeiros, entre outros (BRASIL. MPOG, 2012).

A norma também cita que iniciativas como Programa de Eficiência do Gasto Público – PEG, Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica–Procel, Agenda

Ambiental na Administração Pública – A3P, Coleta Seletiva Solidária, Projeto Esplanada Sustentável – PES e Contratações Públicas Sustentáveis – CPS (BRASIL, 2012a), podem ser observadas na sua elaboração e que relatórios de acompanhamento devem ser elaborados no sentido de avaliar o desempenho do plano. Comparada com os demais programas recomendados, a A3P se destaca por sua amplitude, e por abranger todos os temas mínimos exigidos na elaboração do PLS, ao atender aos temas mínimos propostos pela IN N° 10/2012 para compor o PLS, a instituição, concomitantemente, atenderá aos eixos temáticos propostos pela Agenda Ambiental da Administração Pública. Conforme ilustrado no quadro 3:

**Quadro 3 - Integração A3P e PLS.**

<b>A3P: Eixos Temáticos</b>	<b>PLS: Temas mínimos a serem abrangidos</b>
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Material de consumo Energia elétrica
Construções sustentáveis	Água e esgoto Deslocamento de pessoal
Gestão Adequada dos resíduos gerados	Coleta seletiva
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Qualidade de vida no ambiente de trabalho
Sensibilização e capacitação dos servidores	
Licitações sustentáveis	Compras e contratações sustentáveis

Fonte: Elaboração própria, com base na IN 10/2012 e em MMA (BRASIL, 2009)

No âmbito do Executivo, o PLS não possui instrumento de monitoramento, não sendo possível avaliar o nível de efetividade nos órgãos que o adotaram. Segundo Alves, Amiden e Feitosa (2015, p. 76), até dezembro de 2014, ou seja, dois anos depois da publicação da IN nº 10 (BRASIL. MPOG, 2012) apenas 10% das unidades gestoras do Poder Executivo, publicaram os respectivos PLS.

O caráter inovador da mencionada IN no âmbito do Executivo federal contou com importante estímulo trazido à baila pelo TCU e tem fomentado melhores práticas de gestão. Vale destacar nesse sentido o Acórdão nº 1.752, Plenário do TCU (BRASIL. TCU, 2011), que propôs ao MPOG a elaboração de plano de ação que tivesse como objetivo a adoção de ações com viés sustentável de forma a utilizar com eficiência os recursos naturais (BRASIL. TCU, 2010, p. 108).

### **2.3.1 Plano de Gestão de Logística Sustentável – Criação e Implantação**

Segundo o MPOG o PLS deve conter como informações básicas: Identificação do órgão, sumário executivo, introdução, diretrizes, objetivos, público-alvo, justificativa, metodologia, elaboração, implementação, avaliação, diagnóstico do órgão, levantamento

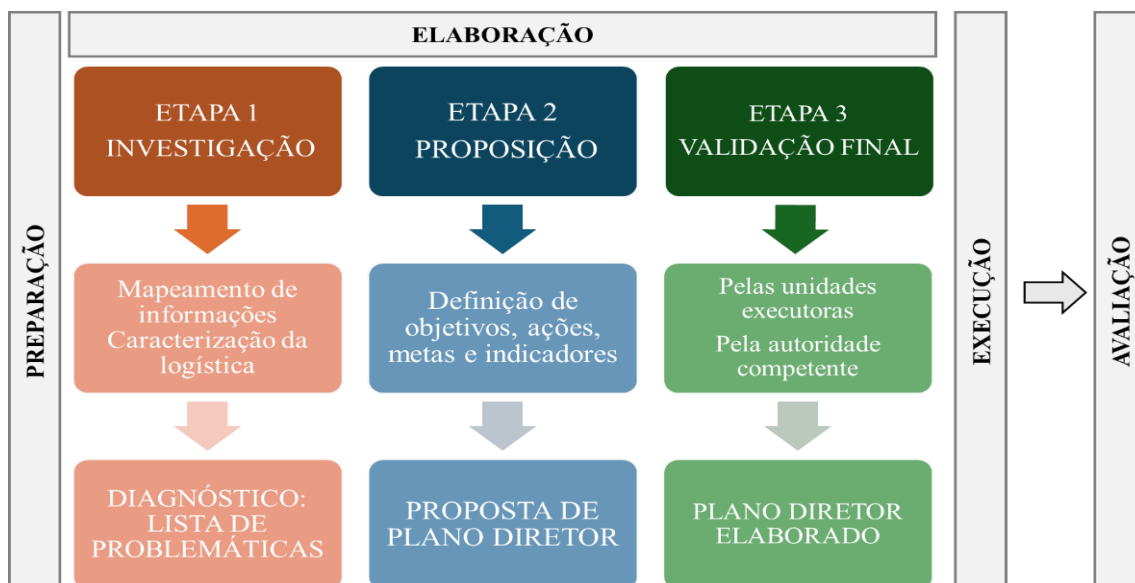
de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição, inventário de práticas, plano de ação, avaliação, divulgação e conscientização.

A Instrução Normativa da autonomia para os órgãos criarem seus planos, permitindo a utilização de práticas e informações de outras políticas já realizadas por estes, também cita o conteúdo mínimo e as temáticas que devem ser adotadas para sua criação. É possível considerar o PLS como uma interface de coordenação de processos que possibilita a incorporação das melhores práticas aplicadas nos programas governamentais na esfera Federal.

O artigo 8º da Instrução Normativa nº 10/2012 indica ainda as regras para elaboração e descreve as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços que deverão abranger (BRASIL, 2012 b). As áreas de abrangência dos PLS's, devem ser formalizadas em processo e conter planos de ação, avaliados semestralmente, e de acordo com o artigo 9º da IN com: objetivos, detalhamento de implementação das ações, unidades e áreas envolvidas, responsáveis pela implementação em cada unidade, metas, cronograma, previsão de recursos financeiros, humanos e instrumentais. Os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas nos PLS's deverão ser publicados semestralmente no site dos respectivos órgãos ou entidades, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (BRASIL, 2012 b). Isto reforça a necessidade de construção de indicadores institucionais, além disso, de sistemas de controle e registro destas informações.

Definidas no art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a criação e implantação dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) sugere que seja desenvolvido em um processo composto de 4 fases: preparação, elaboração, execução e avaliação, como demonstrado na figura 6.

**Figura 6 - Fases de criação e implantação do PLS.**



Fonte: Adaptado do Caderno de Logística do Plano de Logística Sustentável MMA, 2018

Estas etapas consistem no seguinte:

### **Etapa 1 – Preparação**

A Fase de preparação volta-se para mobilização dos atores responsáveis pelo desenvolvimento do projeto (Comissão Gestora do PLS), seguida da definição da estrutura de trabalho (equipe e competências), das diretrizes estratégicas e do estabelecimento de um cronograma de trabalho.

A IN nº 10/2012 SLTI-MPOG, no seu art. 6º, determina a criação da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, estruturada por três colaboradores no mínimo, designados pelos titulares de seus respectivos órgãos. É necessário que os servidores trabalhem nas áreas a seguir: Termo de Referência, Comissão de Licitação, Consultoria Jurídica, Gestão do Contrato. Colaboradores de outras áreas também podem ser convidados a ingressar na comissão. A fase preparatória prevê as seguintes atividades:

- Formalização da equipe responsável pelo PLS;
- Definição das diretrizes para a gestão estratégica das contratações e da logística;
- Definição de um cronograma de trabalho.

### **Etapa 2 – Fase de Elaboração**

A Fase de elaboração subdivide-se nas etapas de **investigação**, **proposição** e **validação final**. Nessa fase, é necessário realizar um diagnóstico do órgão, possui um aspecto investigativo no qual busca-se caracterizar a situação da logística e das contratações do órgão ou entidade - isto é, definir a “logística que temos” e o grau de proximidade deste cenário com a diretrizes estratégicas, isto é, uma caracterização da

situação atual em níveis de práticas sustentáveis adotadas para mitigação de impactos ambientais, sociais e econômicos.

A segunda etapa consiste na proposição de objetivos e soluções para o enfrentamento das problemáticas identificadas, considerando os temas indicados no art. 8o, alíneas “a” à “f” da Portaria nº 8.678, de 2021. As ações, organizadas em eixos temáticos, devem atender às metas e os objetivos delineados pelas diretrizes estratégicas, além de indicadores de desempenho, previsão de recursos necessários e riscos envolvidos na sua consecução. Consiste na validação final do plano, na qual está prevista a validação do PLS pelas áreas executoras, aprovação da autoridade competente e a publicação do plano no sítio eletrônico do órgão/entidade.

### **Etapa 3 – Fase de Execução**

Compreende a implementação das ações planejadas acompanhada de um contínuo monitoramento para correção de desvios. Conforme o art. 12 da Instrução Normativa nº 10/2012, os PLS devem ser elaborados e posteriormente publicados no site dos respectivos órgãos ou entidades. Sugere-se que os PLS sejam encaminhados também para a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP com o objetivo de divulgar os trabalhos desenvolvidos ou planejados para os órgãos. Sugere ainda que publiquem a cada semestre no site das instituições os resultados obtidos através da implementação das práticas estabelecidas no PLS, divulgando, assim, as metas atingidas e os resultados mensurados a partir dos indicadores selecionados.

O acompanhamento da execução do PLS é tarefa que responde por parcela majoritária dos esforços realizados pelas equipes envolvidas e, por isso, não pode ser negligenciada. Assim, é necessária uma definição detalhada dos papéis para a tomada de decisões com base em dados e evidências e, se for o caso, efetuar correções de rumos, conforme ilustra o quadro 4.

**Quadro 4 - Síntese da fase de execução.**

<b>O quê?</b>	<b>Quem?</b>	<b>Como?</b>	<b>Quando?</b>
Implementação do PLS	Áreas diretamente responsáveis pelas ações	Gerenciando cada ação como um projeto direcionado ao atingimento das metas.	Conforme os prazos estabelecidos no plano de ação e metas
Monitoramento do PLS	Equipe/Comissão Gestora do PLS	Solicitando as áreas os dados para medição dos indicadores de desempenho de cada ação, utilizando um painel de controle informatizado.	Conforme frequência definida no PLS.

Fonte: Adaptado do Caderno de Logística do Plano de Logística Sustentável MMA, 2018.

#### **Etapa 4 – Fase de Avaliação**

Consiste na avaliação do desempenho dos resultados obtidos, em termos de efetividade das ações, de inovações e melhorias aplicadas nos indicadores que refletirão na elaboração do PLS. Trata-se da comparação entre as situações anterior e posterior à aplicação do PLS, através do uso de indicadores de desenvolvimento das práticas e iniciativas implementadas. O resultado dessa análise trará subsídios para revisão do plano para um novo ciclo.

Os mesmos procedimentos utilizados na elaboração podem ser praticados no momento de revisão do plano - pois se trata da elaboração de uma nova versão do PLS, com a diferença que agora se tem, como ponto de partida, um plano já executado que deve ser considerado e avaliado quanto às ações que devem permanecer, serem descontinuadas e/ou inseridas. Nesse momento, ajustes de estrutura e atualização de diretrizes, se necessário, também devem ser efetuados, almejando constantemente o seu melhoramento, aperfeiçoando continuamente os processos, e finalmente, deve-se atualizar o PLS.

Trata-se ainda de um momento de aprendizagem organizacional cujas lições levarão ao aperfeiçoamento da organização, sendo uma forma de prestação de contas dos resultados. Por fim, deve-se submeter o relatório à aprovação da alta administração e encaminhá-lo para publicação.

## CAPÍTULO III

### 3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a fundamentação e o caminho metodológico utilizado para alcançar os objetivos da pesquisa. Apresenta e descreve, de forma fundamentada, os instrumentos e os procedimentos utilizados para a coleta e análise das informações, os quais são representados por meio do quadro 5, que demonstra de modo holístico, o delineamento do estudo:

**Quadro 5** - Delineamento do estudo

ABORDAGEM QUALITATIVA						
ESTUDO DESCRITIVO	PESQUISA DOCUMENTAL	<b>OBJETIVO GERAL:</b> Identificação e análise da efetividade dos instrumentos de políticas públicas ambientais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - <i>Campus</i> Cáceres – Prof. Olegário Baldo.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	COLETA / ANÁLISE DE DADOS		
				Verificar os documentos voltados à gestão sustentável elaborados pelo IFMT <i>Campus</i> Cáceres – Prof. Olegário Baldo, no tangente ao cumprimento dos requisitos legais previstos pela A3P e PLS;	<b>FASE 1:</b> -Base Teórica Levantamento Documental	Análise Documental
				Levantar as práticas adotadas pelos gestores para a implementação / manutenção da gestão sustentável, bem como a adesão à A3P e a implantação do PLS no âmbito do IFMT, alinhada às exigências legais;	<b>FASE 2:</b> -Instrumento: Formulário online semi-estruturado (Ferramenta Google Docs)	Análise Descritiva
				Elaborar um banco de práticas sustentáveis para o <i>Campus</i> , de modo a auxiliar no cumprimento de requisitos legais quanto à implementação/manutenção de instrumentos de gestão sustentável.	<b>FASE 3:</b> -Análise dos Resultados -Considerações Finais	

Fonte: Elaborado pelo autor

#### 3.1 Enquadramento Metodológico e Delimitação da Pesquisa

Quanto à abordagem do problema, essa pesquisa se classifica como qualitativa uma vez que pressupõe a análise, interpretação e compreensão de fatos. (Martins; Theóphilo, 2009; Richardson, 1999 apud Freitas *et al.*, 2011, p. 3). A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, haja vista que não só se embasou em

um levantamento bibliográfico relacionado à gestão ambiental e à Administração Pública, como também analisou criticamente os dados obtidos para apontar a situação do IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo com relação às práticas de ações sustentáveis, à luz das recomendações e exigências legais.

Do ponto de vista de seus objetivos, o estudo em questão foi feito a partir das análises conceituais, bibliográficas, documental, estudo de caso e exploratória. A pesquisa bibliográfica baseia-se sobre os conceitos e diretrizes contidas no Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS, e na A3P, que norteiam esta pesquisa. A pesquisa documental consiste no levantamento da documentação existente na instituição, por coleta de dados e informações obtidas nos setores competentes a respeito de ações implementadas nos diversos setores da Instituição.

Se caracteriza como uma pesquisa “exploratória” por buscar “uma maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito” (Gil, 2002, p. 41) e “descritiva” por descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade (Triviños, 1987, p. 110). No estudo exploratório, buscou-se a definição do problema da pesquisa, efetuação de uma revisão de literatura, além da base conceitual para elaboração do instrumento de coleta de informações. A pesquisa exploratória diz respeito à investigação da realidade dos riscos ambientais estudados na instituição, e foi feita, sobretudo, através de questionamentos junto à dirigentes do IFMT – Campus Cáceres. Aferidas com o levantamento de informações através de entrevista usando um questionário estruturado e aplicação de questionários com questões objetivas, abordando a opinião e a percepção dos servidores no que concerne as ações de responsabilidade socioambiental, alinhadas ao PLS e previstas nos eixos temáticos da A3P.

A pesquisa se classifica como “bibliográfica”, desenvolvida a partir de material já elaborado, principalmente livros e artigos e sites científicos; (Gil, 2008, p. 50-51), “documental”, utilizando-se de materiais sem tratamento analítico como: tabelas estatísticas, relatórios, documentos oficiais etc. e, pesquisa de campo, utilizando técnicas de observação (Gil, 2008). Se classifica em bibliográfica tendo em vista que foram utilizados materiais publicados acerca da temática deste estudo, a fim de construir os referenciais teóricos para a pesquisa. Documental, pois foram analisados, junto à instituição pesquisada, materiais que não sofreram um tratamento analítico (Gil, 2002, p.46). E estudo de caso, por estar baseada no estudo de uma instituição específica, o Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo.

O Estudo de Caso, que de acordo com Yin (2010, p. 39), trata-se de “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos”.

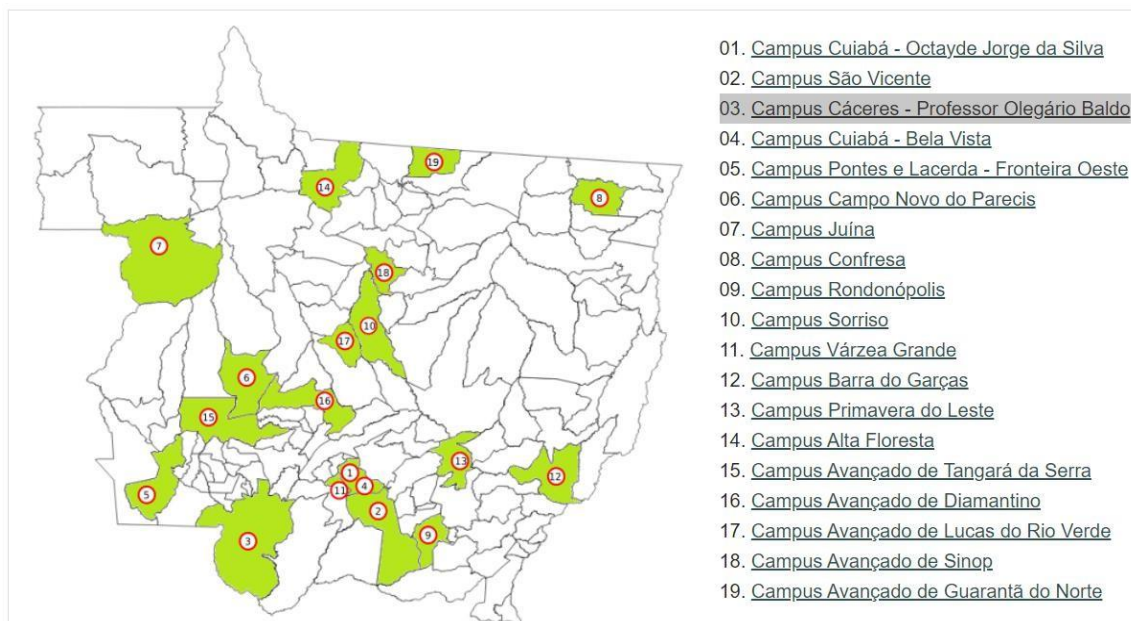
Quanto à delimitação, este estudo foi desenvolvido no Instituto Federal de Mato Grosso e a pesquisa se restringiu à análise/diagnóstico das práticas socioambientais no âmbito do IFMT - Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo, com ênfase na Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P e no Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS, uma vez que o pesquisador é servidor do *Campus*, o que permitiu o acesso às informações necessárias para a coleta dos dados.

### **3.2 Contextualização e Definição da Unidade de Análise**

Conforme informações disponíveis no site da Reitoria da instituição. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, foi criado em 2008, integrando os já existentes, Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFET – Mato Grosso), o Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá (CEFET-Cuiabá) e a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, as quais datam o início de suas atividades em 1909, 1943 e 1980, respectivamente. Desde então, o IFMT está em um processo de expansão e interiorização e alcançou diversas outras localidades.

Atualmente o IFMT conta com quatorze Campi em funcionamento, sendo eles, Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá-Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Vicente, Sorriso e Várzea Grande. Além de outros cinco Campi avançados nos municípios de Diamantino, Lucas do Rio Verde, Tangará da Serra, Sinop e Guarantã do Norte. Na figura 7 apresenta-se a distribuição dos Campi no estado de Mato Grosso:

**Figura 7** - Mapa de Distribuição dos Campi do IFMT. Observa-se na figura ao lado direito os nomes dos Campi e em destaque o Campus Cáceres.



Fonte: <https://ifmt.edu.br/conteudo/página/os-campi-do-ifmt/>, 2024.

Dentre os Campi e os Campi avançados, o IFMT conta com aproximadamente vinte e cinco mil alunos, nos mais de cem cursos distribuídos nos níveis: Superior, Pós-graduação, Técnico, Educação a Distância e cursos de curta duração, como Formação Inicial Continuada (FIC).

A missão que o IFMT vem cumprindo é de “Educar para vida e para o trabalho”, por este motivo tem trabalhado no ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, especialmente nos projetos de pesquisa e na interdisciplinaridade dos conteúdos ministrados. Assim, em se tratando das metas específicas, destaca-se o desenvolver programas e projetos que fomentem e fortaleçam a sustentabilidade nos diversos ambientes e setores, que objetivam ampliar e aprimorar a utilização racional e sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis, buscando implementar inovações.

A estrutura orgânica de governança do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, de acordo com o Estatuto aprovado pela Resolução CONSUP nº. 1, de 1º de setembro de 2009 e o Regimento Geral, aprovado pela Resolução CONSUP nº. 05, de 23 de abril de 2012, possui a seguinte configuração: Órgão Deliberativo e Consultivo máximo: Conselho Superior; Órgão Consultivo: Colégio de Dirigentes; Órgãos Consultivos Especializados: Conselho de Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão e Cultura; e Conselho de Planejamento e Administração; Órgão de

Planejamento e Executivo: Reitoria; e Diretorias Gerais dos Campi; Órgão de Controle: Auditoria Interna; Órgão de Assessoramento: Assessoria Jurídica; Procuradoria Federal; Ouvidoria; Comissão de Ética; CPPD e NPPD; e CIS.

O lócus de realização da pesquisa, o IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo, está localizado no extremo norte do Pantanal, à margem esquerda do Rio Paraguai, com sede no município de Cáceres, na região sudoeste do estado de Mato Grosso, o *Campus* possui uma área de 320 ha, onde se encontra a edificação central, composta pela parte administrativa e pedagógica da escola. Encontra-se situado no perímetro urbano do município, na Avenida Europa, nº 3000, no bairro Vila Real/Distrito Industrial.

Com início de suas atividades em 17 de agosto de 1980, a instituição tem sua origem no programa de expansão e melhoria do ensino Técnico Profissionalizante, com a participação do MEC – PREMEM, do Governo de Mato Grosso e da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT. A autorização para funcionamento da então Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, se deu por meio da Portaria do MEC nº 217, de 17 de março de 1980, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 21 de março de 1980. A instituição está ligada diretamente à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação. Conforme números obtidos através da Secretaria de Registros Escolares da Intituição, o Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo possui atualmente 840 alunos matriculados em 12 cursos de ensino técnico integrado ao ensino médio (Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Floresta Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agroindústria – EJA integrado), cursos técnicos subsequentes (Técnico em Agropecuária Subsequente, Técnico em Infraestrutura Escolar Subsequente ao Nível Médio - Profucionário, Técnico em Alimentação Escolar Subsequente ao Nível Médio - Profucionário, Técnico em Secretaria Escolar Subsequente ao Nível Médio – Profucionário), cursos superiores (Bacharelado em Engenharia Florestal e Licenciatura em Química), curso de pós-graduação (Especialização em Educação e Gestão Ambiental) e um curso de Formação em Monitor Ambiental – Projeto Lobo Guará.

### **3.3 Contextualização Espacial, Temporal e Instrumentos de Coleta de Dados**

Este estudo de caso teve como objetivo central fazer um diagnóstico das práticas socioambientais adotadas na gestão do IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo,

investigar, identificar, analisar, avaliar e contextualizar, sob a ótica dos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e temas do PLS.

O primeiro passo foi à revisão bibliográfica, direcionando-se nos principais conceitos relativos à responsabilidade socioambiental, sustentabilidade em instituições de ensino, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e do Plano de Logística Sustentável (PLS). Realizou-se a análise documental de versões revistas de documentos relacionados a esses programas. Analisou-se também o Roteiro Prático de Ações Sustentáveis na Administração Pública (Vogelmann JR, 2014), a partir do qual foram identificadas e descritas as diretrizes de sustentabilidade propostas nesta pesquisa (parte bibliográfica da pesquisa, de fontes secundárias). Assim, procurou-se destacar as dimensões do PLS que têm relação com os eixos da A3P que são tema desta pesquisa.

A identificação das práticas socioambientais desenvolvidas no IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo se deu através de:

**a)** Pesquisa documental, fazendo uso do método investigativo e descritivo, através da revisão de documentos relativos ao tema e da análise de documentos institucionais disponibilizados, buscando conhecer as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelo *Campus*. Foram analisados documentos institucionais como: Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT – PDI 2019/2023; Relatório Anual de Gestão – RAG de 2016 a 2022, relatórios da Pró-reitoria de Extensão (vigentes em 2023) e Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (vigentes em 2023); Editais de licitação de 2019 a 2023, bem como documentos internos, não publicados em meios oficiais, mais pertinentes com as ações de gestão sustentável. A análise dos Relatórios Anuais de Gestão – RAG, de um período de sete anos, publicados no sítio da instituição, foi escolhido para evidenciar se houve permanência das ações implementadas e ainda devido poucas informações disponíveis relacionadas ao tema;

**b)** Observação simples, definido por Gil (2008, p.101) como “aquela em que o pesquisador, permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem”. A observação foi realizada nos meses de fevereiro, março e abril de 2024, nos diversos setores administrativos, pedagógicos e de produção da Instituição, utilizou-se durante a observação *in loco* o registro fotográfico como coleta de dados;

**c)** Pesquisa de campo: por se tratar de um estudo de caso, foi realizada pesquisa de campo junto aos setores administrativos da instituição nos meses de junho, julho e agosto de 2024. A pesquisa de campo foi composta por entrevistas e realização de questionários

(**apêndice II e III**), visando identificar o conteúdo, as ações, vantagens e eventuais dificuldades à implementação das políticas públicas ambientais no âmbito do IFMT Campus Cáceres, além de verificar o conhecimento dos gestores quanto às práticas socioambientais. A entrevista foi transcrita para posterior análise das informações coletadas. A realização dos questionários, além de realizada com o gestor responsável pela Diretoria de Administração e Planejamento do *Campus* – DAP, também foi direcionada aos demais servidores lotados na Diretoria e responsáveis pelas áreas de gestão de pessoas, coordenação de compras, gestão de contratos, Almoxarifado e Patrimônio e Núcleo de qualidade de vida, uma vez que estes auxiliam o Diretor Geral na tomada de decisão.

A realização dos questionários (**apêndice III**) deu-se por meio eletrônico, *Google forms*, por ensejar uma oportunidade de obter grande gama de dados com economia de tempo e redução de custos. Utilizou-se as perguntas contidas no modelo de *check-list* de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) e adaptado para a realidade da instituição, sendo aplicado pelo formulário google no mês de junho de 2024. No total foram 53 questões, abertas e fechadas, sob a ótica dos eixos temáticos da A3P e do PLS, no qual para cada questão havia quatro opções de resposta: “sim”, “em parte”, “não” e “SCR” (sem condições de resposta), assim como questões abertas, com o objetivo de identificar o perfil dos gestores, o conhecimento teórico e prático sobre a A3P e PLS, e a aplicação em suas gerências das práticas sustentáveis sugeridas por esses instrumentos. O modelo do questionário realizado encontra-se disponibilizado como **Apêndice III** desta dissertação e respondido por todos os participantes. As respostas abertas foram consideradas na análise crítica integrada.

O levantamento de informações sobre o processo de coleta seletiva se deu junto a Diretoria de Administração e Planejamento – DAP do Campus no mês de junho de 2024, assim como o levantamento das aquisições/licitações de materiais, serviços, equipamentos em geral, compra de veículos e contratações de obras. Foram verificadas junto ao setor de licitação se elas foram realizadas a partir de critérios de sustentabilidade, através da análise dos editais licitatórios disponíveis no site institucional no período de 2019 a 2023.

Ainda na pesquisa de campo, levantou-se, junto ao Departamento de Administração e Planejamento – DAP do *Campus*, as contas de energia, consumo de combustível, compra de materiais de expediente, e copo descartável, a fim de identificar gastos e consumo no período de 2019 a 2023. No setor de Almoxarifado e Patrimônio,

identificou-se os bens inutilizados/obsoletos e sua destinação, bem como as instituições receptoras dos últimos três anos.

### **3.3.1 Realização dos Instrumentos de Coleta de Dados**

O levantamento de dados foi realizado no mês de junho de 2024, com a entrega do questionário (apêndice III) aos gestores lotados na Diretoria de Administração e Planejamento do *Campus* através de e-mail, juntamente com as cartas para coleta das assinaturas e apresentação formal da pesquisa, garantido o anonimato e assegurando a finalidade acadêmica do trabalho e sem prejuízos ou danos por participar da pesquisa.

No roteiro (apêndice II), as perguntas foram divididas conforme os eixos estipulados pela A3P e em consonância com o PLS, de modo que fossem pertinentes a determinada área de atuação dos respondentes dentro da Instituição. Portanto, alguns indivíduos responderam perguntas referentes a mais de um eixo, em face da hierarquia e da função gerencial que ocupam. Os questionários foram encaminhados por meio virtual, sem qualquer identificação do voluntário em suas respostas. Todas as informações foram totalmente valiosas, sem existir respostas consideradas certas ou erradas. Como benefício, obteve-se indicadores e dados isentos, que possibilitaram diagnosticar as práticas socioambientais no âmbito do *Campus*.

O resultado das práticas socioambientais desenvolvidas no IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo é apresentado no Capítulo IV deste estudo. Realizou-se uma conciliação entre os eixos temáticos da A3P e as práticas do PLS, implantadas na Instituição, utilizando-se o conjunto de indicadores de desempenho elaborados pelos programas, às atividades desenvolvidas em âmbito institucional, os aspectos e iniciativas já contempladas, bem como a proposição de ações que devem ser consideradas na formulação, implementação e monitoramento de ambos.

### **3.3.2 Considerações Éticas**

Os sujeitos que participaram deste estudo, o fizeram de maneira livre e esclarecida, conforme prévio consentimento expressado através de carta de anuência (**apêndice I**), ficando o pesquisador comprometido a utilizar os dados fornecidos à pesquisa, exclusivamente para os fins científicos. Não haverá quaisquer tipos de identificação, mantendo sigilo e garantindo a utilização das informações sem prejuízo às pessoas ou à instituição. As repostas dos questionários e transcrição da entrevista foram

devidamente tabuladas, a partir das quais foram obtidos dados que auxiliaram na discussão e análise dos dados.

Antes de iniciar o levantamento de dados, o pesquisador submeteu os questionários e o roteiro da entrevista para devida aprovação do seu orientador, e seguiu a resolução N° 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvam seres humanos.

### **3.4 Limitações da Pesquisa**

A análise e diagnóstico das políticas públicas ambientais no âmbito do IFMT - Campus Cáceres, sob a perspectiva da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e do Plano de Logística Sustentável (PLS), enfrentam diversas limitações que podem comprometer a eficácia e abrangência desses processos. Essas limitações muitas vezes refletem desafios institucionais, recursos limitados e complexidade na avaliação das práticas sustentáveis implementadas. Portanto, é importante reconhecer que existem algumas limitações que podem afetar sua abrangência e precisão, sendo necessário evidenciá-las:

**Disponibilidade limitada de dados:** as informações necessárias para uma análise detalhada das políticas ambientais, como consumo de recursos naturais, produção de resíduos, compras sustentáveis, qualidade de vida no ambiente de trabalho, podem ser fragmentadas, desatualizadas, não estar prontamente disponíveis ou simplesmente inexistentes. Podendo dificultar a avaliação precisa do impacto das políticas implementadas e a identificação de áreas que necessitam de melhoria.

**Resposta tendenciosa:** Dependendo da metodologia utilizada, pode haver o risco de viés de resposta por parte dos entrevistados. Isso pode ocorrer se as pessoas envolvidas na implementação das políticas ambientais fornecerem respostas tendenciosas para destacar realizações ou minimizar falhas.

**Limitações de Escala:** O resultado da pesquisa pode ser limitado pelo tempo e capacidade de análises disponíveis. Isso pode significar que nem todos os aspectos da implementação das políticas serão examinados em detalhes.

**Complexidade das variáveis e expertise técnica:** As políticas públicas ambientais geralmente envolvem uma série de variáveis interconectadas e complexas. Avaliar o impacto de cada uma dessas variáveis e sua interação pode ser desafiador e requer uma abordagem cuidadosa. Além disso, a capacidade de avaliação pode ser limitada pela falta de expertise técnica e recursos humanos qualificados. A análise e diagnóstico das políticas

ambientais requerem habilidades específicas em áreas como gestão ambiental, avaliação de impacto e análise de dados, que podem não estar disponíveis em quantidade suficiente dentro da Instituição.

**Fatores Externos:** como mudanças políticas, econômicas, na legislação ou eventos ambientais inesperados, podem influenciar a implementação das políticas e complicar a análise dos resultados, exigindo uma avaliação contínua e adaptação às novas circunstâncias.

**Efetividade das práticas:** Mesmo que políticas e diretrizes ambientais sejam formalmente estabelecidas, sua implementação prática pode encontrar resistência ou falta de engajamento por parte dos funcionários e gestores. Isso pode resultar em lacunas entre a teoria e a prática, onde as políticas existem apenas no papel, sem impacto significativo no dia a dia das operações institucionais

**Complexidade Organizacional:** Instituições como o IFMT podem ser complexas em termos de estrutura organizacional, com várias unidades, departamentos e níveis de tomada de decisão. Isso pode tornar difícil obter uma compreensão abrangente de como as políticas ambientais são implementadas em toda a organização.

Ao realizar a pesquisa, é importante estar ciente dessas limitações e quando possível, tomar medidas para mitigá-las, a fim de garantir a qualidade e a validade dos resultados obtidos. Considerando, de forma cuidadosa o contexto organizacional e ambiental em que as políticas estão sendo implementadas.

## CAPÍTULO IV

### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo evidencia os procedimentos de análise dos dados, os resultados encontrados e pontua a discussão da pesquisa embasada na literatura. Destaca as informações gerais, bem como demonstra as atividades e perspectivas sustentáveis identificadas nos documentos oficiais da Instituição pesquisada. Em seguida, para alcançar os objetivos da pesquisa, realizou-se análise dos sites e documentos institucionais, buscando identificar as atividades, práticas e perspectivas sustentáveis da Instituição, consoante à legislação vigente. É importante ressaltar que apesar de estar vinculada diretamente a uma Reitoria, as decisões administrativas relacionadas às práticas sustentáveis são descentralizadas da Reitoria do IFMT. Portanto, o *Campus* tem autonomia para decidir as melhores práticas a serem adotadas.

Conforme identificado em registro documental, em atendimento ao que determina a Instrução Normativa – IN. Nº 10 de 12 de novembro de 2012 – MPOG, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável que trata a o Art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, foi intitulada a Comissão Permanente de Sustentabilidade do *Campus*, através da Portaria nº 67 /DG/IFMT- Campus Cáceres, de 02 de junho de 2017, responsável pelos trabalhos de planejamento e execução das ações de sustentabilidade que contribuam para a preservação ambiental, o uso eficiente de recursos e a redução de impactos negativos. Em atendimento as atribuições determinadas pela portaria de designação, observa-se constantes trabalhos e deliberações executadas pelos membros da referida comissão, dentre elas, conforme registro documental, a emissão do Memorando 008/2018 – CPS, no dia 17 de outubro de 2018, encaminhando à Direção Geral da Instituição, para devida publicação, a Minuta da Política Ambiental do IFMT- Campus Cáceres. Minuta essa que foi institucionalizada como Política Ambiental do Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo, à partir da emissão da Portaria nº147/DG/IFMT/Campus Cáceres, no dia 25 de outubro de 2018.

No que tange aos registros em documentos oficiais da instituição participante do estudo, ressalta-se que não há um padrão de detalhamento ou aprofundamento no relato das atividades referentes às práticas desenvolvidas para a sustentabilidade no *Campus*. Registra-se apenas aspectos ligados a sustentabilidade financeira, com descrição e caracterização orçamentária, bem como informação superficial ou parcial acerca da gestão do uso de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, citando sem

profundidade, aspectos de gestão ambiental, licitações sustentáveis e parâmetros de consumo de papel, energia elétrica e água, basicamente para atender os mecanismos de controle orçamentário (Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União).

#### **4.1 Diagnóstico da Aplicação das Práticas de Gestão Ambiental Relacionadas à A3P e ao PLS no IFMT Campus Cáceres**

O Instituto Federal de Mato Grosso está presente em diversas regiões do Estado de Mato Grosso, e através de suas unidades, atende quinze microregiões e uma população de aproximadamente 2.706.921 habitantes. O IFMT oferece à sociedade serviços em praticamente todos os ramos do conhecimento humano, especialmente, segundo Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq, nas áreas Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas e outros (PDI, 2019-2023, p. 35, 37).

A responsabilidade socioambiental está explícita nos valores da instituição, a qual pretende e têm como visão “Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.” (PDI, 2019-2023, p.32).

Conforme supracitado, evidenciam-se neste capítulo, informações relativas aos registros encontrados e submetidos à análise, acerca da sustentabilidade, nos documentos oficiais do IFMT (Relatórios Anuais de Gestão, PDI, Atas de Reuniões da Comissão local do PLS, Editais de Compras e Contratações), as respostas obtidas dos questionários aplicados (**apêndice III**) e da entrevista semi estruturadas realizada (**apêndice II**), nas visitas in loco em diversos setores da instituição, e ainda através da observação simples e dos registros fotográficos em diversos setores da Instituição, de modo que os objetivos da pesquisa sejam atendidos. Apresenta-se, de forma sequenciada, as práticas de gestão ambiental relacionadas aos eixos temáticos pesquisados da A3P e os temas mínimos do PLS (material de consumo; energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida; compras e contratações sustentáveis; deslocamento de pessoal).

#### 4.1.1 Perfil dos Gestores do IFMT Campus Cáceres e Seu Conhecimento Acerca das Práticas Sustentáveis Relacionadas aos Eixos Pesquisados da A3P e Temas Mínimos do PLS

O primeiro aspecto analisado e apresentado é a caracterização da amostra. No quadro 6 são apresentados os dados dos representantes da instituição, lotados em setores considerados estratégicos para o efetivo atendimento das políticas públicas ambientais no âmbito do IFMT – Campus Cáceres (Diretoria de Administração e Planejamento – DAP, Coordenação de Gestão de Pessoas, Presidente da Comissão do Núcleo de Qualidade de Vida, Chefe do Departamento de Compras, Administração e Finanças, Coordenação de Gestão de Contratos e Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio. Para preservar a identidade dos respondentes, foram atribuídas a letra R (representante) e a numeração de 1 a 6 para simbolizar os nomes dos representantes.

**Quadro 6** - Dados dos representantes da instituição que responderam ao questionário (Apêndice III).

Nome(1)	Gênero(2)	Escolaridade(3)	Tempo de serviço no IFMT(4)	Cargo desempenhado(5)	Tempo de atuação no cargo(6)
R 1	M	Mestrado	Mais de 10 anos	Contador/ Diretor de Administração e Planejamento	Entre 1 e 5 anos
R 2	F	Especialização	Entre 1 a 5 anos	Assist. Administração / Coordenação Geral De Gestão De Pessoas – CGGP	Entre 1 e 5 anos
R 3	F	Especialização	Mais de 10 anos	Aux. de Administração /Presidente da Comissão de Núcleo de Qualidade de Vida	Entre 1 e 5 anos
R 4	M	Mestrado	Entre 6 e 10 anos	Chefe do Depto. De Compras, Administração e Finanças	Menos de 1 ano
R 5	F	Mestrado	Mais de 10 anos	Coordenação de Gestão de Contratos – CGC	Entre 6 e 10 anos
R 6	F	Especialização	Entre 1 a 5 anos	Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio – PAT	Menos de 1 ano

Fonte: Elaborado pelo autor

Evidencia-se no item 1 do quadro 6, a simbolização dos nomes dos representantes da instituição que participaram da pesquisa, respondendo o questionário(Apêndice III). Na sequência, observa-se no item 2 que quatro dos pesquisados são do sexo feminino, e dois do sexo masculino. O nível de escolaridade, evidenciado no item 3 demonstra que

três possuem o grau de Mestre, e três Especialização Lato Sensu. O tempo de serviço na instituição (item 4) de três representantes é de mais de dez anos, sendo que dois representantes possuem entre um a cinco anos de serviço e apenas um entre seis e dez anos de serviço, demonstrando que a maioria têm grande conhecimento da Instituição, com condições de opinar, planejar, apoiar as rotinas, fluxos, trâmites e decisões da Direção Geral da Instituição no que concerne às possíveis ações referentes às políticas públicas ambientais no âmbito do IFMT - Campus Cáceres. No item 5 foram identificados os cargos comissionados de gestão ocupados pelos representantes e o tempo que estão à frente dos respectivos cargos (item 6), o que demonstra que a organização tem uma rotatividade considerável entre seus colaboradores.

Antes de se iniciar as análises propriamente ditas das práticas sustentáveis relacionadas aos programas A3P e PLS, procurou-se identificar o nível de conhecimento dos Gestores respondentes em relação a essas duas importantes ferramentas de planejamento e gestão. A primeira, ainda que não seja regulamentada por força de Lei, e portanto, sua adoção não seja compulsória, e a segunda, de caráter obrigatório para órgãos e entidades da Administração Pública Federal, conforme Decreto Federal nº 7.746 de 05 de junho de 2012, regulamentado pela IN nº 10/2012. O resultado demonstra que do total de respondentes, dois não possuem nenhum conhecimento, dois possuem pouco conhecimento, e dois possuem razoável conhecimento sobre o programa A3P, o resultado é um pouco melhor em relação ao PLS, onde, dois não possuem nenhum conhecimento, um possui pouco conhecimento, e três possuem razoável conhecimento.

Diante dos resultados apresentados, compreende-se a urgência na realização de amplo debate/diálogo e a devida capacitação em relação aos temas abordados, inicialmente à nível de gestores envolvidos e com poder de decisão, nas áreas de planejamento, administração, contratação, compras, logística, controle e área de ensino, no sentido de envolver posteriormente, toda a comunidade acadêmica nas deliberações e encaminhamentos para o efetivo implemento das políticas ambientais no *Campus*, e realização das práticas sustentáveis por elas propostas.

#### **4.1.2 Práticas Relacionadas ao Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos**

Conforme proposto, a análise do atendimento aos seis eixos da A3P e aos temas mínimos PLS foi triangulada com a aplicação de questionários, realização de entrevista, relatórios anuais de gestão, Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI, editais de

licitação, documentos e publicações no site do *Campi* e observação simples através de visitas in loco e registros fotográficos em diversos setores da Instituição pesquisada. É importante ressaltar que para cada questão deste instrumento de coleta de dados (Apêndice III), foram disponibilizadas quatro opções possíveis de serem respondidas: “sim”, “em parte”, “não” e “sem condições de responder”. Cabendo ainda ressaltar, que neste estudo, para efeito de interpretação do nível de atendimento das diversas ações relacionadas aos eixos temáticos da A3P (definidos pelo MMA), e temas mínimos do PLS (previstos no art. 8 da IN N° 10/2012), considerou-se a quantidade (frequência) dos itens assinalados nas questões, assim como a interpretação dos dados coletados na entrevista e demais documentos identificados e analisados. Na sequência, serão detalhadamente apresentados os resultados colhidos através de cada um desses procedimentos de coleta de dados propostos:

### Resultado da aplicação dos questionários da pesquisa (Apêndice III)

**Quadro 7** - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos - Eixo 01.

Questão	A3P – Eixo temático – uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Sim	Em Parte	Não	SCR
09	No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de monitoramento/redução do consumo de energia elétrica?	R1 – 16,67%	R4 R5 33,33%	R2 R3 33,33%	R6 16,67%
10	No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de monitoramento/redução do consumo de água?	R1 16,67%	R4 16,67%	R2 R3 33,33%	R5 R6 33,33%
11	No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de monitoramento/redução do consumo de papel?	R5 16,67%	R1 R4 33,33%	R2 R3 33,33%	R6 16,67%
12	No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de monitoramento/redução do consumo de copos descartáveis?	R1 R5 R6 50%	R3 R4 33,33%	R2 16,67%	-
13	No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de monitoramento/redução de outros materiais de consumo que possam causar impactos significativos no meio ambiente?	R1 16,67%	R3 R4 33,33%	R2 16,67%	R5 R6 33,33%
14	Em conformidade com o Decreto 99.658 de 1990 o IFMT Campus Cáceres efetua a destinação correta dos bens e materiais classificados como recuperáveis, antieconômicos ou irre recuperáveis e ociosos?	R1 R3 R4 50%	R5 16,67%	-	R2 R6 33,33%
<b>Total (f)</b>		10 <b>27,78%</b>	10 <b>27,78%</b>	8 <b>22,22%</b>	8 <b>22,22%</b>

Fonte: Adaptado de Freitas *et al.*, (2011), Vasconcelos (2015) e MMA (2017)

No Quadro 7 é apresentado o resultado da aplicação de questionário (Apêndice III), com o objetivo de identificar a percepção dos agentes lotados na Diretoria de Administração e Planejamento do IFMT- Campus Cáceres (área considerada estratégica

e responsável no processo de tomada de decisão, planejamento, formulação, implementação e monitoramento das políticas ambientais emanadas pelo Governo Federal dentro da Instituição) quanto ao uso de recursos naturais e bens públicos na instituição, conforme dispõe o Eixo 1 da A3P e descrito no art. 8º da IN MPOG 10/2012. Este eixo engloba o uso racional de energia, água, madeira, além do consumo de copos descartáveis, papel e outros materiais de expedientes utilizados pela Administração Pública.

#### **4.1.2.1 Consumo Racional de Água/Esgoto Sanitário**

No resultado obtido através da realização do questionário, percebe-se que somente dois, dos seis gestores que responderam tem conhecimento de ações desenvolvidas para monitoramento e redução de consumo de água no *Campus*, evidenciando a necessidade de maior atenção da Gestão quanto ao uso adequado desse recurso. Conforme aponta Mandú et al (2017), deve-se atentar-se em sugestões de ações em especial ao uso Racional dos Recursos Naturais de forma a combater desperdícios, por entender que medidas como essas dependem também da conscientização da comunidade que participa das atividades educacionais e administrativas de uma instituição de ensino.

A pesquisa identificou que até o momento, não é possível tabular o consumo de água no IFMT – Campus Cáceres, pois o fornecimento de água é obtido através de poços artesianos, sendo que esses poços carecem de regulamentação junto aos órgãos de controle e a instalação de medidores de consumo. Evidenciando o desconhecimento do real consumo desse recurso, o que inviabiliza, em tese, a implementação de programas de conscientização para o não desperdício da água. Diante da fragilidade, faz-se necessária a implantação de registros que possibilitem a devida mensuração, controle, avaliação e medidas para o uso racional do recurso hídrico. Essa fragilidade é evidenciada na fala de Harrington (1993, p. 429) afirmando que se não se pode medir, não pode controlar, se não controla, não gerencia, se não gerencia, não pode melhorar.

Ainda que diante da dificuldade de mensuração e controle do consumo de água, constatou-se, no diagnóstico realizado, pequenas ações, sejam oficiais ou não, que mencionam a adoção destas práticas pelo IFMT Campus Cáceres, como a substituição de algumas torneiras tradicionais por automáticas, manutenção contínua da rede hidráulica da Instituição objetivando evitar vazamentos e a instalação de caixas de descarga com menor volume de água, em substituição ao uso de válvulas de descarga.

Em relação ao tratamento de esgoto sanitário, o *Campus* apresenta maior dificuldade, tanto por questões internas, pois o *Campus* possui uma estrutura física muito antiga, onde todo o esgoto da instituição é destinado a fossas sépticas setoriais, demandando consideráveis custos de manutenção e danos ao meio ambiente, como por questões externas, visto que por não ser oferecido pelo Município, o *Campus* não tem acesso à rede de coleta e tratamento de esgoto. A solução ideal seria a implantação de uma estação de coleta e tratamento de esgoto nas dependências do *Campus*, o que demandaria maior investimento para seu atendimento.

Assim como no eixo energia elétrica, a Portaria n° 23, de 12 de fevereiro de 2015 e Portaria Conjunta n° 8, de 17 de fevereiro de 2015 do MPOG, também estabelecem boas práticas de gestão e uso da água, e estabelece indicadores para monitoramento do consumo. Desde 2015, o Projeto Esplanada Sustentável tornou obrigatório para todas as unidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional o acompanhamento do consumo da água através do Sistema Esplanada Sustentável (SisPES), visando auxiliar o controle das despesas administrativas, avaliando em que medidas as ações adotadas pela Administração Pública na redução do consumo de papel, energia elétrica e água atingiram os objetivos propostos (Brasil, 2015). Portanto, constata-se, no diagnóstico realizado, a ausência de instrumentos e práticas efetivas, sejam oficiais ou não, que mencionem e demonstrem a adoção destas práticas pelo *Campus*.

#### **4.1.2.2 Consumo Racional de Energia Elétrica**

O resultado obtido através da aplicação do questionário, demonstra que três, dos seis gestores responderam ter conhecimento de ações desenvolvidas para monitoramento e redução de consumo de energia elétrica no *Campus*, evidenciando novamente a necessidade de maior atenção da Gestão quanto ao uso adequado desse recurso que além dos impactos ambientais causados, representam impactos significativos no consumo dos recursos orçamentários e financeiro da Instituição.

Para a análise deste eixo, correlacionou-se os recursos orçamentários disponibilizados ao IFMT – Campus Cáceres nos últimos cinco anos, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, com os pagamentos relativos ao consumo, efetuados pela Instituição à Empresa de Fornecimento de Energia Elétrica do Mato Grosso – ENERGISA SA. A partir dos dados coletados, elaborou-se o quadro 8:

**Quadro 8 - Despesas com energia elétrica exercício 2019 à 2023.**

Exercício	Dotação Disponibilizada (R\$)	Despesas com Energia Elétrica(R\$)	% de Despesa em Relação à Dotação Disponibilizada
2019	3.514.181,00	R\$ 624.296,28	17,75%
2020	3.317.522,92	R\$ 421.571,68	12,72%
2021	2.675.587,71	R\$ 315.235,92	11,78%
2022	3.846.159,21	R\$ 513.649,12	13,36%
2023	3.384.472,00	R\$ 665.025,13	19,67%

Fonte: Elaborado pelo autor. De acordo com os dados da Diretoria de Administração e Planejamento/IFMT – Campus Cáceres

Inversamente proporcional ao que deve ser considerada no PLS, observa-se que as despesas da Instituição, com o pagamento referente ao consumo de energia elétrica teve aumento significativo, enquanto que a dotação orçamentária apresenta um decréscimo entre os anos de 2019, 2020, 2021 e 2023, ou mesmo uma progressão tímida em 2022. Inversamente, principalmente se considerarmos que no mês de março de 2020 foram suspensas todas as atividades administrativas e pedagógicas presenciais nas dependências da Instituição (situação que perdurou por mais de vinte meses), em decorrência da Pandemia da Covid 19.

Podemos portanto confirmar que as despesas com consumo de energia elétrica tiveram aumentos progressivos entre os anos de 2019 e 2023. Pela impossibilidade de mensuração individualizada do consumo de energia elétrica na Instituição, visto que toda área administrativa e pedagógica é monitorada por apenas um equipamento de medição, acredita-se, baseado em relatos informais e observação simples, que o progressivo aumento deve-se a reforma e ampliação de novos blocos destinados ao setor administrativo, à reativação de laboratórios e salas de aula, ao funcionamento da Instituição no período noturno, aumento das tarifas pela empresa de fornecimento e ainda ao aumento constante da temperatura na região, obrigando o uso de equipamentos de refrigeração durante todo o horário de funcionamento da Unidade. Fato que impacta de forma significativa no orçamento da Instituição, o que requer iniciativas e práticas urgentes no sentido de reduzir o consumo, podendo partir de iniciativas simples, como a conscientização da comunidade para não deixar equipamentos e lâmpadas ligadas quando esses não estiverem sendo utilizados, como também planejar e repensar a necessidade de novas construções, prever a possibilidade de geração de energia a partir de fontes limpas, como a implantação de usinas fotovoltaicas, diagnóstico da situação das

instalações elétricas e monitoramento do consumo. Ações concretas que reduzem custos e ao mesmo tempo proporcionam resultados efetivos.

O diagnóstico realizado encontrou alguns instrumentos, sejam oficiais ou não, que mencionam a adoção destas práticas pelo IFMT Campus Cáceres. Foram identificadas a adoção de práticas de gestão como por exemplo a aplicação de adesivos nas portas das salas de aula, das salas nos blocos administrativos, banheiros, laboratórios, alojamento de estudantes, refeitório e outras instalações, incentivando o uso consciente da energia elétrica na Instituição e a conscientização coletiva, envolvendo toda a comunidade acadêmica quanto ao objetivo comum, que é contribuir para a cultura do consumo consciente. Lima (2006), afirma que economizar é mais barato do que produzir e salienta a importância do uso racional de energia que evita altos investimentos, impactos ambientais, além de diminuir a dependência externa, visto que o Brasil não é auto suficiente em energia elétrica.

Não foi identificado nenhuma fonte de geração de energia renovável na Instituição, no entanto, o respondente R1 afirmou que dentre as ações planejadas e programadas pela Instituição nos próximos anos, está prevista a parceria com a Reitoria do IFMT para implantação de usinas de geração de energia. Ação de extrema importância na geração de energia limpa e de impacto imediato nas despesas com consumo de energia elétrica e que pode representar uma ação concreta em torno de uma possível política de desenvolvimento sustentável na Instituição.

#### **4.1.2.3 Consumo Racional de Materiais de Expediente (papel, copo plástico, combustível)**

Para Fenili (2015, p.14) a gestão de materiais na administração pública está inserida no contexto da busca pela maior utilização possível dos recursos públicos. Sendo os materiais recursos públicos, adquiridos e mantidos com recursos oriundos da sociedade, há o dever do agente de empregá-los da melhor forma, maximizando seu uso e evitando desperdícios.

Em observância às respostas apresentadas no formulário e apresentadas no quadro 7, constatou-se que a maioria dos respondentes têm conhecimento de ações desenvolvidas pela Instituição quanto ao monitoramento para reduzir o consumo do papel, copos descartáveis, combustível, cartuchos de impressão, pastas de arquivos, pen drives, grampeadores, grampos, canetas e demais materiais de expediente, que ao serem

descartados, podem causar impactos significativos ao meio ambiente, além de representar despesas significativas a Instituição.

Na pesquisa documental e através de observação simples, foram identificadas algumas ações tímidas e outras de maior importância com o intuito de orientar e conscientizar os servidores no que concerne à questão da sustentabilidade, em consequência, alguns servidores adotaram idéias sustentáveis. Dentre elas está a utilização de canecas de louça (distribuídas sem nenhum custo a todos os servidores) em substituição aos habituais copos descartáveis, as impressões estão sendo realizadas em frente e verso, no modo econômico, ou ainda, mais de uma página na mesma folha. Também na questão da reprografia, os contratos de prestação de serviços são celebrados prevendo limites de folhas impressas no mês, o que obriga a um acompanhamento rotineiro para certificar-se que o limite não será excedido e ainda o monitoramento da média de impressão por setor/departamento.

Ainda com relação ao consumo de papel, destaca-se que o IFMT, visando agilizar a gestão e estratégias para o gerenciamento, armazenamento, segurança e localização de informações, aliados à sustentabilidade na elaboração de documentos oficiais e a redução da enorme quantidade de papel utilizado, estabeleceu o uso exclusivo do meio eletrônico para criação e tramitação de documentos e processos, sendo exclusivamente no formato digital a realização e os trâmites dos processos administrativos no âmbito do IFMT(Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP). O mencionado instrumento proporcionou a adoção de um perfil administrativo dinâmico e culminou com a consolidação de um sistema prático e de fácil utilização, visando mudanças que revolucionassem o processo de gestão dos arquivos, oferecendo um ambiente eficiente para o acesso e o compartilhamento dos documentos e processos, e ainda a efetiva celeridade e transparência nos procedimentos.

Essa medida, representa um ponto positivo, merecendo destaque por conciliar a relação custo- benefício com o princípio constitucional da eficiência. Iniciativa que otimiza e racionaliza o consumo de papel para impressão, cartuchos, tintas, impressoras, demais suprimentos de informática, materiais de expediente e ainda o transporte desses, sempre que necessário, até a sede da Reitoria do IFMT. A adoção e efetiva utilização do Sistema possibilita que documentos processuais e informações sejam passadas da Reitoria para os *Campi* e de um *Campus* para o outro, de maneira prática e rápida, de acordo com um conjunto de regras e procedimentos estabelecidos por ambos. Deste modo, ressalta-

se os benefícios no fluxo de trabalho, auxiliando na agilidade como é realizada a comunicação no âmbito do IFMT.

No que concerne à redução do consumo de copos descartáveis, conforme já relatado, a pesquisa identificou iniciativas da instituição com fins de conscientizar, principalmente, os servidores técnicos administrativos e docentes acerca da redução de seu uso, a partir da adoção de campanhas de distribuição de canecas de porcelana, personalizadas com o a logomarca do IFMT. No entanto, essas ações apresentam-se de maneira tímida e pouco difundida junto aos alunos e colaboradores terceirizados.

Outra prática que merece ser evidenciada, está relacionada a realização das reuniões externas, que antes eram na sua grande maioria presenciais, e com a situação da pandemia da Covid 19 passaram a ser realizadas on-line, através de videoconferências, refletindo positivamente na redução das viagens através de veículos oficiais até a sede da Reitoria do IFMT, que fica localizada na Capital do Estado, a 220 km de distância do *Campus*. Ação que refletiu na redução do consumo e conseqüentemente nas despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva de veículos e ainda no deslocamento frequente de servidores.

Pode-se portanto afirmar que ainda que tímida, a Instituição tem implementado medidas positivas relacionadas a esse quesito, que devem ser evidenciadas, uma vez que com iniciativas tecnológicas vem atendendo ao inciso I do Artigo 8º da IN nº 10/2012, adotando um perfil administrativo dinâmico que se traduz na harmonia do princípio da economicidade, conciliando a relação custo-benefício, e ao mesmo tempo com o princípio constitucional da eficiência, contribuindo significativamente para a minimização dos impactos ambientais.

#### **4.1.3 Destinação Correta dos Bens e Materiais Classificados Como Recuperáveis, Antieconômicos ou Irrecuperáveis e Ociosos**

Conforme apurado através da aplicação do questionário e através da pesquisa documental, verificou-se que anualmente, em atendimento ao Decreto 99.658 de 1990, revogado pelo Decreto 9.373, de 11 de maio de 2018, que Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a Instituição realiza, por meio da Comissão de Inventário Anual de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, os procedimentos de inventário, empregando a metodologia de conferência física para comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais da unidade,

observando o inventário anterior e as variações patrimoniais ocorridas durante o exercício; Identificar o estado de conservação dos bens inventariados, discriminando no relatório aqueles suscetíveis de desfazimento; Realizar a conferência física/levantamento in loco; Verificar os bens sem plaqueta ou com plaqueta danificada, com especificação divergente do sistema de controle patrimonial e/ou bem não cadastrado; Promover os ajustes físicos dos bens inventariados no sistema de controle patrimonial do IFMT e financeiros no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; e Propor a imediata apuração de responsabilidade por dano ou extravio de bem pertencente ao acervo patrimonial da Instituição.

Além de obrigatório, a realização do inventário é importante para subsidiar a avaliação e o monitoramento dos bens, inclusive quanto aos aspectos relativos à sustentabilidade e possibilitar, também, a tomada de decisão em relação a necessidade de futuras aquisições e de manutenções para ampliar o tempo útil dos bens. De posse das informações do exercício, é possível efetuar a regularização das inconsistências, destinação correta dos bens ociosos, evitar a realização de novas aquisições, e ainda o saneamento e a reciclagem dos bens classificados como inservíveis. O objetivo primordial é a adoção de ações que visem a promoção da economia e do uso racional desses bens permanentes e de consumo.

O IFMT – Campus Cáceres é uma Instituição relativamente antiga, dispõe de um acervo patrimonial também muito antigo, e que em virtude do tempo de uso tornam-se antieconômicos e irrecuperáveis, requerendo constantes substituições e em consequência o desfazimento, no entanto objetivo primordial é a adoção de ações que visem a promoção da economia e do uso racional desses bens permanentes e de consumo. A pesquisa apurou que periodicamente o *Campus* vem realizando processos de desfazimento de bens considerados antieconômicos, irrecuperáveis e ociosos, através de doação a outros órgãos ou instituições filantrópicas e ainda através da modalidade de leilão. Ações que garantem o desfazimento em consonância com a legislação pertinente e a destinação sustentável desses bens. Portanto, pode-se considerar que a Instituição, em decorrência do atendimento previsto na legislação, atende os quesitos propostos neste eixo.

#### **4.1.4 Práticas Relacionadas a Gestão Adequada dos Resíduos Gerados**

Dando sequência à pesquisa, no quadro 8 são apresentados os resultados sobre a percepção dos gestores lotados na Diretoria de Administração e Planejamento, quanto à gestão dos resíduos gerados na Instituição. Os resultados demonstram que a grande

maioria dos gestores respondentes têm conhecimento e confirmam a existência de ações relacionadas a esse quesito, principalmente no que diz respeito a instalação e disponibilidade de coletores com padrão de cores para correta coleta seletiva (Resolução CONAMA 275 de 2005), e quanto às ações de monitoramento e redução do consumo de copos descartáveis. No entanto, uma outra ação realizada na Instituição, identificada na pesquisa, de suma importância para a efetivação das demais relacionadas a esse eixo, é pouco percebida pela maioria dos gestores respondentes, trata-se da coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940 de 25 de outubro de 2006 (institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis).

### Resultado da aplicação dos questionários da pesquisa (Apêndice III)

**Quadro 9** - Gestão adequada dos resíduos gerados - Eixo 02.

Questão	A3P – Eixo temático – gestão adequada dos resíduos gerados	Sim	Em Parte	Não	SCR
15	No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de incentivo e prática da política dos 5R's (reutilizar, reciclar, reduzir, recusar, repensar)?	R1 16,67%	R3 R4 33,33%	R2 16,67%	R5 R6 33,33%
16	No IFMT Campus Cáceres a coleta seletiva atende a resolução CONAMA 275, de 25/04/2005, que trata do padrão de cores para as coletas seletivas?	R1 R3 R4 R6 66,66%	R5 16,67%	-	R2 16,67%
17	O IFMT Campus Cáceres possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária?	R3 R4 33,33%	-	R1 R2 33,33%	R5 R6 33,33%
18	No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de monitoramento/redução do consumo de copos descartáveis?	R1 R5 R6 50%	R3 R4 33,33%	R2 16,67%	-
19	O IFMT Campus Cáceres realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940 (2006) para a devida separação dos resíduos na fonte e doação para Cooperativas e associações de catadores?	R1 16,67%	R4 16,67%	-	R2 R3 R5 R6 66,66%
20	Em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010), no IFMT Campus Cáceres as pilhas, baterias, lâmpadas, produtos e componentes eletrônicos, pneus, óleos lubrificantes, agrotóxicos e suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes?	R1 16,67%	R4 16,67%	-	R2 R3 R5 R6 66,66%

<b>Total (f)</b>	12 <b>33,33%</b>	7 <b>19,45%</b>	4 <b>11,11%</b>	13 <b>36,11%</b>
------------------	---------------------	--------------------	--------------------	---------------------

Fonte: Adaptado de Freitas *et al.*,(2011), Vasconcelos (2015) e MMA (2017)

Os resultados adquiridos através do questionário (Apêndice III), apresentados no quadro 8, e demais informações coletadas, evidenciam que ainda que a gestão dos resíduos gerados pela Instituição não seja totalmente funcional, merece ser considerada. Constatou-se que são parcialmente separados pelos colaboradores contratados para executar os serviços de limpeza e conservação do *Campus*, recolhidos semanalmente, e armazenados em um espaço específico, para posterior recolhimento por uma Associação de Catadores do Município, conforme determina o Decreto 5.940 (2006). Em contrapartida, identificou-se um número insuficiente de lixeiras seletivas instaladas nos diversos setores da Instituição, a resistência de parte da comunidade quanto ao descarte correto dos resíduos nessas(conforme padrão de cores), a inexistência de treinamento/capacitação dos colaboradores da equipe de limpeza para a correta coleta e separação dos resíduos e a inadequada estrutura do espaço destinado ao armazenamento dos resíduos separados, comprometendo em muito todo o trabalho de seleção anteriormente executado.

Um outro ponto negativo, é que, ainda que parte dos resíduos gerados sejam corretamente doados a uma Cooperativa de Associações de Catadores do Município, dentro da estrutura administrativa da Instituição ainda não existe uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária instituída no *Campus* para o devido gerenciamento. De acordo com Diretor de Administração e Planejamento (entrevistado), a Comissão está em fase de constituição e assim que for oficialmente formalizada, se espera que esta Comissão oriente a comunidade quanto a destinação correta do lixo nas lixeiras seletivas, bem como trabalhe no processo de conscientização, capacitação, monitoramento e avaliação da coleta seletiva na instituição.

Verificou-se ainda (através de observação simples), que os resíduos de construção, são retirados em caçambas, contratadas especificamente para esse fim e que o Órgão não possui conhecimento do volume gerado e nem mesmo o local de destino. Recomenda-se que nas próximas contratações, sejam previstos nos termos de referência dos editais de licitação e nos termos de contrato, a adequada medição do volume, e destinação sustentável desse tipo de resíduo, o que poderia resultar em melhorias na gestão ambiental.

No que concerne à destinação das pilhas, lâmpadas, produtos eletrônicos, pneus e óleos lubrificantes, os mesmos não são devolvidos ao comerciante após o uso.

Uma importante ação identificada na Instituição, trata-se da utilização de grande volume de resíduo de óleo vegetal e animal, produzidos diariamente no setor de alimentação e nutrição, e que poderiam ser descartados de forma incorreta caso não houvesse, ainda que informal, uma iniciativa de uma profissional (professora da área de química) na utilização desse resíduo, em aulas práticas com alunas do Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, para fabricação de sabão em barra, sabão em pó e detergente líquido.

Outra iniciativa que merece destaque, e nesse caso devidamente instituída pelo *Campus*, trata-se de diversas ações desenvolvidas pelos integrantes do Laboratório de Educação e Gestão Ambiental (Legam). Coordenado pelo professor Silvano Carmo de Sousa, doutor em Ciências Ambientais, o laboratório é fruto do projeto de ensino, pesquisa e extensão, que envolve estudantes do ensino médio e do ensino superior e ainda servidoras e servidores do *Campus* em diálogo com a comunidade externa. De acordo com o Coordenador do projeto, as atividades são fundadas na opção teórico-metodológica de educação ambiental dialógico-crítica, que inscreve a criação do Legam no seu regimento, como espaço de promoção de educação e gestão ambiental dentro de uma perspectiva freiriana de promoção de justiça socioambiental comprometida com a transformação da sociedade pela participação dialógico-crítica efetiva.

Na interface Ensino, a agenda do Legam é composta por projetos de ensino envolvendo estudantes do curso superior de Engenharia Florestal que promovem o diálogo sobre os serviços ecossistêmicos de áreas verdes do *Campus* e do município, compreendidos como benefícios da natureza para as pessoas. Dentre as atividades, são realizadas a identificação de serviços ecossistêmicos a exemplo de provisão de alimentos, água, matérias primas, regulação de clima, aspectos culturais do uso dos espaços e suporte para manutenção da biodiversidade de áreas do *Campus*, como o Horto Florestal Profa. Michelle Carmelinda Pegorini Bordini, e da Reserva Legal do *Campus*, assim como espaços da área urbana do município como a área verde do entorno da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (Sicmatur) e Baía do Daveron.

No âmbito da pesquisa, o Legam socializa resultados de estudo sobre identificação de resíduos e rejeitos produzidos no *Campus*, bem como propostas de intervenções educativas no processo de sensibilização da comunidade interna para implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), e do Plano de Logística Sustentável

do *Campus* (PLS). Por meio da metodologia da pesquisa-ação o projeto envolve estudos das normas e literatura sobre educação e gestão ambiental em agenda de iniciação científica, com estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e apresenta, entre as abordagens, trabalhos sobre doenças respiratórias causadas pela poluição do ar, problemas gerados pela falta de saneamento básico e a presença de agrotóxicos em água potável em Cáceres. Os resultados são socializados por meio de pôsteres e exposições orais no saguão do prédio central do *Campus* como uma das etapas de sensibilização e intervenções educativas.

Já, na interface extensionista, a experiência piloto denominada ‘IFMT sustentável’, realizou, em diálogo conjunto com responsáveis por pequenos empreendimentos de Cáceres – MT, a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) de seis microempresas e empresas de pequeno porte do município. A ação, atendeu ao objetivo de ajudar pequenas empresas na implementação dos documentos previstos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Lei 12.305/2010 e resultou também em subsídios para a elaboração do decreto municipal nº 249 de 2019, assinado pelo então prefeito do Município, estabelecendo o roteiro e normas gerais para aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos de microempresas e empresas de pequeno porte.

Ainda na proposta de extensão, em diálogo com cooperativas de catadoras e catadores de resíduos recicláveis do Município e a autarquia Águas do Pantanal, o Legam intermedia semanalmente o recolhimento de materiais recicláveis produzidos. Mesmo que o *Campus* não tenha estabelecido uma parceria formal através de processo de chamamento para o devido credenciamento de Cooperativas para a coleta regular de tais resíduos nas dependências da Instituição. No quadro 14 (síntese da análise e discussão dos resultados da investigação), são resumidamente pontuadas outras diversas ações de sucesso desenvolvidas pelos integrantes do Laboratório de Educação e Gestão Ambiental (Legam), iniciativa que demonstra resultados práticos e tem se destacado por suas ações inovadoras e eficazes com projetos de educação ambiental nas escolas da rede pública, na recuperação de áreas degradadas, na gestão de resíduos sólidos, no monitoramento da qualidade da água, na capacitação e formação de multiplicadores, além de diversas outras ações na promoção da sustentabilidade e da conscientização ambiental.

De maneira geral, conclui-se, que apesar de não institucionalizada na sua totalidade, e ainda pouco disseminadas através de campanhas e programas de capacitação e sensibilização de servidores, acadêmicos e colaboradores, pode-se afirmar, através dos

dados coletados, que ações de gestão dos resíduos gerados pela Instituição são parcialmente praticadas. No entanto, observa-se que essas práticas são normalmente executadas por iniciativas isoladas de docentes e alunos, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão pleiteadas junto a Reitoria do IFMT.

#### **4.1.5 Práticas Relacionadas à Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho (QVT)**

A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa o rendimento do servidor na organização por meio da melhoria dos aspectos de ergonomia, conforto, bem-estar, entre outros, no local de trabalho (BRASIL/MMA, 2018, p.13). O eixo 3 da A3P, qualidade de vida no ambiente de trabalho (QVT), considera as ações realizadas pelo IFMT - *Campus Cáceres* voltadas à segurança no serviço, bem-estar dos servidores, redução de estresse, bem como a garantia de acessibilidade de todos os servidores, como também dos usuários da sociedade que utilizam o serviço da Instituição. A aplicação do questionário para o diagnóstico da percepção da gestão quanto a esse quesito, foi direcionada aos responsáveis pela Gestão de Recursos Humanos, Núcleo de Qualidade de Vida e Direção de Administração e Planejamento do *Campus*. Os resultados colhidos são devidamente detalhados no quadro 9, a seguir apresentado.

Quanto à qualidade de vida no ambiente de trabalho (QVAT), constatou-se que a Instituição atende parcialmente às exigências legais de acessibilidade, de incentivo à integração social dos servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa, de respeito à liberdade de expressão, de privacidade e respeito pessoal, assim como de incentivo a capacitação de seus servidores. Quanto à jornada de trabalho, é regulamentada na Instituição o sistema de registro eletrônico de frequência para que não ocorra jornada excessiva de trabalho, no entanto, não existe regulamentação para que se faça banco de horas, onde o servidor poderia acumular uma quantidade de horas e usufruir em dias ou meses seguintes a quantidade de horas acumuladas. Não se identificou ações relacionadas a atividades de ginástica laboral, de saúde ocupacional, de orientação nutricional, de prevenção de acidentes de trabalho, e a devida preocupação com a ergonomia dos mobiliários e equipamentos de uso dos servidores.

Ainda que não evidenciadas pelos respondentes, a pesquisa diagnosticou outras ações implementadas e vigentes na Instituição relacionada a esse eixo. No que concerne a capacitação, sempre que possível e dentro do permitido legalmente, a Instituição concede horário especial para servidores que possuem interesse em se qualificar, oferece, através da Reitoria da Instituição, vagas aos servidores lotados nos Campi para

participação em cursos de capacitação *in company* presenciais e por videoconferência. Também, como política de capacitação, anualmente a Reitoria da instituição promove parcerias e lança editais de seleção interna dos servidores docentes e técnicos administrativos, para diversos programas nacionais e internacionais de especialização, mestrado e doutorado. Importante ação, que proporcionou e proporciona a pós-graduação à dezenas de servidores em diversas áreas, lotados nos quatorze Campi e unidades avançadas do IFMT.

Na questão que aborda sobre o aproveitamento das habilidades de cada servidor, existe a possibilidade de remanejamento apenas para os servidores concursados no cargo de assistente em administração e auxiliares em administração. Os profissionais que ingressaram por meio de concursos específicos para a função não podem ser remanejados sob pena de desvio de função.

Ao tratar sobre a integração social, se identificou que internamente existem falhas graves a serem corrigidas, tais como os procedimentos de apresentação do servidor ingressante nas atividades, ao membros da equipe, informações sobre o local de trabalho, funções e tarefas, indicação de treinamentos relevantes para as atividades a serem desempenhadas, limitação de reuniões periódicas para tratar de assuntos específicos em cada setor. Já na integração com a sociedade, a Instituição tem a prática de participar de reuniões com entidades organizacionais a fim de evidenciar as necessidades da região, mais se observa um certo distanciamento entre a Instituição e a sociedade organizada do Município.

### **Resultado da aplicação dos questionários da pesquisa (Apêndice III)**

**Quadro 10 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho - Eixo 03.**

<b>Questão</b>	<b>A3P – Eixo temático – qualidade de vida no ambiente de trabalho</b>	<b>Sim</b>	<b>Em Parte</b>	<b>Não</b>	<b>SCR</b>
21	O IFMT Campus Cáceres atende a todas as exigências de acessibilidade em suas instalações?	-	R1 R2 R3 100%	-	-
22	No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas atividades de ginástica laboral ou semelhantes aos servidores e estagiários?	-	R2 33,33%	R1 R3 66,67%	-
23	O IFMT Campus Cáceres possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – CIPA?	-	-	R1 R3 66,67%	R2 33,33 %
24	O IFMT Campus Cáceres possui grupo capacitado para apoio a neuroses como	-	-	R1 R2	-

	anti tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas?			R3 100%	
25	No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de saúde ocupacional?	-	R1 33,33%	R2 R3 66,67%	-
26	O IFMT Campus Cáceres possui programa de orientação nutricional?	-	R2 33,33%	R1 R3 66,67%	-
27	O IFMT Campus Cáceres possui controle de jornada de trabalho?	R1 R3 66,67%	R2 33,33%	-	-
28	O IFMT Campus Cáceres possui preocupação com a ergonomia dos mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e estagiários?	-	R1 33,33%	R2 R3 66,67%	-
29	No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de incentivo a capacitação de seus servidores por meio da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?	-	R1 R3 66,67%	R2 33,33%	-
30	O IFMT Campus Cáceres incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?	R1 33,33%	R3 33,33%	R2 33,33%	-
31	O IFMT Campus Cáceres incentiva e promove a integração social interna por meio da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?	-	R1 R3 66,67%	R2 33,33%	-
32	O IFMT Campus Cáceres incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?	R1 33,33%	-	R2 33,33%	R3 33,33 %
33	O IFMT Campus Cáceres incentiva e promove a integração social interna por meio da promoção dos relacionamentos interpessoais?	-	R1 33,33%	R2 33,33%	R3 33,33 %
34	O IFMT Campus Cáceres incentiva e desenvolve ações de respeito à liberdade de expressão?	-	R1 R2 66,67%	-	R3 33,33 %
35	O IFMT Campus Cáceres incentiva e respeita a privacidade pessoal?	R1 R3 66,67%	R2 33,33%	-	-
36	O IFMT Campus Cáceres incentiva e respeita o tratamento pessoal?	R3 33,33%	R1 R2 66,67%	-	-
<b>Total (f)</b>		<b>7 14,58%</b>	<b>19 39,59%</b>	<b>18 37,50%</b>	<b>4 8,33%</b>

Fonte: Adaptado de Freitas *et al.*,(2011), Vasconcelos(2015) e MMA (2017)

No entanto, existem ações interessantes a considerar, em datas especiais, relativos ao eixo, como a promoção de eventos, através do “Núcleo de Qualidade de Vida”, principalmente relacionados às campanhas de conscientização sobre o câncer de mama (“outubro rosa”), combate ao câncer de próstata (“novembro azul”), mês de prevenção ao suicídio (“setembro amarelo”), “dezembro vermelho” (campanha de conscientização para o tratamento precoce da síndrome da imunodeficiência adquirida e de outras infecções sexualmente transmissíveis), o “janeiro Branco” (campanha que tem como objetivo chamar atenção para os cuidados com a saúde mental e emocional da população, a partir da prevenção de doenças decorrentes do estresse, como ansiedade, depressão e pânico). Dentre outras ações relacionadas a campanhas de conscientização da comunidade interna e externa a respeito da importância de estratégias e de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde física, mental e emocional na sociedade, nas vidas dos indivíduos e nas instituições.

Uma outra importante ação identificada, é a realização anual dos “Jogos do Servidor do IFMT”. Promovido pelo IFMT, por meio da Pró-reitoria de Extensão – PROEX e do Núcleo de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida do Trabalho/DSGP, aos servidores da Instituição, oferecendo em suas edições, além de diversas modalidades esportivas, terapias alternativas como quick massagem e pranic healing, estímulo a atividade física como uma ferramenta para busca da qualidade de vida e prevenção de doenças, além de propiciar momentos de lazer, arte e cultura.

Cabe também salientar, que em consonância com o previsto no na Resolução 42/2021–RTR-CONSUP/RTR/IFMT, a Resolução 85/2021– RTR CONSUP/RTR/IFMT e a Instrução Normativa 08 - RTR-GAB/RTR/IFMT, de 21 de março de 2022, o IFMT – Campus Cáceres implementou, através de editais, a seleção de servidores lotados no *Campus*, interessados em aderir ao Programa de Gestão por Resultados, por meio do teletrabalho. Essa modalidade de trabalho vem sendo adotada com entusiasmo por diversos órgãos da administração pública, e seguindo essa inovação o IFMT instituiu a realização do trabalho a distância ou remoto, uma ação positiva, permitindo um maior conforto ao servidor, ao mesmo tempo em que exige o cumprimento e a eficiência na prestação e qualidade do serviço.

Em consonância com as prerrogativas de implantação da A3P, no Campus Cáceres o Eixo Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho ainda que já desenvolva importantes ações, carece de maior atenção e a efetiva implementação de novas ações, à medida que muitas doenças ocupacionais estão relacionadas ao desempenho do trabalho profissional

no seu ambiente de trabalho. Para melhor enfrentar os desafios deste ambiente é condição imprescindível contar com pessoas competentes, sadias, equilibradas e motivadas, que deem respostas pertinentes às demandas institucionais e da sociedade. Cogo (2013), afirma que as ações envolvem tanto os aspectos físicos que possam refletir em um ambiente agradável e produtivo, como os aspectos psicológicos relacionados com o local de trabalho, sendo determinantes os elementos como: clima organizacional, desempenho e crescimento do cargo com incentivos pela busca do aperfeiçoamento na profissão, sistema de gestão, cultura da empresa, programas de ginástica laboral e o feedback, que é uma ferramenta essencial no processo de interação entre o gestor e colaborador.

#### 4.1.6 Práticas Relacionadas a Sensibilização e Capacitação dos Servidores

O quarto eixo da A3P trata a questão da sensibilização e capacitação dos servidores no que concerne a estimular a responsabilidade socioambiental, ressaltando a importância dos 5 R's – Repensar hábitos; Reduzir (consumir somente o necessário); Reaproveitar (ampliar a vida útil do produto); Reciclar (coleta seletiva solidária) e Recusar (Recusar produtos que prejudicam a saúde, o meio ambiente e que desrespeitam os direitos humanos).

Determinante na execução das ações de qualquer um dos outros eixos temáticos da A3P e metas do PLS, as dificuldades até o momento enfrentadas na implementação das práticas relacionadas a sensibilização e capacitação dos seus *stakeholders* é maior, na medida que para sua efetivação é necessário que ela ocorra a princípio com os gestores da Instituição. Em tese, responsáveis pela sensibilização dos demais colaboradores e usuários. Nesse contexto, dentro das atividades de sensibilização e capacitação que possuem objetivos de envolver todos os servidores e criar a consciência da responsabilidade socioambiental, destaca-se a programação de cursos, treinamentos, oficinas, exposições, eventos, palestras e reuniões (FRANK et al, 2004).

#### Resultado da aplicação dos questionários da pesquisa (Apêndice III)

**Quadro 11** - Sensibilização e capacitação dos servidores - Eixo 04.

Questão	A3P – Eixo temático – Sensibilização e Capacitação dos Servidores	Sim	Em Parte	Não	SCR
37	No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos e docentes sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre a diminuição do desperdício (de energia elétrica, papel, água, copos descartáveis e outros) através de	-	R1 33,33%	R2 R3 66,67%	-

	cartazes, informativos, divulgação por e-mail e outros?				
38	O IFMT Campus Cáceres realiza palestras, reuniões, oficinas, visando a sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais?	-	-	R1 R2 R3 100%	-
39	O IFMT Campus Cáceres promove ações voltadas à educação ambiental do corpo discente em todos os níveis de ensino?	-	R1 33,33%	-	R2 R3 66,67%
40	O IFMT Campus Cáceres desenvolve ações de sensibilização na comunidade do entorno da Instituição, no que se refere à conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente?	-	R1 R3 66,67%	R2 33,33%	-
41	O IFMT Campus Cáceres produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente?	-	R1 R3 66,67%	R2 33,33%	-
<b>Total (f)</b>		0	6 <b>40%</b>	7 <b>46,67%</b>	2 <b>13,33%</b>

Fonte: Adaptado de Freitas et al.,(2011), Vasconcelos(2015) e MMA (2017)

As verbalizações dos respondentes e entrevistado em relação a essa premissa é bastante inconsistente. Os resultados apresentados no quadro 10, evidenciam a tímida percepção dos gestores quanto a esse eixo. As ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos e docentes sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre a diminuição do desperdício(de energia elétrica, papel, água, copos descartáveis e outros) através de cartazes, informativos, divulgação por e-mail e outros não é de conhecimento da maioria deles. Todos os respondentes desconhecem ações, como realização de palestras, reuniões, oficinas, visando a sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais no âmbito da Instituição. Também foram tímidas as percepções relacionadas a ações no tocante à sensibilização da comunidade no entorno da instituição para a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, que se repetiu quanto a produção e divulgação de material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente.

A pesquisa também apurou que quando acontece, as ações desse eixo ocorre com mais ênfase para o corpo docente e discente. Em conversa informal com o responsável pela Diretoria de Administração e Planejamento da Instituição, identificou-se que em alguns cursos oferecidos pela Instituição (principalmente da área técnica), já contemplam nas suas disciplinas, conteúdos diretamente relacionados ao eixo temático que chamam a atenção para temas socioambientais importantes, esclarecendo a importância e os impactos de cada um no processo. O *Campus* oferece cursos nas áreas de Engenharia

Florestal, Técnico Florestal, Técnico em Agropecuária e Especialização em Meio Ambiente, áreas que podem ser concebidas como meio de sensibilização dos docentes, discentes e também dos servidores técnicos administrativos, uma vez que na ementa de suas disciplinas são tratados assuntos relacionados a cuidados com o meio ambiente, conservação do solo, compostagem de material orgânico, reflorestamento, produção de alimentos saudáveis através da disciplina de horticultura, integração lavoura, pastagem e florestas, dentre outras diversas disciplinas que fazem parte dos diversos cursos de ensino médio, graduação e pós-graduação oferecidos no *Campus*.

Exemplo disso, o Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo oferece desde o ano de 2023 o Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Desenvolvimento Socioambiental, ofertado pelo Programa Bolsa Formação Mulheres Mil. Voltado para qualificação profissional e tecnológica e inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidades e risco social, o programa é coordenado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec do Ministério da Educação e está inserido no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.

Uma outra ação bastante importante, que abrange este e outros eixos temáticos, é a parceria realizada através de cooperação técnica entre o IFMT, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e Rotary Clube de Cáceres. A parceria com o IFMT foi marcada em 2019 a partir da aprovação do projeto pedagógico do curso de Formação Inicial e Continuada - FIC em Monitor Ambiental do Projeto Lobo Guará, e assinatura de termo de cooperação técnica entre as instituições em 2020. Criado em junho de 2012, “o projeto Lobo Guará tem um histórico de formação teórico-prática de jovens e adolescentes com agenda de educação ambiental na região Oeste”. Idealizado pelo o Sargento Reformado da Polícia Militar de Mato Grosso, Francisco Silva de Oliveira, “o projeto proporciona a comunidade intervenções de conservação ambiental e educação para a cidadania”.

Coordenadas no âmbito pedagógico e administrativos por servidores do quadro docente e administrativo do IFMT – Campus Cáceres – Professor Olegário Baldo, as atividades pedagógicas do curso estavam previstas para 2020, mas o calendário foi suspenso devido a pandemia da Covid-19. Neste período, o projeto manteve o trabalho formativo com uma série de atividades e eventos on-line e retomou a agenda de forma presencial no IFMT, em 2022. Sendo que nesse mesmo ano, realizou a cerimônia de certificação da 6ª turma do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) Monitor Ambiental do Projeto Lobo Guará. Dando continuidade a agenda de cooperação técnica com o Rotary Clube de Cáceres – Distrito 4440, no ano de 2023 o IFMT ofertou novas

vagas para o Curso de Formação Inicial e Continuada de Monitores Ambientais - Projeto Lobo Guará. O curso é voltado para adolescentes e jovens de doze e dezoito e anos, estudantes do quinto (5º) ao nono (9º) ano do Ensino Fundamental, de todo o Ensino Médio e de cursos superiores.

Assim como se observou no check-list de outros eixos temáticos pesquisados, no diagnóstico obtido através de consultas em documentos e sites oficiais, visitas in loco e observação simples, constatou-se outras ações praticadas, não oficialmente previstas no calendário escolar, mais de grande relevância e que devem ser consideradas, tais como: comemorações da Semana do Meio Ambiente, Dia Mundial da Água, Dia mundial do Solo, Dia nacional de Conservação do Solo, Dia Nacional da Conscientização Sobre as Mudanças Climáticas, dentre outros eventos, onde são realizadas oficinas, mini cursos, teatro, palestras relacionadas às questões ambientais. Constata-se portanto, que por tratar-se de uma instituição de ensino, os servidores, na grande maioria, também são docentes e são sensíveis à causa ambiental. Aduzem, mesmo que discretamente, abordá-la nos corredores, nos eventos, nas visitas técnicas, nas atividades em sala de aula, nos projetos de pesquisa e extensão e nas atividades administrativas.

#### **4.1.7 Práticas Relacionadas a Licitações Sustentáveis**

As compras públicas sustentáveis (CPS) são aqueles procedimentos administrativos formais que incorporam ou adotam critérios e práticas sociais, ambientais e econômicos, quando da aquisição de bens ou contratações de serviços, contribuindo, assim, para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, de que trata o artigo 3º da Lei nº 8.666/93. Sendo assim, representam uma solução para integrar preservação do meio ambiente, desenvolvimento econômico e bem-estar social em todas as fases do processo de compra e contratação da administração pública.

O último eixo da A3P a ser abordado refere-se às Licitações Sustentáveis. Os dados colhidos através do formulário buscam diagnosticar a percepção dos gestores envolvidos diretamente nas atividades de aquisição de bens e serviços (Direção de Administração e Planejamento, Coordenação de Compras, Gestão de Contratos, Almoxarifado e Patrimônio) quanto a necessidade de ponderação dos impactos ambientais e medidas que devem ser direcionadas para reduzir esses impactos sobre a saúde humana e o meio ambiente, ao mesmo tempo, gerando economia para a Administração Pública. Busca selecionar a proposta mais vantajosa escolhendo a melhor compra pelo menor preço, todavia levando a desconsiderar custos referentes a

manutenção que poderiam gerar economia de recursos e consequente redução de consumos e impactos ambientais (Souza; Carvalho, 2015). Os resultados do formulário (Apêndice III) são apresentados no quadro 12:

### Resultado da aplicação dos questionários da pesquisa (Apêndice III)

**Quadro 12 - Licitações sustentáveis - Eixo 05.**

Questão	A3P – Eixo temático – Licitações Sustentáveis	Sim	Em Parte	Não	SCR
42	Em se tratando de obras públicas, no IFMT Campus Cáceres os projetos de engenharia para construções, observam exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização dos edifícios, assim como a redução de gastos com energia elétrica, água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos no meio ambiente?	-	R1 25%	R4 25%	R5 R6 50%
43	Nas aquisições de bens realizadas pelo IFMT C. Cáceres, é dada preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, assim como materiais de menor impacto no meio ambiente?	-	R1 R4 50%	-	R5 R6 50%
44	Em cumprimento a Resolução CONAMA 20 (1994), nas aquisições de equipamentos eletrônicos realizadas pelo IFMT C. Cáceres, observa-se critérios relativos ao selo ruído?	-	R1 R4 50%	-	R5 R6 50%
45	Nas aquisições de veículos e tratores agrícolas, observa-se a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos?	-	R1 25%	R4 25%	R5 R6 50%
46	Nas aquisições de bens, é observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?	R4 25%	R1 25%	-	R5 R6 50%
47	Nas aquisições de bens, é observada a produção com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de recicláveis?	-	R4 25%	R1 25%	R5 R6 50%
48	O IFMT C. Cáceres adquire bens e produtos reciclados, passíveis de reutilização ou reabastecimento?	-	R4 25%	R1 R5 50%	R6 25%
49	Nos editais de contratação de mão de obra, o IFMT C. Cáceres exige que as empresas adotem medidas para a redução do consumo de energia elétrica e água?	R4 R5 50%	-	R1 25%	R6 25%
50	Nos editais de contratação de mão de obra, o IFMT C. Cáceres exige que as empresas realizem treinamento dos seus empregados?	R1 25%	R4 R5 50%	-	R6 25%
51	Nos editais de contratação de mão de obra, o IFMT C. Cáceres exige que as empresas utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos?	-	R4 25%	R1 25%	R5 R6 50%
52	Nos editais de contratação de mão de obra, o IFMT C. Cáceres exige que as empresas forneçam equipamentos de segurança (EPI) aos seus empregados?	R1 R4 R5 R6 100%	-	-	-
53	Nos editais de contratações de mão de obra	R1	-	-	R4

para limpeza e conservação, o IFMT C. Cáceres exige a realização da separação dos resíduos sólidos descartados?	R4 50%			R6 50%
<b>Total (f)</b>	<b>10</b> <b>20,83%</b>	<b>12</b> <b>25%</b>	<b>7</b> <b>14,59%</b>	<b>19</b> <b>39,58%</b>

Fonte: Adaptado de Freitas et al., (2011), Vasconcelos (2015) e MMA (2017)

Na percepção dos gestores respondentes, ainda que o resultado demonstre maior frequência da afirmação de que o IFMT - Campus Cáceres aplica na totalidade ou parcialmente ações como preferência nas aquisições de produtos fabricados por fontes não poluidoras, de menor impacto no meio ambiente, qualidade e durabilidade, observa critérios relativos ao selo ruído nas aquisições de equipamentos e eletrônicos, que nos editais de contratações de mão de obra exige das empresas adoção de medidas para a redução do consumo de energia elétrica e água, o treinamento dos seus empregados, forneçam equipamentos de segurança (EPI), e que exijam a realização da separação dos resíduos sólidos descartados nos serviços de limpeza e conservação da Instituição, é também nítida a demonstração da ausência de ações em outras importantes ações, como a que trata da observação de exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da estrutura física, assim como a redução de gastos com energia elétrica, água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos no meio ambiente nos projetos para execução de obras.

A ausência concreta de ações repete-se quanto a aquisição de bens e produtos reciclados, passíveis de reutilização ou reabastecimento, nas aquisições de bens que consideram a produção com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de recicláveis, e nas contratações de mão de obra não há exigência de que as empresas utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos.

Ainda que não explicitado pelos gestores respondentes, a pesquisa documental e a pesquisa informal, através do sítio da instituição apurou a adoção de outras práticas e ações, principalmente quando as aquisições são realizadas através de “compras compartilhadas”. No âmbito do IFMT, essa política, onde os *Campi* e Unidades avançadas se juntam para que um deles realize uma única licitação para a contratação de um conjunto de produtos e/ou serviços de modo a atender a necessidade de todos os envolvidos. As compras compartilhadas são utilizadas pela Administração Pública para realização da aquisição/contratação de produtos e serviços de forma conjunta, de maneira a diminuir os custos com a contratação criando redes temporárias entre diversos órgãos, além disso, a necessidade de maior planejamento atrelado a este mecanismo, viabiliza a

aquisição de produtos que atendam aos padrões de qualidade e sustentabilidade (Rodrigues e Silva, 2020; Silveira, 2014).

Em 2015, através da Instrução Normativa IFMT nº 02, de 27 de janeiro, ocorreu a implantação e regulamentação dos procedimentos relativos às compras compartilhadas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Desde então, as aquisições através de processos licitatórios ocorrem de forma mais organizada e em rede. O instrumento supracitado foi reformulado em 2018, por meio da Instrução Normativa IFMT nº 03, de 27 de setembro e após a realização de um mapeamento de processos pelos servidores dos setores de compras e licitação da Pró Reitoria de Administração - PROAD, foi promulgado em 10 de junho de 2019 através da Instrução Normativa IFMT Nº 02.

O processo é realizado a partir das demandas elencadas no Plano Anual de Contratações – PAC de todos os Campi. A Diretoria de Administração da PROAD identifica as necessidades comuns aos participantes e em seguida, em reunião periódica do Conselho de Administração e Planejamento – COPLAN é elaborado o Cronograma de Execução das Compras Compartilhadas, onde é definido qual *Campus* será responsável em gerenciar o processo licitatório, levantar a formalização das demandas dos participantes, elaborar um único Termo de Referência englobando a necessidade de todos e, então, realiza uma única licitação. Como resultado desta licitação, é assinada uma ata de registro de preços, a partir da qual cada participante assina um ou mais contratos de acordo com suas necessidades. Cada participante gere os seus próprios contratos, comunicando ao órgão gerenciador qualquer anormalidade observada durante a sua execução.

A adoção dessa prática gera vantagens lícitas para a Administração Pública, uma vez que com a realização de compras de maior vulto, obtêm-se ganhos de escala, economia de esforços através da redução de processos repetitivos, minimizando assim o número de processos administrativos, além de propiciar um melhor planejamento das necessidades (contratações periódicas) e maior racionalidade burocrática. Destacando-se o ganho em escala e economicidade na utilização dos recursos que acarreta maior eficiência para Administração Pública, maior celeridade dos processos, padronização e qualidade, além da sustentabilidade nas licitações. Por outro lado, em decorrência da economia processual, os licitantes podem participar de uma única licitação, possibilitando dirigir seu esforço uma única vez, em vez de participar de forma dispersa de vários certames licitatórios. Além disso, um volume maior de fornecimento concede aos

licitantes a vantagem de oferecer preços mais baixos e ganhar na escala dos bens e serviços a serem fornecidos. Por fim, especificações técnicas melhores favorecem licitantes com produtos melhores e mais preparados, que passam a ter mais chances de vencer o processo.

A Pesquisa identificou nos editais de licitação, relativos a compras compartilhadas para aquisição de bens, a observância relativa ao que consome menor quantidade de matéria prima, os fabricados por fontes não poluidoras, os que possuem o selo ruído. Para os móveis é solicitado o Certificado de Regularidade do IBAMA, Laudo Técnico Ergonômico assinado por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, Licença de Operação emitida pelo Instituto Ambiental e outros documentos que comprovam a origem da madeira. Nas aquisições de veículos de menor capacidade, exige-se que sejam flex, enquanto os de passageiros(ônibus, micro-ônibus, vans) são a diesel, com dispositivo instalado para uso do denominado Arla 32 (aditivo à base de ureia que captura grande parte do óxido de nitrogênio emitido na combustão do motor, antes que o gás poluente seja liberado para a atmosfera), que não é misturado ao diesel, mas fica em um recipiente separado, assim como o óleo lubrificante, além de instalação de conversor catalítico ou catalisador, que é um dispositivo antipoluição, que tem a função de tratar esses gases liberados pelo motor de combustão interna e transformá-los em gases menos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente.

Quanto às aquisições de produtos reciclados, observa-se que é restrita, a justificativa é atribuída em decorrência do valor, que normalmente é maior, e sua aquisição acaba ferindo o princípio da economicidade (relatos informais).

No quesito contratações de obras públicas, cabe uma ressalva, as quais as justificativas são que nem sempre se tem tempo hábil para exigir muitos critérios sustentáveis, e ainda tendo em vista a limitação do número de fornecedores que podem atender aos requisitos da licitação. Foi informado que o IFMT Campus Cáceres está implantando aos poucos questões relacionadas à sustentabilidade, dando prioridade para questões mais urgentes, porém, uma comissão está sendo constituída para tratar e implantar de forma definitiva todas as ações previstas de forma legal.

#### **4.1.8 Percepção da Gestão de Administração e Planejamento Quanto às Práticas Sustentáveis no IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo**

O quadro 13 demonstra o resultado da análise dos dados de acordo com os objetivos 4, 5 e 6 da pesquisa. Avalia através de entrevista (**Apêndice II**), a percepção da

gestão de administração e planejamento do *Campus* em relação às práticas sustentáveis adotadas, identificando os principais desafios e oportunidades para a promoção de um ambiente mais sustentável e consciente:

**Quadro 13** - Entrevista com o diretor de administração e planejamento do *Campus* - Análise dos dados de acordo com os objetivos específicos 4, 5 e 6 da pesquisa (**Apêndice II**).

Objetivo Específico	Categoria	Respostas do entrevistado
<p><b>4.</b> Identificar o perfil dos Gestores responsáveis pela área administrativa do Campus Cáceres</p>	<p><b>Estrutura hierárquica e principais atividades de responsabilidade do setor:</b></p> <p>1-Estrutura do DAP?            2-Principais atividades desempenhadas?            3-A estrutura organizacional do <i>Campus</i> possui algum setor responsável pela gestão ambiental?</p>	<p>1- “Fazem parte da Diretoria de Administração e Planejamento do Campus os Setores de Execução Orçamentária e Financeiro, Seção de Contabilidade, Coordenação de Compras e Logística, Gestão de Contratos, Coordenação de Serviços Auxiliares, Coordenação de Transportes e Logística e Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio”.</p> <p>2- “O DAP orienta, controla e dirige o planejamento, a execução orçamentária, a contabilidade, movimentação financeira, gestão dos gastos, as compras, licitações e os contratos”</p> <p>3- “Não, apesar de ser um assunto importante, e bastante discutido, até então não foi instituído”.</p>
<p><b>5.</b> Apontar o nível de cognição dos Gestores do IFMT Campus Cáceres sobre as práticas sustentáveis relacionadas aos eixos pesquisados da A3P e PLS</p>	<p><b>Requisitos da Agenda Ambiental da Administração Pública(A3P) e Plano de Logística Sustentável(PLS):</b></p> <p>1-Você tem conhecimento de alguma política de sustentabilidade e de gestão ambiental criada pelo Governo Federal?            2-Como atual DAP do IFMT-Campus Cáceres, você tem conhecimento dos programas envolvendo a A3P e PLS e sobre quais pontos devem nortear as ações de sua diretoria?            3-Já participou de alguma experiência envolvendo a A3P E PLS?            4-A instituição se preocupa e estimula seus colaboradores e setores ao uso racional dos recursos?            5-Há registro de ações de</p>	<p>1-“Sim, conheço a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) que é uma iniciativa do Governo Federal Brasileiro”</p> <p>2- “Sim, tenho conhecimento e são assuntos bastante discutidos e tem sido conversado quanto a implantação”.</p> <p>3-“Apenas reuniões de implantação”.</p> <p>4- “Sim, existe o estímulo ao uso racional de água, energia elétrica, materiais de expediente como papel, tinta para impressão e o uso diário de canecas em substituição ao copo descartável”.</p> <p>5-“Sim, nos últimos anos houve a diminuição drástica no uso de papel através da digitalização total dos processos e todos atos de gestão. Vem ocorrendo ainda, a substituição contínua de lâmpadas comuns por de leds, e a instalação de sistema de automatização de acionamento das lâmpadas”.</p>

	<p>sustentabilidade (como o controle ou diminuição de materiais de consumo, de energia elétrica, de água) em sua gerência?</p> <p><b>6-</b> Como o <i>Campus</i> realiza os descartes dos seus resíduos? Respeita a legislação vigente?</p> <p><b>7-</b> É realizado o inventário físico-financeiro dos bens? Ele é anualmente atualizado?</p> <p><b>8-</b> Há alguma ação de sua unidade para coleta seletiva?</p> <p><b>9-</b> Há alguma ação de sua Unidade para QVT?</p> <p><b>10-</b> Há alguma ação de sua Unidade para compras e contratações sustentáveis?</p> <p><b>11-</b> Há alguma ação de sua Unidade para redução de gastos com deslocamento de pessoal?</p> <p><b>12-</b> Quais atitudes são realizadas por este setor para providenciar o ambiente mais sustentável para seus Stakeholders (pessoas, empresas ou instituições que têm algum tipo de interesse na gestão e nos resultados de um projeto ou organização, influenciando ou sendo influenciadas direta ou indiretamente por ela)?</p> <p><b>13-</b> No IFMT – Campus Cáceres há comissão gestora do PLS constituída? Você tem conhecimento das ações realizadas? Dos componentes? Das reuniões, atividades e resultados alcançados?</p>	<p><b>6-</b> “É realizado a separação dos resíduos e uma cooperativa de catadores do município realiza a coleta semanalmente”.</p> <p><b>7-</b> “Sim, em atendimento a legislação, o inventário é anualmente atualizado através de uma comissão designada para esse fim”.</p> <p><b>8-</b> “Sim, por conta da entrega/recolhimento semanal de materiais recicláveis para cooperativa de catadores, é feita a separação através de coletores com identificação do tipo de material, instalados em vários pontos do Campus”.</p> <p><b>9-</b> “Sim, o Campus possui instituído o Núcleo de Qualidade de Vida, com uma comissão que elabora ações e possui recursos específicos destinados para isso”.</p> <p><b>10-</b> “As licitações, principalmente após a Lei 14.133 (nova lei de licitações), tem estabelecido critérios de sustentabilidade nos processos de aquisição de bens e contratações de prestação de serviços”</p> <p><b>11-</b> “Houve uma grande redução de gastos com deslocamentos, principalmente para reuniões e participação de servidores em cursos, através do uso de ferramentas online (geralmente o Meet), gerando uma grande economia em diárias, passagens e consequentemente com uso de combustíveis”.</p> <p><b>12-</b> “Ainda que insuficiente, a instituição tem se esforçado na tomada de atitudes como a Instalação de dispositivos economizadores, promover a conscientização sobre o uso racional da água e implementar sistemas de captação e reutilização da água da chuva; Utilização de lâmpadas de baixo consumo, sensores de presença para iluminação, e processo de aquisição de fontes de energia renováveis como a solar; Digitalização de documentos para reduzir o uso de papel, promover o uso de papel reciclado e implementação políticas de reutilização de materiais de escritório; Programas de coleta seletiva, com parcerias com</p>
--	---	--

		cooperativas de reciclagem; Programas de compostagem para resíduos orgânicos; Critérios ambientais e sociais nas licitações e contratações, priorizando fornecedores que adotem práticas sustentáveis; Campanhas internas e externas de conscientização sobre a importância da sustentabilidade e as práticas adotadas pela organização”. 13-“Sim, mas ainda não houve andamento significativo e devido a greve foram paralisadas”.
6. Investigar se as práticas sustentáveis relacionadas à A3P e ao PLS, estão sendo aplicadas nas ações de suas gerências	<p><b>Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental – Relatório de Gestão:</b></p> <p>1- Quando da prestação de contas anual através do Relatório Anual de Gestão, todas as demais diretorias do <i>Campus</i> colaboram diretamente na elaboração das respostas?</p> <p>2- Você tem conhecimento das exigências dos órgãos de controle externo como o CGU e TCU sobre a gestão ambiental e sustentabilidade?</p> <p>3- Você conhece a IN. 10/2012 de 12/11/2012 – SLTI, que trata da criação do Plano de Gestão de Logística Sustentável? A instrução é aplicada no IFMT – Campus Cáceres? Se sim como é executada, se não quais as dificuldades para sua implantação?</p>	<p>1- “Sim, às demandas do relatório são devidamente direcionadas e distribuídas aos responsáveis pelas diversas áreas da instituição, e esses colaboram diretamente no levantamento e elaboração dos relatórios”.</p> <p>2- “Sim, nos relatórios de auditoria são apontadas as constatações e devidas recomendações quanto ao cumprimento dos critérios de sustentabilidade relacionados ao PLS”.</p> <p>3- “Sim, e é executada conforme já informado com a adoção de várias medidas de gestão ambiental, tanto quanto a economia quanto a correta destinação de resíduos.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

#### 4.1.9 Relatórios Anuais de Gestão 2016 a 2022 – Síntese da análise e adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras no IFMT – Campus Cáceres

Os dados considerados e analisados na pesquisa são relativos a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras (aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis) nos exercícios de 2016 a 2022 ([https://proad.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/prestacao\\_de\\_contas\\_anuais/](https://proad.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/prestacao_de_contas_anuais/)). A análise documental dos Relatórios Anuais de Gestão, documentos oficiais relativos à prestação de contas anual dos órgãos que integram o Governo Federal junto ao órgão de controle interno (auditoria interna) e órgãos de controle externo como a Controladoria

Geral da União – CGU e o Tribunal de Contas da União – TCU, ocorreu em duas partes: Na primeira, com o intuito de interpretar e diagnosticar as práticas ambientais através das ponderações levantadas, foram verificados os aspectos, as avaliações, considerações e recomendações do relatórios supracitados. Identificando ações implementadas, ausentes, se estão em acordo ou desacordo com as normas e atitudes a serem implementadas para sanar tais inconsistências.

Os relatórios demonstram que a exigência quanto aos aspectos do Decreto nº 7.746, regulamentado pela IN 10/2012 SLTI/MPOG, somente à partir de 2013 passam a ser exigidos pelos órgãos de controle. Identificou-se que os relatórios de gestão relativos aos anos de 2016 à 2022 tratam basicamente sobre os aspectos relacionados à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras. Desta análise pode-se aferir que:

1. A unidade não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública;
2. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006 (ainda que o *Campus* não tenha estabelecido uma parceria formal através de processo de chamamento para o devido credenciamento de Cooperativas);
3. As contratações realizadas pela Unidade Prestadora de Contas (UPC) observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012;
4. A unidade não possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art: 16 do Decreto 7.746/2012.

Os relatórios também evidenciam continuamente as seguintes considerações gerais:

- a) Durante o exercício de 2016 nas licitações para serviços terceirizados (limpeza e apoio administrativo) pede que na utilização dos materiais seja eliminado o desperdício;
- b) O *Campus* tem realizado coleta seletiva de lixo e firmou parceria com Cooperativa de Catadores para reciclagem do lixo produzido na unidade;
- c) O *Campus* também vem mantendo boas práticas nas aquisições de equipamentos elétricos (ar-condicionado, lâmpadas, reatores, bebedouros, eletrodomésticos em geral) é exigido que atendam a classificação "A" de consumo;

- d) Nas aquisições de veículos é levado em conta a menor taxa de emissão de poluentes em decorrência da queima do combustível (veículos tipo Flex, óleo diesel S-10, utilização de ureia no micro-ônibus);
- e) A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis);
- f) Aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga), nos processos de materiais de limpeza (sabonete líquido, detergente para lavadoras, etc);
- g) A unidade promove em seus processos licitatórios a busca pelo menor preço e melhor vantajosidade, bem como leva em consideração critério de sustentabilidade ambiental, podemos elencar: Os critérios referentes a execução de obras de construção civil tem adotado a utilização de materiais e equipamentos que minimizam o consumo de água (torneiras com acionamento por pressão e fecho automático, instalação de caixas de descargas em vez de válvulas hidra), projetos que favorecem a iluminação natural visando a economia de energia.

À partir de 2019, os relatórios de gestão do IFMT adotam um novo formato, e as informações relacionadas a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras passam a ser descritas de forma resumida, as ações para o devido cumprimento das normas legais e dos critérios de sustentabilidade passam a ser consideradas em todo o contexto da Instituição. No entanto, as ações desenvolvidas e descritas continuam no sentido de atender os aspectos relacionados à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras. As informações apresentam-se ainda mais tímidas, realizadas para atender a obrigatoriedade dos órgãos de controle, não oferecem dados necessários para uma efetiva análise, diagnóstico e avaliação quanto ao atendimento ou não dos quesitos recomendados pela A3P e exigidos pelo PLS.

Na segunda parte, apresentamos o diagnóstico da entrevista realizada com o Diretor de Administração e Planejamento do IFMT – Campus Cáceres. Área que conforme norma, deve ser responsável pela implementação das ações exigidas pelo PLS na Unidade, e conseqüentemente, com condições de identificar as principais ações, atividades ambientais e de sustentabilidade, legislações e políticas ambientais existentes no âmbito do IFMT - Campus Cáceres. O roteiro para entrevista foi dividido em três seções: A – Estrutura Hierárquica e principais atividades de responsabilidade da

Diretoria; Seção B – Requisitos da Agenda Ambiental da Administração Pública(A3P) e Plano de Logística Sustentável (PLS), objetivando verificar quais ações desses programas estão sendo realizados no *Campus*; C– Adoção de Critérios de Sustentabilidade ambiental – Relatório de Gestão, com o propósito de identificar os responsáveis pela elaboração das respostas dos diversos questionamentos do relatório anual de gestão e ainda quanto ao conhecimento das suas exigências e responsabilidades.

Percebe-se, através dos dados coletados na entrevista (quadro 12), um conhecimento muito superficial apenas do conceito das referidas ferramentas (embora sejam perceptíveis a adoção de algumas práticas dentro de uma dinâmica não normatizada como ação institucional), é possível inferir através dos relatos, quase que em sua totalidade, pouco domínio do assunto, ainda que o respondente assegure ter tido contato com os conceitos que versam sobre as práticas relacionadas.

Na seção C do roteiro da entrevista, percebe-se que quando perguntado ao gestor se este tem conhecimento das exigências dos órgão responsáveis pelo controle interno e externo (Auditoria Interna, CGU, TCU) quanto a gestão ambiental e sustentabilidade disposto nos relatórios anuais de gestão, a resposta foi sim, que tem conhecimento de tal exigência, que todas as demais diretorias do *Campus* colaboram diretamente na elaboração das respostas que compõem esse relatório e que a Instrução Normativa 10/2012 – SLTI que trata da criação do PLS é parcialmente aplicada no IFMT – Campus Cáceres “é executada conforme informado, com adoção de várias medidas de gestão ambiental, tanto quanto a economia, quanto a correta destinação de resíduos”.

#### **4.1.10 Comissão Gestora dos Planos de Logística Sustentável do IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo**

Em atendimento ao que determina a Instrução Normativa – IN. Nº 10 de 12 de novembro de 2012 – MPOG, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável que trata a o Art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, a Comissão Permanente de Sustentabilidade foi instituída através da Portaria nº 67 /DG/IFMT- Campus Cáceres, de 02 de junho de 2017, responsável pelos trabalhos de planejamento e execução das ações de sustentabilidade que contribuam para a preservação ambiental, o uso eficiente de recursos e a redução de impactos negativos. Inicialmente a comissão supracitada foi composta por sete servidores, sendo eles docentes e técnicos administrativos. Atualmente, a Comissão está composta por um presidente, designado através de Portaria supracitada, e por duas subcomissões: 1- Subcomissão

responsável pela elaboração da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), composta por três membros e 2 - Subcomissão responsável pela elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), composta por seis membros. Neste contexto, o quadro 14, foi elaborado através pesquisa documental (portarias, memorandos, atas de reunião) disponibilizados pelo presidente da Comissão, visando apresentar de forma resumida, as principais atividades desenvolvidas pela Comissão durante o período de junho de 2017 a dezembro de 2023.

**Quadro 14** - Análise dos dados de acordo com o objetivo específico 2 - Diagnóstico das Principais Atividades Realizadas pela Comissão Gestora dos Planos de Logística Sustentável do IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo.

<b>Período: Junho de 2017 a dezembro de 2023</b>	
<b>Identificação das principais atividades realizadas</b>	1. Instituição da Comissão através da Portaria nº 67 /DG/IFMT- <i>Campus</i> Cáceres, de 02 de junho de 2017.
<b>Reuniões e Temas tratados</b>	<b>Reunião da Comissão Permanente de Sustentabilidade no dia 29 de setembro de 2017.</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Debate sobre a importância e responsabilidades da comissão;</li> <li>• Contextualização histórica relativa a gestão ambiental, conceitualização de aspecto ambiental e impacto ambiental;</li> <li>• Debate sobre o descarte adequado dos dejetos dos animais mortos, das lâminas, agulhas e demais materiais veterinários utilizados nas atividades;</li> <li>• Proposição de criação de um sistema de gestão ambiental dentro do IFMT, baseando-se nas normas ISO 14.001:2015 e a necessidade de elaboração de uma política ambiental no <i>Campus</i>.</li> </ul>
<b>Deliberações tomadas nas reuniões da Comissão</b>	Distribuição de pontos de coleta de pilhas e baterias utilizadas; Determinação de uma forma adequada de descarte dos rejeitos químicos dos laboratórios e dos materiais de uso veterinário; Colocar em prática o funcionamento das lixeiras de coleta seletiva de lixo (instalação e orientação); Criação de e-mail institucional da comissão, para que possam ser divulgados os trabalhos e recebimento das demandas; Solicitação de uma sala para a devida instalação e funcionamento da Comissão.
<b>Identificação das principais atividades realizadas</b>	1. Emissão do Memorando nº 001/2018 – CPS no dia 07 de fevereiro de 2018, informando e apresentando uma proposta de Política Ambiental do IFMT <i>Campus</i> Cáceres, sugerindo que seja debatida com toda a comunidade escolar e posterior encaminhamento para o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA; 2. Emissão da Portaria nº 13/DG/IFMT/ <i>Campus</i> Cáceres, de 22 de fevereiro de 2018, dispensando e designando novos membros para composição da Comissão; 3. Emissão do Memorando nº 002/2018 – CPS no dia 04 de abril de 2018, requerendo da Coordenação Geral de Ensino do <i>Campus</i> a emissão de expediente às/aos coordenadoras/es dos laboratórios e das unidades Educativas de Produção – UEP, informações necessárias para o atendimento das exigências legais previstas no Decreto 5940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais

	<p>recicláveis, e em atendimento a Lei nº 12.30/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, e ainda, objetivando subsidiar a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável(PLS), previsto no Decreto nº 9.178/2017 e IN 10/2012;</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>4. Emissão do Memorando 003/2018 – CPS no dia 02 de maio de 2018 à Direção Geral do <i>Campus</i>, informando quanto aos encaminhamentos da comissão, atinentes à necessidade de confecção de coletores de resíduos recicláveis e orgânicos, para que pudessem ser distribuídos nas dependências da Instituição, informando ainda quanto a possibilidade de participação de alunas(os) em um curso de “confecção de lixeiras” a partir de material reciclável, promovido pela Autarquia Águas do Pantanal, em parceria com Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo do Município,</li> <li>5. Levantamento de informações (protocolo de gestão de resíduos e rejeitos, ações administrativas, de infraestrutura, logística, etc.), junto aos diversos Laboratórios e Unidades Educativas de Produção -UEP’s, a fim de promover ações didático-pedagógicas participativas para o cumprimento de normas legais, bem como, objetivando subsidiar os trabalhos para elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável(PLS);</li> <li>6. Emissão de Memorando 005/2018 – CPS, no dia 28 de agosto de 2018 à Direção Geral da Instituição, sugerindo o encaminhamento de expediente à Autarquia Águas do Pantanal, solicitando a disponibilização de contêineres para resíduos secos e para resíduos úmidos, e ainda, quites de lixeira para depósito de resíduos secos e úmidos;</li> <li>7. Emissão de Memorando 008/2018 – CPS, no dia 17 de outubro de 2018, encaminhando à Direção Geral da Instituição, para devida publicação, a Minuta da Política Ambiental do IFMT- <i>Campus</i> Cáceres;</li> <li>8. Emissão da Portaria nº147/DG/IFMT/Campus Cáceres, no dia 25 de outubro de 2018, intitucionalizando a Política Ambiental do <i>Campus</i>;</li> </ol>
<p style="text-align: center;"><b>Reuniões e Temas tratados</b></p>	<p><b>Reunião da Comissão Permanente de Sustentabilidade no dia 02 de fevereiro de 2018</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussão sobre a necessidade de apoio da Gestão do <i>Campus</i> na realização dos trabalhos da Comissão, tanto no que diz respeito a infraestrutura, como na conscientização da comunidade para realização de coleta seletiva;</li> <li>• Problemas na efetividade quanto a retirada dos rejeitos separados na Instituição, por parte da Autarquia Águas do Pantanal;</li> <li>• Incentivos à participação de alunos nos trabalhos da Comissão através de projetos de extensão;</li> <li>• Necessidade de divulgação quanto a importância dos trabalhos da Comissão, inclusive em reuniões com toda a comunidade escolar;</li> <li>• Necessidade de instalação de pontos de coleta de pequenos volumes em setores estratégicos, como alojamentos dos alunos e residências funcionais;</li> <li>• Possibilidade de realização de seminário com participação da comunidade escolar e de um profissional na área de engenharia ambiental lotado na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN;</li> </ul> <p><b>Reunião da Comissão Permanente de Sustentabilidade no dia 16 de março de 2018</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informes relativo a apresentação dos trabalhos da Comissão na reunião pedagógica do <i>Campus</i>;</li> <li>• Discussão quanto a necessidade de inclusão da educação ambiental em todos os Projetos Pedagógicos de Curso oferecidos pela Instituição;</li> <li>• Discussão quanto as dificuldades enfrentadas pela Comissão devido a falta de infraestrutura para a realização da sensibilização dos discentes.</li> </ul>

	<p><b>Reunião da Comissão Permanente de Sustentabilidade no dia 13 de abril de 2018</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Debate sobre a citação da Instrução Normativa nº 10/2012 nos relatórios anuais de Gestão, especificamente no seu artigo 6º, que define um número mínimo de três servidores para compor a Comissão Permanente de Sustentabilidade, e o artigo 9º, que mostra a necessidade de um plano de ação para cada tema apresentado na IN;</li> <li>• Tratativas para confecção (com participação de alunos) de lixeiras com uso de materiais recicláveis (pneus), à princípio como teste, para que seja avaliado a viabilidade;</li> <li>• Definição entre os membros de uma reunião ordinária mensal da Comissão.</li> </ul> <p><b>Reunião da Comissão Permanente de Sustentabilidade no dia 27 de julho de 2018.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação aos demais membros, pelo Presidente da Comissão, e sugestão de adesão com contrapartida da Instituição ao Projeto “Fazer”, de responsabilidade da autarquia Águas do Pantanal;</li> <li>• Sugestão de membros da Comissão para que seja efetivado amplo diálogo, através de palestras, debates em salas de aula, nos setores administrativos, no sentido de divulgar e sensibilizar a comunidade escolar sobre a Política Ambiental do <i>Campus</i>, e a importância dos trabalhos da Comissão;</li> <li>• Proposição de inclusão de palestra relativa a temática da Política Ambiental do <i>Campus</i> Cáceres nos eventos científicos promovidos pelo IFMT (Amostra Científica, Jornada de Ensino Pesquisa e Extensão-JENPEX);</li> <li>• Planejamento para confecção de um banner para divulgação da Comissão de Sustentabilidade e a programação de um evento, envolvendo toda a comunidade escolar, visando o recolhimento de lixo eletrônico.</li> </ul>
<p><b>Deliberações tomadas nas reuniões da Comissão</b></p>	<p>Solicitar inclusão de fala de representante da CPL na pauta da próxima reunião pedagógica do <i>Campus</i>;</p> <p>Agendar reunião com a Direção Geral do <i>Campus</i> para discutir os trabalhos e demandas da Comissão;</p> <p>Solicitar visita do Engenheiro Ambiental lotado na Reitoria do IFMT;</p> <p>Apresentar o documento de Políticas Ambientais para debate junto a comunidade;</p> <p>Encaminhar e-mail aos professores objetivando a identificação de interesse em trabalhar com projetos de ensino voltados a temática ambiental;</p> <p>Verificar junto a gestão a possibilidade de aquisição de triturador de papel;</p> <p>Encaminhar um e-mail a todos os Coordenadores de setores do <i>Campus</i>, solicitando informações sobre a produção de lixo nos setores, e ainda, quais os protocolos utilizados;</p> <p>Localizar portarias de institucionalização e designação de responsáveis pelos Laboratórios e Unidades de Ensino e Produção – UEP’s, para os devidos encaminhamentos de demandas e informações;</p> <p>Reiterar o Memorando 001/2018, ainda sem posicionamento;</p> <p>Agendamento de próxima reunião;</p> <p>Programar, em conjunto com a Direção do <i>Campus</i>, uma reunião com representantes da Autarquia Águas do Pantanal, para discutir a possível parceria do <i>Campus</i> no projeto “Fazer”;</p> <p>Realizar debate sobre a Política Ambiental do <i>Campus</i> com toda a comunidade escolar, dividindo as tarefas por segmentos (setores administrativos, setores pedagógicos, salas de aula);</p> <p>Agendamento de nova reunião da Comissão para compilar os relatos, sugestões, acréscimos e supressões coletadas nas apresentações da Política Ambiental do <i>Campus</i>.</p>

<p><b>Identificação das principais atividades realizadas</b></p>	<p>1. Emissão da Portaria nº 40/2023 - CAS-GAB/CAS-DG/CCAC/RTR/IFMT, de 17 de março de 2023, designando novos membros para compor a Comissão do Núcleo de Gestão Ambiental do IFMT Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo.</p>
<p><b>Reuniões e Temas tratados</b></p>	<p><b>Reunião da Comissão do Núcleo de Gestão Ambiental</b> (designada pela Portaria nº 40/2023) <b>no dia 10 de agosto de 2023</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação, através do Diretor de Desenvolvimento de Ensino da Instituição, dos novos membros da comissão (composta por seis servidores e dois alunos), e discussão para a escolha de um novo presidente da Comissão entre os membros ou ratificação do nome já indicado na portaria;</li> <li>• Discussão e manifesto de descontentamento por parte do Presidente da Comissão no que diz respeito a implementação dos primeiros trabalhos da Comissão, uma vez que, desde o ano de 2019, nenhum projeto dela fora institucionalizado pelo <i>Campus</i>;</li> <li>• Manifesto do presidente da Comissão para que haja um compromisso por parte da Gestão do <i>Campus</i> em disponibilizar um servidor ou estagiário para atender as demandas referentes as documentações que precisam ser produzidas para o pleno funcionamento da Comissão do Núcleo de Gestão Ambiental;</li> </ul>
<p><b>Deliberações tomadas nas reuniões da Comissão</b></p>	<p>Ficou decidido que o Prof. Silvano Carmo de Souza seguirá como presidente da Comissão do Núcleo de Gestão Ambiental; O Diretor de Desenvolvimento de Ensino se comprometeu em apresentar à Direção Geral do <i>Campus</i> a solicitação de que haja uma pessoa, servidor ou estagiário, designado para cuidar das demandas de produção de documentos da Comissão.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

Identifica-se, conforme detalhado acima, que após várias reuniões, das diversas composições da comissão, que houve avanços significativos em diversas frentes de trabalho da Comissão Permanente de Sustentabilidade do *Campus*. Ainda que tenha ocorrido uma certa rotatividade na composição dos membros, observa-se um comprometimento em continuar trabalhando para alcançar os objetivos estabelecidos e promover uma cultura de sustentabilidade responsável e integrada nas operações da instituição.

As reuniões da Comissão têm sido fundamentais para alinhar estratégias, compartilhar conhecimentos e garantir a implementação eficaz das ações planejadas. No entanto, a falta de apoio institucional no que tange a: **falta de recursos humanos e financeiros** ( limita a capacidade da comissão de investir em tecnologias verdes, campanhas de conscientização e outras iniciativas essenciais); **Falta de comunicação e transparência** (sem um canal de comunicação claro e aberto, é difícil para a comissão transmitir a importância das ações de sustentabilidade e obter o apoio necessário e a falta de transparência nas decisões da gestão pode levar a mal-entendidos e desmotivação entre os membros da comissão); **Resistência à mudanças** (relutância em adotar novas práticas, não ver a sustentabilidade como uma prioridade, o que resulta em uma falta de comprometimento e falta de participação em treinamentos e *workshops*); **Falta de**

**incentivos** (sem incentivos claros e tangíveis, tanto a gestão quanto os colaboradores podem não se sentir motivados a adotar práticas sustentáveis); **Prioridades Conflitantes** (ações sustentáveis são vistas como secundárias ou até mesmo dispensáveis, a falta de alinhamento entre os objetivos da comissão e as prioridades da gestão dificulta a implementação de um plano de ação coeso e eficaz), apresentam-se como obstáculos significativos para a implementação eficaz das ações planejadas.

As diversas reuniões, pautas, atividades e deliberações ocorridas no decorrer do ano de 2017 a 2023 demonstram algumas das principais dificuldades e desafios enfrentadas pela comissão na implementação de suas ações. Para superar esses obstáculos, é crucial que a gestão do *Campus* reconheça a importância da sustentabilidade e se comprometa a fornecer os recursos e o suporte necessários. Somente com um esforço conjunto será possível promover uma cultura de sustentabilidade e alcançar os objetivos ambientais da instituição.

#### 4.2 Síntese da Análise e Investigação das Práticas Socioambientais no IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo sob a ótica da A3P e PLS

O quadro 15 demonstra, de maneira resumida, uma análise das ações implementadas através procedimentos administrativos, de projetos de ensino, pesquisa, extensão, relacionadas as práticas socioambientais obrigatórias e recomendadas, assim como as dificuldades enfrentadas pela Instituição para a efetiva implementação, conforme investigação e finalizando, como sugestão do estudo, apresenta-se um banco de práticas sustentáveis, à luz da legislação para implementação de gestão sustentável no Campus.

**Quadro 15** - Síntese da análise e discussão dos resultados da investigação.

Temas da A3P e PLS	Ações de sucesso implementadas no <i>Campus</i>	Dificuldades
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos (materiais de consumo/expediente, energia elétrica, água e esgoto)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Substituição de uso de copos descartáveis por canecas de louça, personalizadas do IFMT;</li> <li>✓ Redução e centralização de impressoras para maior controle das impressões e redução de toner/cartuchos;</li> <li>✓ Instalação de aplicativo para gerenciamento e controle de impressões;</li> <li>✓ Aquisição de impressoras para impressão frente e verso;</li> <li>✓ Impressão no modo rascunho de documentos não oficiais;</li> <li>✓ Aplicação de adesivos/placas de avisos visando a conscientização sobre o consumo de energia elétrica, água;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Presença de lâmpadas e equipamentos de ar-condicionado ligados sem a presença de usuários;</li> <li>✓ Impossibilidade no controle e mensuração do consumo de água devido o fornecimento através de poços artesianos sem a instalação de hidrômetros para os</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aquisição de equipamentos com classificação de consumo A, auxiliando no consumo de energia elétrica;</li> <li>✓ Instalação de torneiras automáticas visando auxiliar na economia de consumo;</li> <li>✓ Arborização de espaços nos blocos administrativos e pedagógico visando melhora do conforto térmico e redução da necessidade de climatização;</li> <li>✓ Implantação, administração, operação e gerenciamento da frota de veículos em rede de postos e de oficinas credenciadas, por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético e tem como finalidade o atendimento de necessidades de abastecimento e de manutenção preventiva e corretiva para a frota de máquinas e veículos automotores oficiais;</li> </ul>	<p>registros;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de rede de esgoto municipal onde o <i>Campus</i> está localizado;</li> <li>✓ Estrutura predial antiga, e necessidade de readequação das estruturas internas para a coleta e tratamento de esgoto;</li> </ul>
<p><b>Gestão adequada dos resíduos gerados</b> (coleta seletiva)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Instalação de diversas lixeiras para coleta seletiva;</li> <li>✓ Rotina de separação e destinação de materiais recicláveis;</li> <li>✓ Parceria informal com associação de catadores para a coleta semanal de material reciclável no <i>Campus</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conscientização da comunidade quanto a devida separação e destinação dos resíduos nos recipientes (lixeiras) adequados de coleta seletiva;</li> </ul>
<p><b>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Adequação de pontos de acessibilidade de usuários;</li> <li>✓ Palestras sobre temas relevantes de conscientização sobre riscos de determinadas doenças relacionados ou não ao trabalho, direitos e deveres dos servidores, ética no ambiente de trabalho;</li> <li>✓ Momentos de integração, confraternização, lazer e cultura em eventos comemorativos (festas juninas, aniversário da Instituição, dia do servidor, dia das mães);</li> <li>✓ Área de convivência para servidores;</li> <li>✓ Arborização de espaços nos blocos administrativos e pedagógico visando melhor do conforto térmico;</li> <li>✓ Desenvolve atividades voltadas para a atenção às necessidades de saúde, assistência social, segurança no trabalho e saúde ocupacional;</li> <li>✓ Horário especial ao servidor estudante, conforme Art. 98 da Lei 8.112/90. Concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo;</li> <li>✓ Licença para Capacitação por período de até três meses que o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo, com a respectiva remuneração, após cinco anos de trabalho efetivo, para participar de curso de capacitação profissional (Lei nº 8.112/1990);</li> <li>✓ Instituição de Comissão local do “Núcleo de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Recursos orçamentários insuficientes para execução de ações;</li> <li>✓ Ambiente de trabalho inadequado (prédio antigo);</li> <li>✓ Falta de comunicação, orientações equivocadas sobre tarefas a serem realizadas, falta de <i>feedbacks</i> e ausência de diálogo;</li> <li>✓ Ausência de normatização interna para adequação de mobiliários existentes;</li> </ul>

	Qualidade de Vida”.	
<b>Sensibilização e Capacitação de Servidores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Realização periódica de eventos (lives) com o tema “Reflexões sobre Políticas Públicas Socioambientais no Estado de Mato Grosso”. Os eventos integram atividades do curso de Formação Inicial e Continuada de Monitor Ambiental – “Projeto Lobo Guará” realizado pelo IFMT em agenda de cooperação técnica com a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por meio da Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental e o Rotary Clube de Cáceres. Entre os objetivos fomentar debates sobre o uso sustentável dos recursos naturais, promover reflexões sobre políticas públicas socioambientais em Mato Grosso e apresentar ações para o enfrentamento às questões socioambientais desenvolvidas pelas entidades e instituições convidadas.</li> </ul>	
<b>Compras e Contratações Sustentáveis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Nos processos licitatórios para contratações de bens e serviços(através da modalidade de pregão eletrônico) já são previstos critérios ambientais de acordo com a legislação;</li> <li>✓ O <i>Campus</i> vem realizando pregões para a aquisição de produtos sustentáveis, a exemplo de lâmpadas econômicas, computadores e aparelhos de ar condicionado, entre outros, em cumprimento à IN N° 1, de 19.01.2010 do MP e por recomendação da CGU;</li> <li>✓ Participação do <i>Campus</i> nas aquisições de bens e serviços através de “Compras Compartilhadas”, Política de compras onde a Reitoria, os Campi e Unidades avançadas do IFMT se juntam para que um deles realize uma licitação para a contratação de um conjunto de produtos e/ou serviços de modo a atender a necessidade de todos os envolvidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Baixa participação de fornecedores do mercado local. Dificultando o cumprimento dos prazos de entrega dos bens em virtude da distância entre a sede das empresas vencedoras em relação ao local onde estão localizados os Campi.</li> </ul>
<b>Deslocamento de pessoal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gerenciamento de frota de veículos em rede de postos e oficinas autorizadas por meio de sistema eletrônico (cartão magnético);</li> <li>✓ Realização on-line de reuniões, cursos de capacitação, reduzindo as viagens até a sede da Reitoria do IFMT e consequentemente o consumo de combustíveis;</li> </ul>	

Fonte: Elaborado pelo autor

Além das ações de sucesso acima descritas, destacam-se ainda diversas outras práticas relacionadas aos eixos temáticos da A3P e PLS que são desenvolvidas no âmbito da Instituição. Tais atividades estão inseridas no conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no Laboratório de Educação e Gestão Ambiental (Legam) do IFMT Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo em parceria informal com a Autarquia Águas do Pantanal e instituições de catadoras/es - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Cáceres (Ascarc); Associação Cristo Vive e a Associação Cidade Limpa.

Associações essas que realizam diariamente a coleta seletiva porta a porta na maioria dos bairros do município.

Coordenado pelo professor Silvano Carmo de Sousa, doutor em Ciências Ambientais, o laboratório é fruto do projeto de ensino, pesquisa e extensão, que envolve estudantes do ensino médio e do ensino superior e ainda servidoras e servidores do *Campus* em diálogo com a comunidade externa. De acordo com o Coordenador do projeto, as atividades são fundadas na opção teórico-metodológica de educação ambiental dialógico-crítica, que inscreve a criação do Legam no seu regimento, como “espaço de promoção de educação e gestão ambiental dentro de uma perspectiva freiriana de promoção de justiça socioambiental comprometida com a transformação da sociedade pela participação dialógico-crítica efetiva”.

O Laboratório de Educação e Gestão Ambiental (Legam) tem se destacado por suas ações inovadoras e eficazes na promoção da sustentabilidade e da conscientização ambiental através da execução de projetos de ensino (Mostra Científica Edital do *campus* 8/2023); projetos de extensão do IFMT Sustentável (Edital Proex 81/2023); e projeto de pesquisa Sustentabilidade Ambiental e Camponesa nos Institutos Federais: construção da rede em prol de sociedades sustentáveis – Rede Saci, projeto está sendo desenvolvido no Laboratório de Educação e Gestão Ambiental – Legam do IFMT Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo em parceria com a Autarquia Águas do Pantanal. Os resultados dessa iniciativa de sucesso são destacadas a seguir:

1. **Projetos de educação ambiental nas escolas** - os integrantes do Legam têm implementado projetos de educação ambiental em diversas escolas, promovendo a conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente. Essas ações incluem oficinas, palestras e atividades práticas que envolvem alunos e professores, incentivando a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano escolar;
2. **Recuperação de áreas degradadas** - uma das iniciativas mais impactantes do Legam é a recuperação de áreas degradadas. Os integrantes do laboratório realizam diagnósticos ambientais e desenvolvem planos de ação para a recuperação de ecossistemas locais. Essas ações não só restauram a biodiversidade, mas também envolvem a comunidade local, promovendo a educação ambiental e a participação ativa na conservação do meio ambiente;
3. **Gestão de resíduos sólidos** - O Legam tem implementado programas de gestão de resíduos sólidos em comunidades e instituições. Essas ações incluem a promoção da coleta seletiva, a compostagem de resíduos orgânicos e a reciclagem

de materiais. Além disso, são realizadas campanhas de conscientização para reduzir o desperdício e incentivar o consumo responsável;

4. **Monitoramento da qualidade da água** - Outra ação de destaque é o monitoramento da qualidade da água em rios e lagos da região. Os integrantes do Legam realizam análises periódicas da água, identificando possíveis fontes de poluição e desenvolvendo estratégias para a sua mitigação. Esse trabalho é fundamental para garantir a saúde dos ecossistemas aquáticos e a qualidade da água para consumo humano;
5. **Capacitação e formação de multiplicadores** - o Legam também se dedica à capacitação de professores, líderes comunitários e outros agentes multiplicadores. Através de cursos e workshops, os participantes são preparados para atuar como disseminadores de práticas sustentáveis e de educação ambiental em suas comunidades, ampliando o alcance das ações do laboratório.

Uma outra importante iniciativa que merece destaque foram as diversas proposições sugeridas através do Ofício nº 15/2024 – CAS – CGE/CAS-DDE/CAS-DG/CCAC/RTR/IFMT (anexo II). Nesse ofício, encaminhado ao Coordenador Geral de Ensino do *Campus*, são apresentadas importantes sugestões para a implementação da Política Ambiental do Campus, breves considerações referentes a gestão de resíduos sólidos, orgânicos, laboratoriais, rejeitos, enfim, apresenta-se como um importante documento para o planejamento e implementação de diversas ações relacionadas a sustentabilidade.

### **4.3 Proposições**

As propostas aqui apresentadas (quadro 16) estão organizadas em macro e micro-categorias, sendo essas, por sua vez, divididas em itens e sub itens, alinhados à IN nº 10/2012- SLTI/MP (BRASIL, 2012) que preconiza o desenvolvimento sustentável em órgãos públicos federais por meio da implementação da A3P e do PLS, bem como às sugestões identificadas na coleta dos dados do presente estudo. A intenção é auxiliar os gestores do IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo, disponibilizando-os sugestões de práticas sustentáveis identificadas, consoantes à legislação vigente, que podem ser utilizadas e adaptadas conforme a realidade local da Instituição. Ressalta-se que a presente proposta pode ser alimentada com novas práticas, uma vez que o desenvolvimento sustentável está em permanente evolução, e conseqüentemente, todas as ações para alcançá-lo, cabendo a Instituição essa tarefa de permanente alimentação.

**Quadro 16** - Propostas de boas práticas socioambientais sugeridas pela A3P e PLS.

Temas da A3P e PLS	Ações Sugeridas
<p><b>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</b> (materiais de consumo/expediente, energia elétrica, água e esgoto)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Energia elétrica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Acompanhamento instantâneo e remoto do consumo de energia elétrica por meio de sistema de telemetria;</li> <li>● Incentivo a bons hábitos no consumo de energia;</li> <li>● Monitoramento permanente e avaliação das subestações para controle e substituição racional de equipamentos e combate ao desperdício de energia;</li> <li>● Viabilização de telhados verdes e sistema de medição individualizado de consumo de energia;</li> <li>● Elaboração de procedimentos para serviços de rotina e manutenção em subestações;</li> <li>● Designação de equipe de manutenção, especificação, aquisição e substituição de disjuntores de média tensão e relés secundários que ofereçam risco iminente;</li> <li>● Adequação da infraestrutura civil e elétrica das subestações quando necessário;</li> <li>● Especificação e aquisição de equipamentos de segurança individual e coletiva para execução de serviços nas subestações;</li> <li>● Monitoramento do consumo elétrico das bombas dos poços artesianos;</li> <li>● Preparação de infraestrutura necessária e captação de energia solar para suprir pequenas demandas;</li> <li>● Realização de campanhas institucionais permanentes para conscientização do uso racional de energia elétrica;</li> <li>● Aproveitamento da luz e da ventilação natural em novos projetos arquitetônicos;</li> <li>● Disponibilização de homepage direcionada à divulgação das informações do consumo de energia à comunidade interna;</li> <li>● Realização de pesquisas e promoção de investimentos na construção de usina fotovoltaica, como alternativa de longo prazo para autonomia energética da instituição;</li> <li>● Aumento de eficiência térmica dos prédios e redução do consumo de energia em horários de pico, cujo valor da energia é mais caro;</li> <li>● Desenvolvimento de rotinas de manutenção preventiva e corretiva na rede elétrica e subestações;</li> <li>● Substituição de equipamentos elétricos com alto consumo por novos com selo de baixo consumo de energia;</li> <li>● Instalação ou substituição de luminárias de menor consumo, como as de LED ou de indução;</li> <li>● Instalação de sistema de acionamento de luminárias por meio de sensores de movimento;</li> </ul>
	<p style="text-align: center;"><b>Água e esgoto</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Proteção de matas ciliares e institucionalização de Sistema de Gestão Ambiental;</li> <li>● Incentivo aos bons hábitos no consumo de água;</li> <li>● Estudo e avaliação de custos de projetos e outorga de novo poços artesianos, bem como controle de vazões e parâmetros de qualidade, em face de variabilidade e heterogeneidade dos poços,</li> <li>● Estudo para viabilidade de estação de tratamento de água e de esgoto no <i>Campus</i>;</li> <li>● Mapeamento e manutenção da rede de abastecimento de água e de esgoto (caixas d'água, poços artesianos, de gordura, caixas de inspeção, poços de visita e tubulação em geral);</li> <li>● Instalação de medidores de consumo nos reservatórios de abastecimento para leituras pontuais, análises mensais de consumo, detecção de possíveis vazamentos, elaboração de relatórios, assim como socialização das informações;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Capacitação de servidor responsável pela manutenção da rede hidráulica para procedimentos do sistema de mapeamento, obtendo mais agilidade e eficácia nas atualizações, validações e modificações necessárias de combate ao desperdício de água;</li> <li>● Treinamento da equipe de vigilância para apoiar nas questões de sustentabilidade, por exemplo, no auxílio de redução do consumo de energia e água dos prédios;</li> <li>● Divulgação por meio de site específico as informações relativas ao consumo de água, custos e medidas de eficiência;</li> <li>● Promoção da remoção de reservatórios de água desnecessários ou mal dimensionados, visando redução de custos de manutenção;</li> <li>● Remoção, troca ou realização de manutenção nos reservatórios de água irregulares ou de material impróprio como o amianto, visando à adequação às normas e minimização de riscos de contaminação;</li> <li>● Monitoramento periódico das instalações hidrossanitárias;</li> <li>● Análise frequente da água por meio de uso de físico-químicos e microbiológicos;</li> <li>● Modernização de equipamentos de banheiros e vestiários, como torneiras e chuveiros com sensores, vasos sanitários com descarga por sucção ou com sistema de economia de água;</li> <li>● Captação de água da chuva para uso em banheiros, lavagem de pisos, irrigação de jardins, entre outros;</li> <li>● Manutenção e aquisição de equipamentos sofisticados para detecção de vazamentos;</li> <li>● Campanha institucional permanente para conscientização contra o desperdício de água;</li> <li>● Implantação de estação de coleta e tratamento de esgoto.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Gestão adequada dos resíduos gerados (coleta Seletiva)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Instituir uma comissão setorial de coleta seletiva com representantes do corpo administrativo, docente, discente e envolver outras instituições, alocados no mesmo prédio das dependências da Instituição;</li> <li>● Realização de diagnóstico dos resíduos no <i>Campus</i>, por unidade de ensino ou setores da administração;</li> <li>● Fortalecimento da coleta seletiva (de acordo com a Resolução CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001 que estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva);</li> <li>● Padronização dos equipamentos do sistema de coleta de resíduos visando: seus ciclos de vida, a interação usuário/equipamento e o processo educativo;</li> <li>● Aquisição de equipamentos para melhor aproveitamento de resíduos originados dos serviços de poda;</li> <li>● Mapeamento de pontos de coleta dos diversos tipos de resíduos gerados para facilitar o monitoramento institucional e para a orientação do usuário;</li> <li>● Disponibilização de plataforma virtual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade acadêmica;</li> <li>● Disponibilização de espaço para exposição e divulgação de trocas e transferências de materiais e equipamentos entre setores, com o intuito de incrementar prática já existente, visando o reaproveitamento dos materiais;</li> <li>● Elaboração de programa de inclusão digital para os ingressantes na instituição, visando ao estímulo quanto ao uso das plataformas digitais para redução de cópias e impressões, a exemplo dos sistemas de gestão integrada e ambientes virtuais de aprendizagem;</li> <li>● Disponibilização de coletores para separação de resíduos sólidos;</li> <li>● Fortalecimento da coleta seletiva de lixo e entrega de material segregado para entidades de catadores locais cadastrados;</li> <li>● Compostagem de lixo orgânico;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Reciclagem de resíduos tecnológicos;</li> <li>● Reaproveitamento de resíduos sólidos comuns e resíduos de construção civil;</li> <li>● Coleta, e correta destinação de resíduos hospitalares (de saúde e biológicos) e domissanitários;</li> <li>● Coleta e correta destinação de resíduos laboratoriais (químicos/radioativos) e efluentes, pilhas, baterias e lâmpadas;</li> <li>● Coleta e reaproveitamento de isopor, óleos e graxa;</li> <li>● Gerenciamento de resíduos químicos;</li> <li>● Redução da pegada ecológica de carbono;</li> <li>● Estabelecimento da logística reversa para materiais cujos processos de reversão já são de senso comum, a exemplo de pilhas, baterias e lâmpadas.</li> </ul>
<p align="center"><b>Qualidade de vida no ambiente de trabalho (QVT)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Atenção à saúde física e psíquica do servidor por meio de avaliações sistemáticas;</li> <li>● Elaboração de projetos específicos de prevenção e tratamento de saúde;</li> <li>● Integração da comunidade acadêmica com a comunidade do entorno do Campus por meio de projetos específicos;</li> <li>● Disponibilização de espaços de convivência aos servidores, para o bem-estar e integração nos intervalos de turnos;</li> <li>● Identificação de servidores com necessidades especiais, a fim de contribuir com o desenvolvimento de ações inclusivas;</li> <li>● Identificação de fontes de riscos potenciais à saúde, bem como proposição de soluções;</li> <li>● Avaliação, por meio de equipe multiprofissional em saúde, das situações de risco à saúde no ambiente de trabalho, bem como de riscos psicossociais entre os servidores quando de exames periódicos;</li> <li>● Revitalização de calçadas, iluminação externa, praças, estacionamentos etc. com vista à mobilidade e acessibilidade da comunidade escolar;</li> <li>● Disponibilização de acompanhamento psicológico aos servidores durante período de abstinência do tabagismo, álcool e psicotrópicos;</li> <li>● Elaboração e divulgação de vídeos instrutivos para situações de emergência, destinados à exibição prévia em eventos de espaços coletivos;</li> <li>● Desenvolvimento de indicadores de satisfação e bem-estar coletivo da comunidade acadêmica;</li> <li>● Fortalecimento da Comissão responsável pelo “Núcleo de Qualidade de Vida” local;</li> <li>● Reconhecimento e valorização dos servidores em fase de aposentadoria e de pré-aposentadoria.</li> </ul>
<p align="center"><b>Sensibilização e Capacitação de Servidores</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Estímulo e ampliação da cultura de capacitação e aprimoramento dos servidores para o cumprimento adequado de suas atribuições;</li> <li>● Oferta de cursos, oficinas e workshops para a comunidade acadêmica, visando ao aspecto sociocultural, econômico e ambiental;</li> <li>● Promoção de discussão sobre a sustentabilidade entre os membros da comunidade acadêmica;</li> <li>● Introdução dos servidores inativos nas atividades de capacitação;</li> <li>● Elaboração de projetos e discussão de atividades educativas relacionadas à questão sustentável;</li> <li>● Capacitação de capital humano e intelectual para o desenvolvimento sustentável;</li> <li>● Integração de conteúdos de sustentabilidade nos currículos de graduação, pós-graduação e extensão para incorporação cotidiana de atividades sustentáveis;</li> <li>● Apoio a projetos de inovação tecnológica, a fim de possibilitar o desenvolvimento de produtos para a preservação do meio ambiente;</li> <li>● Inclusão nos contratos de empresas prestadoras de serviços, cláusulas</li> </ul>

	<p>prevendo a capacitação em educação e gestão ambiental para todos os colaboradores terceirizados.</p>
<p><b>Licitações e Contratações Sustentáveis/Construções sustentáveis</b> (equipamentos, serviços de apoio administrativo, obras de construção e manutenção predial)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Institucionalização de procedimentos e criação de rotinas para inserir critérios de sustentabilidade em cada categoria de aquisição (produtos, obras e serviços), conforme dispositivos legais vigentes;</li> <li>● Inclusão da categoria de produtos sustentáveis ao catálogo de compras;</li> <li>● Capacitação de pregoeiros e equipe de apoio, departamento de compras e demais membros do setor administrativo que lidam com aquisição de materiais e elaboração de Termos de Referência para atenção aos critérios de compras e contratações sustentáveis;</li> <li>● Realização de campanhas educativas acerca da ação sustentável nos pedidos de aquisição, assim como no uso de materiais e equipamentos;</li> <li>● Identificação de itens que não possuam certificação e/ou selos;</li> <li>● Composição de equipe técnica multidisciplinar para verificação das necessidades de compras e contratações de instalações e equipamentos, a fim de adequar as estruturas físicas mais antigas da do <i>Campus</i> aos critérios de sustentabilidade;</li> <li>● Desfazimento sustentável ou reciclagem dos resíduos materiais ou bens inservíveis para o processo de reutilização;</li> <li>● Estabelecimento de critérios nos processos licitatórios de contratação de serviços de apoio administrativo, obras e manutenção predial dando prioridade ao emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, bem como uso de madeira de origem comprovada;</li> <li>● Automação dos projetos de iluminação de prédios com materiais e equipamentos de baixo consumo de energia ou que propiciem o máximo de eficiência energética possível;</li> <li>● Prover os ambientes de iluminação natural e implementar sistema de captação, armazenamento e aproveitamento da água proveniente das chuvas.</li> </ul>
<p><b>Deslocamento de pessoal</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Substituição de frota veicular antiga por uma nova e desenvolvimento de um banco de dados com as informações técnicas relativas à frota;</li> <li>● Estabelecimento de critérios sustentáveis para compras e substituição de veículos, inclusive nos casos de projetos institucionais relativos ao ensino, pesquisa e extensão;</li> <li>● Gerenciamento permanente de frota de veículos em rede de postos e oficinas autorizadas por meio de sistema eletrônico (cartão magnético);</li> <li>● Estímulo a viagens em grupo, utilizando o mesmo veículo com vários destinos;</li> <li>● Conscientização de motoristas (terceirizados ou não) sobre a importância de dirigir de modo adequado, sobre a economia de combustíveis e sobre a manutenção preventiva dos veículos;</li> <li>● Planejamento de viagens e pequenos deslocamentos;</li> <li>● Terceirização da frota veicular para minimização de custos e geração de resíduos.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor, Adaptado do Caderno de Logística do Plano de Logística Sustentável MMA, 2018

## CAPÍTULO V

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o referencial teórico e as análises documental e descritiva, foi possível relacionar as seguintes conclusões:

O diagnóstico mostrou que embora o IFMT – Campus Cáceres já atenda diversos critérios e requisitos estabelecidos pela A3P e IN nº 10/2012 (PLS), todas essas iniciativas e instrumentos ocorrem de maneira isolada e descoordenadas, e sem uma visão sistêmica da Instituição. Uma das maiores fragilidades encontradas está relacionada à ausência do acompanhamento das práticas, sendo que muitas não dispõem de indicadores específicos que mensurem os resultados alcançados, muito menos critérios de avaliação de desempenho que permitam o melhoramento e o redirecionamento das políticas e ações implementadas.

O êxito na implementação das ferramentas propostas nesse estudo demanda engajamento individual e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e da disposição para incorporar conceitos preconizados, objetivando a mudança de hábitos. Isso possibilitará acompanhamento permanente, de forma a evidenciar o desempenho da Instituição frente as questões ambientais, uma vez que exigirá a elaboração de relatórios que contenha a consolidação dos resultados alcançados e a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas nos anos subsequentes.

O primeiro passo a ser dado em direção à implementação da A3P e do PLS fundamenta-se na decisão do *Campus* em revisar posturas, atitudes e práticas com a finalidade de garantir espaço da agenda ambiental nos principais instrumentos de planejamento e processos decisórios estratégicos. O maior desafio da responsabilidade socioambiental consiste na transformação do discurso em práticas efetivas. Planejar, por si só, não garante os resultados, sua resultante é apenas um conjunto de planos e intenções, exigindo cooperação e empenho em torno das causas ambientais.

Os trabalhos que envolvem a elaboração da A3P e do PLS dependem de recursos humanos, materiais e financeiros e muitas vezes complexos de serem implantados, contudo, inúmeros são os benefícios a serem usufruídos, destes, a economia de recursos naturais; redução de gastos institucionais; impacto socioambiental positivo, causado pela gestão sustentável e pelas mudanças nos padrões de execução das atividades de caráter administrativo e operacional e principalmente a contribuição para a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos. Os resultados da pesquisa deixam claro que a

implementação da **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)** e do **Plano de Logística Sustentável (PLS)** na Instituição, enfrentam alguns desafios significativos, como: **a) conscientização e engajamento da comunidade** sobre a importância da sustentabilidade e a necessidade de adotar práticas ambientais. É fundamental envolver toda a comunidade acadêmica, incluindo estudantes, servidores docentes, servidores administrativos e funcionários de empresas terceirizadas, para garantir o comprometimento com essas iniciativas; **b) a alocação adequada de recursos** é crucial para o sucesso dessas políticas, a restrição de recursos orçamentários e financeiros enfrentada pela Instituições de ensino apresenta-se como um outro limitador, pois a implementação de medidas sustentáveis pode exigir investimentos iniciais em infraestrutura, treinamento e materiais; **c) resistência à mudança** organizacional por parte da comunidade acadêmica em adotar práticas mais sustentáveis, especialmente se isso envolver alterações em rotinas estabelecidas; **d) complexidade da gestão ambiental.** Coordenar ações sustentáveis em uma instituição de ensino pode ser complexo. Isso inclui gerenciar resíduos, promover a eficiência energética, incentivar a mobilidade sustentável e monitorar o consumo de recursos, **e) integração curricular e pesquisa**, a incorporação da sustentabilidade nos currículos e nas pesquisas acadêmicas é fundamental. No entanto, isso requer esforços coordenados entre diferentes departamentos e disciplinas; **f) monitoramento e avaliação:** A falta de sistemas eficazes de monitoramento e avaliação dificulta a mensuração do impacto das práticas sustentáveis. É importante estabelecer indicadores claros e acompanhar regularmente os resultados.

Superar esses desafios exige comprometimento, liderança e colaboração entre todos os envolvidos na instituição de ensino. A busca contínua por soluções criativas e a adaptação às necessidades específicas da comunidade acadêmica são essenciais para o sucesso da A3P e do PLS.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P. (2010). *Problemas ambientais com a utilização dos copos plásticos descartáveis e uma alternativa de substituição: Economia financeira? Preservação Ambiental?* São Paulo. Disponível em: <http://a3psp.blogspot.com.br/2010/10/problemas-ambientais-com-utilizacao-dos.html>.

Acesso em: março 2024.

Bastos, P. R. F. de Moura. (2006). Eficiência Energética na Universidade Federal da Bahia. In *XVII Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica*, Belo Horizonte, MG.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

Brasil. (1993). *Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8666compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666compilado.htm). Acesso em: 12 de setembro de 2011.

Brasil. (2006a). *Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006*. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Brasília, DF.

Brasil. (2009). *Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm). Acesso em: 21 de agosto de 2011.

Brasil. (2009). Ministério do Meio Ambiente. *Cartilha A3P – agenda ambiental da administração pública*. Brasília: MMA; SDS; PNEA. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf). Acesso em: 12 de abril de 2024.

Brasil. (2010). *Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm). Acesso em: setembro de 2011.

Brasil. (2010). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. *Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010*.

Disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/03/Instrução-Normativa-01-10.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2011.

Brasil. (2011). Portal da Transparência. Governo Federal. *Gastos diretos por tipos de despesas, 2010*. Disponível em: [Link incompleto]. Acesso em: 13 de setembro de 2011.

Brasil. (n.d.). Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Coordenação da Agenda 21. *Agenda 21 brasileira: Avaliação e resultados*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/963>. Brasil. (2010).

Camargo, L. S. (2017). *Um estudo sobre o diagnóstico das práticas socioambientais adotadas em uma instituição de ensino superior estadual, sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade - PGTGS, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, PR.

Carvalho, A. P., & Barbieri, J. C. (2013). Inovações socioambientais em cadeias de suprimento: um estudo de caso sobre o papel da empresa focal. *Revista de Administração e Inovação*, 10(1), 232-256.

Debacker, G. (2020). *Proposição de ações-chave para efetivar o Plano Logística Sustentável no âmbito do IFMT*. (Dissertação de Mestrado). Volta Redonda: Instituto Federal de Mato Grosso. Orientador: Marcio Moutinho Abdalla.

Fenili, R. R. (2015). *Gestão de Materiais*. ENAP.

Freitas, C. L., Borgert, A., & Pfitscher, E. D. (2011). Agenda ambiental na administração pública: Uma análise da aderência de uma IFES às diretrizes propostas pela A3P. II Congresso Internacional IGLU, UFSC.

Galli, A. (2014). *Compras públicas sustentáveis na UTFPR: Estudo de caso do Campus Curitiba – Sede Reitoria*. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: [Link incompleto]. Acesso em: 1 de março de 2024.

- Gondim, J. S. L. (2017). *Meio ambiente e sustentabilidade no contexto do Centro de Ciências Médicas - CCM/UFPB*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Harrington, H. J. (1993). *Aperfeiçoando processos empresariais*. São Paulo: Makron Books.
- Hüller, A. (2010). A educação ambiental em órgãos públicos municipais através da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) como uma nova ferramenta de gestão. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da FURG*, 25, 385-399.
- Jacobi, P. R. (2003). Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, (118), 189-205. São Paulo: Autores Associados.
- Jacobi, P. R., et al. (Orgs.). (2003). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA.
- MGI. (2023). *Caderno de logística: plano diretor de logística sustentável: versão 1.0*. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Secretaria de Gestão e Inovação, Diretoria de Normas e Sistemas de Logísticas. Brasília: DELOG/SEGES/MGI.
- Mikhailova, I. (2004). Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. *Revista Economia e Desenvolvimento*, 1(16), 125-133.
- Ministério do Meio Ambiente - MMA. (2017a). *Eixos Temáticos*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos>. Acesso em: 23 de maio de 2024.
- Ministério do Meio Ambiente - MMA. (2017c). *História da A3P*. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/historia/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.
- Ministério do Meio Ambiente - MMA. (2020). *Portaria n° 326 de 23 de julho de 2020*. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. *Diário Oficial da União*.
- Ministério do Meio Ambiente -MMA. (2017b). *A3P em números*. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/a3p-em-numeros/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Governos Locais pela Sustentabilidade - ICLEI. *Guia de compras públicas sustentáveis para Administração Federal*. Disponível

em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Cartilha.pdf>. Acesso em: 11 de setembro de 2011.

Munck, L., Dias, B. G., & Souza, R. B. (2008). Sustentabilidade organizacional: uma análise a partir da institucionalização de práticas ecoeficientes. *Revista Brasileira de Estratégia*, 1(3), 285-295.

Philippi Jr., A., et al. (2004). *Curso de Gestão Ambiental*. Barueri, SP: Manole.

Roaf, S., Fuentes, M., & Thomas, S. (2009). *Ecohouse: A casa ambientalmente sustentável* (3ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

Santos Neto, A. M. V. (2011). *Contratações públicas sustentáveis: O uso racional dos recursos públicos*. Disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/noticias/contratacoes-publicas-sustentaveis-o-uso-racional-dos-recursos-publicos>. Acesso em: 1 de março de 2023.

Scartezini, K. F. A. L. (2019). *A efetividade das políticas públicas sustentáveis adotadas pelo Poder Judiciário brasileiro à luz da resolução CNJ nº 201/2015*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Brasiliense de Direito Público, Escola de Administração Pública, Brasília, DF.

Silva, C. L., & Mendes, J. T. G. (2005). *Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: Agentes e interações sob a ótica multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes.

Slaper, T. F. (2011). *The Triple Bottom Line: What Is It and How Does It Work?* Disponível em: [https://www.academia.edu/112959315/The\\_Triple\\_Bottom\\_Line\\_What\\_Is\\_It\\_and\\_How\\_Does\\_It\\_Work](https://www.academia.edu/112959315/The_Triple_Bottom_Line_What_Is_It_and_How_Does_It_Work). Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

Sousa, M. C. P. (2014). *A aplicação de ações sustentáveis exigidas pela legislação em órgãos públicos: As práticas de universidades federais*.

Souza, M. T. S. (1993). Rumo à prática empresarial sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, 33(4), 40-52.

Tosi, P. H., Silva, F., & Bedin. (2016). *Término do uso de copos plásticos nas refeições da Unicamp*. São Paulo: Fea/Unicamp. Disponível em: [http://www.ib.unicamp.br/dep\\_biologia\\_animal/sites/www.ib.unicamp.br.dep\\_biologia](http://www.ib.unicamp.br/dep_biologia_animal/sites/www.ib.unicamp.br.dep_biologia)

[animal/files/T%C3%89RMINO%20DO%20USO%20DE%20COPOS%20PL%C3%81STICOS%20NA%20UNICAMP%20.pdf](#). Acesso em: maio de 2024.

Veiga, J. E. (2010). *Sustentabilidade: A legitimação de um novo valor*. São Paulo: SENAC.

Vellani, C. L., & Ribeiro, M. S. (2006). A sustentabilidade e a contabilidade. In *Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais*, São Paulo.

Vieira, I. L. (2017). *Plano de gestão socioambiental proposto para uma autarquia federal - Rio de Janeiro/RJ*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I – Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pesquisa de Dissertação de Mestrado acerca das Políticas Públicas Ambientais no Âmbito do IFMT  
Campus Cáceres – A3P e PLS

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa para Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão das Organizações – Gestão Pública, cujo tema é Políticas Públicas Ambientais no Âmbito do IFMT *Campus* Cáceres – A3P e PLS, sob a responsabilidade do pesquisador Natalino de Barros Borges, e que pretende avaliar a atual política estadual de compras governamentais e propor diretrizes para uma política de compras sustentáveis.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de questionário com questões fechadas e semiabertas, ou entrevista com questões semi estruturadas, voltadas para avaliar os diferentes olhares sobre a temática da situação socioambiental da instituição, buscando identificar os fatores que interferem na sua implementação na administração pública estadual. Declaro que não será utilizada gravação de imagem e/ou áudio dos participantes entrevistados, todo conteúdo será transcrito quando for efetuada a entrevista.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são mínimos. Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados com nexos causal com a pesquisa. O Pesquisador compromete-se a propiciar acompanhamento e assistência integral ao participante da pesquisa no caso de eventuais danos materiais decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário, de acordo com o dispositivo no item V.6 da Resolução CNS 466/2012 e com o Art. 3º, inciso X da Resolução CNS 510/2016.

Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, e assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação. Se você aceitar participar, contribuirá para o diagnóstico das políticas públicas ambientais já implementadas e possíveis de serem implementadas no âmbito do IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo.

Se depois de concordar em sua participação o(a) Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração decorrente de sua participação. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o pesquisador na Rua dos Motoristas, nº 37 – Bairro Cavahada – Cáceres-MT. Através do e-mail: [barrosborges@gmail.com](mailto:barrosborges@gmail.com) ou pelo telefone (65) 99913-5015, ou ainda em caso de dúvidas sobre os aspectos éticos da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética De Pesquisa do IFMT – Reitoria no endereço Avenida Senador Filinto Müller, 963, Térreo, Bairro Duque de Caxias, Cuiabá-MT, telefone (65) 98163-0106 ou pelo e-mail [cep@ifmt.edu.br](mailto:cep@ifmt.edu.br). Cabe ressaltar que ao finalizar o preenchimento dessa pesquisa, uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido, será encaminhado automaticamente para vosso e-mail.

#### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador

## APÊNDICE II – Roteiro da entrevista

### ROTEIRO DA ENTREVISTA

Pesquisa de Dissertação de Mestrado acerca das Políticas Públicas Ambientais no Âmbito do IFMT Campus Cáceres – A3P e PLS

**Entrevistado:** Diretor da Direção de Administração e Planejamento – DAP (Diretor responsável pelas áreas de Gestão de Pessoas, Contabilidade, Compras e Contratações, Financeiro, Almojarifado e Patrimônio, Coordenação de Serviços Auxiliares, Transporte e Logística do IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo)

Senhor Diretor de Administração e Planejamento – DAP,

O objetivo desta entrevista é levantar dados quanto o nível de conhecimento e percepção sobre as políticas públicas ambientais no âmbito do IFMT Campus Cáceres, e se as suas práticas sustentáveis estão sendo adotadas pelos diversos setores que integram a Diretoria de Administração e Planejamento- DAP da Instituição, de acordo com os eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P e Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS (abordados neste estudo), a partir da percepção dos seus servidores. Os dados levantados por esses instrumentos servirão para a elaboração da dissertação, requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Mestrado Gestão das Organizações – Gestão Pública, do programa de mestrado do Instituto de Contabilidade e Administração do Porto – ISCAP.

Solicitamos a sua valiosa colaboração nesta entrevista e pedimos que o faça de forma sincera e pessoal, levando em consideração a realidade do seu ambiente de trabalho. Informo que os dados da pesquisa serão tratados de forma confidencial, mantendo assim, o anonimato do entrevistado. Informamos ainda, de forma explícita, atender, conforme previsto no Art. 3º( São princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais), parágrafo V, recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa, assim como os demais princípios éticos previstos nos parágrafos I a X do mesmo Artigo.

Desde já, agradeço a disponibilidade, colaboração e participação!

#### **A – Estrutura Hierárquica e principais atividades de responsabilidade do setor:**

- 01 – Como está estruturada a Diretoria de Administração e Planejamento?
- 02 – Quais são as principais atividades desempenhadas no setor?
- 03 – A estrutura organizacional do IFMT C. Cáceres possui algum setor responsável pela gestão ambiental?

#### **B – Requisitos da Agenda Ambiental da Administração Pública(A3P) e Plano de Logística Sustentável (PLS):**

- 01 – Você tem conhecimento de alguma política de sustentabilidade e de gestão ambiental criada pelo Governo Federal?
- 02 – Como atual Diretor de Administração e Planejamento do IFMT – Campus Cáceres, você tem conhecimento dos programas envolvendo a A3P e PLS e sobre quais pontos devem nortear as ações de sua diretoria?
- 03 – Já participou de alguma experiência envolvendo a A3P e PLS?
- 04 – A instituição se preocupa e estimula seus colaboradores e setores ao uso racional dos recursos?
- 05 – Há o registro de ações de sustentabilidade (como o controle ou diminuição de materiais de consumo, de energia elétrica, de água) em sua gerência?

- 06 - Como o *Campus* realiza os descartes dos seus resíduos? Respeita a legislação vigente?
- 07 – É realizado o inventário físico-financeiro dos bens? Ele é anualmente atualizado?
- 08 – Há alguma ação de sua unidade para coleta seletiva?
- 09 – Há alguma ação de sua unidade para qualidade de vida no trabalho?
- 10 – Há alguma ação de sua unidade para compras e contratações sustentáveis?
- 11 – Há alguma ação de sua unidade para redução de gastos com deslocamento de pessoal?
- 12 – Quais atitudes são realizadas por este setor para providenciar o ambiente mais sustentável para seus Stakeholders (pessoas, empresas ou instituições que têm algum tipo de interesse na gestão e nos resultados de um projeto ou organização, influenciando ou sendo influenciadas – direta ou indiretamente – por ela)?
- 13 – No IFMT – Campus Cáceres há comissão gestora do PLS constituída? Você tem conhecimento das ações realizadas? Dos componentes? Das reuniões, atividades e resultados alcançados?

**C – Adoção de Critérios de Sustentabilidade ambiental – Relatório de Gestão:**

- 01- Quando da prestação de contas anual através do Relatório Anual de Gestão, todas as demais diretorias do *Campus* colaboram diretamente na elaboração das respostas?
- 02 – Você tem conhecimento das exigências dos órgãos de controle externo como o CGU e TCU sobre a gestão ambiental e sustentabilidade?
- 03 – Você conhece a Instrução Normativa 10/2012 de 12/11/2012 – SLTI, que trata da criação do Plano de Gestão de Logística Sustentável? A instrução é aplicada no IFMT – Campus Cáceres? Se sim como é executada, se não quais as dificuldades para sua implantação?

## APÊNDICE III – Questionário realizado

### QUESTIONÁRIO REALIZADO

Questionário realizado aos servidores responsáveis pelas áreas de Gestão de Pessoas, Núcleo de Qualidade de Vida, Coordenação de Compras, Coordenação de Contratos e Almoxarifado e Patrimônio, lotados na Diretoria de Administração e Planejamento do IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo

#### **Pesquisa de Dissertação de Mestrado acerca das Políticas Públicas Ambientais no Âmbito do IFMT Campus Cáceres – A3P e PLS**

Blocos A, B, C, D, E, F (Diretor de Administração e Planejamento) – Respondente R1

Blocos A, B, E (Responsáveis pela Coordenação de Gestão de Pessoas - Respondente R2 e pelo Núcleo de Qualidade de Vida do *Campus* - Respondente R3)

Blocos A, B e F (Responsáveis pelas Coordenações de Compras – Respondente R4, Coordenação de Contratos – Respondente R5 e Setor de Almoxarifado e Patrimônio-Respondente R6)

Senhor(a)

O objetivo deste questionário é aferir o nível de conhecimento e percepção sobre as políticas públicas ambientais no âmbito do IFMT Campus Cáceres e se as suas práticas sustentáveis estão sendo adotadas pelos diversos setores que integram a Diretoria de Administração e Planejamento- DAP da Instituição, de acordo com os eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P e Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS, abordados neste estudo, a partir da percepção dos seus servidores. Os dados levantados por esses instrumentos servirão para a elaboração da dissertação, requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Mestrado Gestão das Organizações – Gestão Pública.

Solicitamos a sua valiosa colaboração mediante o preenchimento destes questionários. Ao preenchê-los, pedimos que o faça de forma sincera e pessoal, levando em consideração a realidade do seu ambiente de trabalho. Informo que os dados da pesquisa serão tratados de forma confidencial, mantendo assim, o anonimato dos respondentes. Informamos de forma explícita, atender, conforme previsto no Art. 3º (São princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais), parágrafo V, recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa, assim como os demais princípios éticos previstos nos parágrafos I a X do mesmo Artigo.

Desde já, agradeço a disponibilidade, colaboração e participação!

#### **Bloco A – Perfil de Identificação**

**1- Nome:**

**2- Qual seu gênero?**

- Feminino
- Masculino

**3- Qual sua escolaridade?**

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio ou Curso Técnico
- Graduação
- Especialização lato sensu
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

**4- Qual seu tempo de serviço no IFMT C. Cáceres?**

- Menos de 1 ano
- Entre 1 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Mais de 10 anos
- Mais de 20 anos

**5- Cargo desempenhado?**

**6- Tempo de atuação no cargo?**

- Menos de 1 ano
- Entre 1 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Mais de 10 anos

**Bloco B – Questões específicas sobre a A3P e PLS no IFMT – Campus Cáceres**

Ao se falar em práticas de sustentabilidade em órgãos da Administração Pública, alguns temas são habitualmente mencionados. Informe o quanto você conhece sobre os temas abaixo:

Observação: a sigla SCR significa sem condições de responder

**7- Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P**

- Nenhum conhecimento
- Pouco conhecimento
- Razoável Conhecimento
- Bom Conhecimento
- Ótimo Conhecimento
- SCR

**8- Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS**

- Nenhum conhecimento
- Pouco conhecimento
- Razoável Conhecimento
- Bom Conhecimento
- Ótimo Conhecimento
- SCR

**Bloco C – questões específicas sobre a A3P e PLS no IFMT – Campus Cáceres**

Quanto as seguintes ações que tratam do eixo temático 1 da A3P (uso racional dos recursos naturais e bens públicos), informe:

**Observação:** a sigla SCR significa sem condições de responder

**9- No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de monitoramento/redução do consumo de energia elétrica?**

- sim
- em parte
- não
- SCR

**10- No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de monitoramento/redução do consumo de água?**

- sim
- em parte
- não
- SCR

**11- No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de monitoramento/redução do consumo de papel?**

- sim
- em parte
- não
- SCR

12- No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de monitoramento/redução do consumo de copos descartáveis?

- sim
- em parte
- não
- SCR

13- No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de monitoramento/redução de outros materiais de consumo que possam causar impactos significativos no meio ambiente?

- sim
- em parte
- não
- SCR

14- Em conformidade com o Decreto 99.658 de 1990, o IFMT Campus Cáceres efetua a destinação correta dos bens e materiais classificados como recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis e ociosos?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**Bloco D – Questões específicas sobre a A3P e PLS no IFMT – Campus Cáceres**

Quanto as seguintes ações que tratam do eixo temático 2 da A3P (gestão adequada dos resíduos gerados), informe:

**Observação:** a sigla SCR significa sem condições de responder

15- No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de incentivo e prática da política dos 5 R 's (reutilizar, reciclar, reduzir, recusar, repensar)?

- sim
- em parte
- não
- SCR

16- No IFMT Campus Cáceres a coleta seletiva atende a resolução CONAMA 275, de 25/04/2005, que trata do padrão de cores para as coletas seletivas?

- sim
- em parte
- não
- SCR

17- O IFMT Campus Cáceres possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária?

- sim
- em parte
- não
- SCR

18- No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de monitoramento/redução do consumo de copos descartáveis?

- sim
- em parte
- não
- SCR

19- O IFMT Campus Cáceres realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940 (2006) para a devida separação dos resíduos na fonte e posterior doação para Cooperativas e associações de catadores?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**20-**Em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010), no IFMT Campus Cáceres as pilhas, baterias, lâmpadas, produtos e componentes eletrônicos, pneus, óleos lubrificantes, agrotóxicos e suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**Bloco E – Questões específicas sobre a A3P e PLS no IFMT – Campus Cáceres**

Quanto às seguintes ações que tratam do eixo temático 3 da A3P (qualidade de vida no ambiente de trabalho) e eixo 4 (sensibilização e capacitação de servidores), informe:

**Observação:** a sigla SCR significa **sem condições de responder**

**21-**O IFMT atende todas as exigências de acessibilidade em suas instalações?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**22-**No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas atividades de ginástica laboral ou semelhantes aos servidores e estagiários?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**23-**O IFMT Campus Cáceres possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – CIPA?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**24-**O IFMT Campus Cáceres possui grupo capacitado para apoio a neuroses como anti tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**25-**No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de saúde ocupacional?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**26-**O IFMT Campus Cáceres possui programa de orientação nutricional?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**27-**O IFMT Campus Cáceres possui controle de jornada de trabalho?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**28-**O IFMT Campus Cáceres possui preocupação com a ergonomia dos mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e estagiários?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**29-**No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de incentivo a capacitação de seus servidores por meio da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**30-**O IFMT Campus Cáceres incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**31-**O IFMT Campus Cáceres incentiva e promove a integração social interna por meio da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**32-**O IFMT Campus Cáceres promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**33-**O IFMT Campus Cáceres incentiva e promove a integração social interna por meio da promoção dos relacionamentos interpessoais?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**34-**O IFMT Campus Cáceres incentiva e desenvolve ações de respeito à liberdade de expressão?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**35-** O IFMT Campus Cáceres incentiva e respeita a privacidade pessoal?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**36-**O IFMT Campus Cáceres incentiva e respeita o tratamento impessoal?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**37-**No IFMT Campus Cáceres são desenvolvidas ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos e docentes sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre a diminuição do desperdício (de energia, papel, água, copos descartáveis e outros) através de cartazes, informativos, divulgação por e-mail e outros?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**38-O IFMT realiza palestras, reuniões, oficinas visando a sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais?**

- sim
- em parte
- não
- SCR

**39-Promove ações voltadas à educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino?**

- sim
- em parte
- não
- SCR

**40-O IFMT Campus Cáceres desenvolve ações de sensibilização na comunidade do entorno da instituição no que se refere à conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente?**

- sim
- em parte
- não
- SCR

**41-O IFMT Campus Cáceres produz e divulga material educativo com ações que se referem à preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente?**

- sim
- em parte
- não
- SCR

**Bloco F – questões específicas sobre a A3P e PLS no IFMT – Campus Cáceres**

Quanto às seguintes ações que tratam do eixo temático 5 e 6 da A3P (licitações e contratações sustentáveis e construções sustentáveis), informe:

**Observação:** a sigla SCR significa sem condições de responder

**42- Em se tratando de obras públicas, no IFMT Campus Cáceres os projetos de engenharia para construções, observam exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização dos edifícios, assim como a redução de gastos com energia elétrica, água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos no meio ambiente?**

- sim
- em parte
- não
- SCR

**43- Nas aquisições de bens realizadas pelo IFMT C. Cáceres, é dada preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, assim como materiais de menor impacto no meio ambiente?**

- sim
- em parte
- não
- SCR

**44- Em cumprimento a Resolução CONAMA 20 (1994), nas aquisições de equipamentos eletrônicos realizadas pelo IFMT C. Cáceres, observa-se critérios relativos ao selo ruído?**

- sim
- em parte
- não
- SCR

**45-** Nas aquisições de veículos e tratores agrícolas, observa-se a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**46-** Nas aquisições de bens, é observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**47-** Nas aquisições de bens, é observada a produção com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de recicláveis?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**48-** O IFMT C. Cáceres adquire bens e produtos reciclados, passíveis de reutilização ou reabastecimento?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**49-** Nos editais de contratações de mão de obra, o IFMT *Campus* Cáceres exige que as empresas adotem medidas para a redução do consumo de energia elétrica e água?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**50-** Nos editais de contratações de mão de obra, o IFMT C. Cáceres exige que as empresas realizem treinamento dos seus empregados?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**51-** Nos editais de contratações de mão de obra, o IFMT C. Cáceres exige que as empresas utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**52-** Nos editais de contratações de mão de obra, o IFMT C. Cáceres exige que as empresas forneçam equipamentos de segurança (EPI) aos seus empregados?

- sim
- em parte
- não
- SCR

**53-** Nos editais de contratações de mão de obra para limpeza e conservação, o IFMT C. Cáceres exige a realização da separação dos resíduos sólidos descartados?

- sim
- em parte
- não
- SCR

# ANEXOS

## ANEXO I – Portaria de Designação da Comissão do Núcleo de Gestão Ambiental do IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

PORTARIA 40/2023 - CAS-GAB/CAS-DG/CCAC/RTR/IFMT, de 17 de março de 2023

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO **CAMPUS CÁCERES - PROF. OLEGÁRIO BALDO**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 730, de 19 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de abril de 2021;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Designar os membros, abaixo relacionados, para comporem a **Comissão do Núcleo de Gestão Ambiental do IFMT Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo**, conforme segue:

Nomes	Matrícula nº	Função
Silvano Carmo de Souza	1758614	Presidente
Reginaldo Antonio Medeiros	4298409	Membro
Maria Moreira de Carvalho	1104125	Membro
Anderson Ritela	1752868	Membro
Joao Edson Costa Ferreira da Silva	1142836	Membro
Antonio Nobre da Silva	2476742	Membro
Flavia Cristina Mendes Rodrigues	20191EFL0210	Engenharia Florestal
Maria Gabriella Cardoso da Silva	20211INFO268	Grêmio Estudantil

**Art. 2º** – Esta Comissão Perfarzerá 1(uma) hora de trabalhos semanais.

**Art. 3º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** – Cientifiquem-se e cumpram-se.

ANDERSON WESLEY ALVES BEZERRA  
Diretor-Geral  
Portaria IFMT nº 730/2021, de 19/04/2021  
IFMT Campus Cáceres - Profº Olegário Baldo

Documento assinado eletronicamente por:

▪ **Anderson Wesley Alves Bezerra, DIRETOR GERAL - CD0002 - CAS-DG**, em 17/03/2023 17:01:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/03/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 493206  
Código de Autenticação: d8b9ce2926



PORTARIA 40/2023 - CAS-GAB/CAS-DG/CCAC/RTR/IFMT, de 17 de março de 2023

# ANEXO II – Ofício Nº 15/2024 – CAS-CGE/CAS-DDE/CAS-DG/CCAC/RTR/IFMT



OFÍCIO Nº 15/2024 - CAS-CGE/CAS-DDE/CAS-DG/CCAC/RTR/IFMT

Cáceres 02 de fevereiro de 2024

Marcel Jesus Dias  
Coordenador Geral de Ensino do IFMT Campus Cáceres Professor Oleágio Baldo

**Assunto: Apresentação de breves sugestões do Laboratório de Educação e Gestão Ambiental do Campus para a implementação da Política Ambiental do Campus - Portaria 147/2018.**

Senhor coordenador,

A par de inicialmente cumprimentá-lo, valho do presente para encaminhar abaixo algumas breves considerações e sugestões referentes a Gestão de Resíduos Sólidos no IFMT Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo, questões estas identificadas em função das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidas pelo Laboratório de Educação e Gestão Ambiental – Legam, nos anos de 2022 a 2023. Importante destacar que algumas dessas questões já foram apresentadas por este Legam em reunião realizada no Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) em 2023.

- a. Sugerimos a realização de um amplo debate/diálogo sobre a Política Ambiental Portaria 147/2018 - IFMT Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo. O Legam continuará desenvolvendo atividades de Educação Ambiental que tratam desta e outras temáticas durante esse ano, especialmente com as/os estudantes, catadoras/es de materiais recicláveis, Pescadoras/es profissionais artesanais e demais participantes de nossos projetos.
- b. Compreendemos que, em função da ambientalização curricular prevista na Política Ambiental do campus, as atividades de Educação Ambiental devem envolver toda a comunidade escolar, por isso a necessidade das deliberações e encaminhamentos do desta coordenação em diálogo com o NGA.
- c. Entendemos que é urgente a elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável do campus (PLS) - Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, sob a luz da nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133, de 2021. Nele serão abordados temas diversos como contratação de serviços, compras, logística reversa, auditoria ambiental, gestão de resíduos nos laboratórios e demais UEPs, etc.
- d. Para tanto, como apresentamos no último encontro do NGA e tendo em vista o que prevê a legislação que versa sobre essa temática, sugerimos um novo chamamento para a composição do NGA. Destacando que é fundante que servidoras/es dos setores vinculados ao DAP e a Coordenação de Produção participem do Núcleo.
- e. Importante destacar que, em grande medida, como já tratamos em reunião do NGA, questões técnicas referentes à gestão integrada dos resíduos e rejeitos gerados em função de atividades administrativas e pedagógicas do campus serão contempladas no PLS. Entretanto, no que toca o gerenciamento de resíduos, consideramos importante que o campus faça a contratação e/ou estabeleça uma parceria técnica com uma empresa especializada para a elaboração dos PGRS. Destacamos que o Legam permanece a disposição para dialogarmos sobre essa questão, notadamente sobre o Termo de Referência para esta contratação.
- f. Em função da emergência, sugerimos que, mesmo durante o processo de recomposição do NGA e respectiva elaboração do PLS, seja realizado um processo de orientação para às/aos trabalhadoras/es da limpeza/organização do campus, especialmente com as/os colaboradoras/es que trabalham no refeitório/cozinha. O Legam está à disposição para oferecer essa orientação, inclusive promovendo a certificação para as/os colaboradoras/es que participarem do processo e formação por meio do projeto de extensão IFMT Sustentável.
- g. Ainda sobre os rejeitos, a priori, sugerimos que seja construído ou disponibilizado em caráter de emergência uma Central de armazenamento temporário de rejeitos - CAT rejeitos, trata-se de um espaço com piso impermeabilizado, com cobertura e isolado/protetido de animais e chuva, especialmente para os rejeitos oriundos do refeitório/cozinha – que por hora estão sendo depositados sobre uma *carretinha* em local descoberto e sem piso, o que pode ocasionar contaminação do solo e da água em função do derramamento do chorume. Sugerimos, inclusive que seja encaminhado expediente à Autarquia Águas do Pantanal, para fins de ampliar o número de dias de coleta de rejeitos no campus.
- h. Importante destacar que temos observado que os materiais recicláveis depositados na Central de armazenamento temporário de resíduos do campus - CAT resíduos - estão sendo contaminados pelos rejeitos. Esse fato, além de ser prejudicial à saúde das/os catadoras/es de materiais recicláveis, compromete a qualidade do material, muitas vezes inviabilizando sua comercialização.
- i. Sobre os resíduos orgânicos sugerimos que seja promovido um diálogo entre a Coordenação do Refeitório e a Coordenação de produção do campus e demais interessadas/os, para a implementação de um sistema de compostagem (ou outra destinação ambientalmente adequada) para onde deverão ser destinados os resíduos orgânicos.
- k. Como temos dialogado com o DAP, para a implementação dessas ações emergenciais, é importante que o campus promova a Coleta Seletiva Cidadã, para tanto sugerimos que seja promovida uma Chamada Pública ou outro instrumento previsto na legislação para a formalização/credenciamento de organizações de catadoras/es de materiais recicláveis para a coleta seletiva no campus. Tal ação está prevista nos artigos 39 e 40 do Decreto 10.936/2022 que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Estamos a disposição para colaborar nos diálogos referentes à elaboração do Termo de Referência e no contato com as organizações de catadoras/es de materiais recicláveis.

Como dito, são breves contribuições e continuamos a disposição de vossa senhoria,

desejando-lhe saúde e paz.

Atenciosamente.

Prof. Dr Silvano Carmo de Souza  
Coordenador do Legam  
Portaria 07/2021 CAS/GAB

Documento assinado eletronicamente por:

• **Silvano Carmo de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 02/02/2024 10:25:18.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 02/02/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 645920  
Código de Autenticação: 23120184c0



Avenida Europa, 3000, Vila Rea/Distrito Industrial, CACERES / MT, CEP 78201-382  
Telefone: (65) 3221-2600

=====

Ao responder este ofício, favor indicar expressamente o OFÍCIO Nº 15/2024 - CAS-CGE/CAS-DDE/CAS-DG/CCAC/RTR/IFMT.

Fonte: file:///C:/Users/Natalino/Downloads/Oficio%20Legam\_2024.pdf